

**PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARIANA BARCELOS RAMOS

**VIVÊNCIAS COTIDIANAS DA GUERRA: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E OS
JUDEUS EM PORTO ALEGRE**

**Porto Alegre
2012**

Catlogação na Fonte

R175v Ramos, Mariana Barcelos
Vivências cotidianas da guerra : a segunda guerra mundial e os judeus em Porto Alegre / Mariana Barcelos Ramos. – Porto Alegre, 2012.
119 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Claudia Musa Fay.

1. Guerra Mundial II, 1939-1945 - Brasil. 2. Porto Alegre - História. 3. Rio Grande do Sul - História - Estado Novo. 4. Judeus. I. Fay, Cláudia Musa. II. Título.

CDD 981.651

Bibliotecário Responsável

Ginamara de Oliveira Lima

CRB 10/1204

MARIANA BARCELOS RAMOS

**VIVÊNCIAS COTIDIANAS DA GUERRA: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E OS
JUDEUS EM PORTO ALEGRE**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em História.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudia Musa Fay

Porto Alegre

2012

MARIANA BARCELOS RAMOS

**VIVÊNCIAS COTIDIANAS DA GUERRA: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E OS
JUDEUS EM PORTO ALEGRE**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em História.**

Aprovado em _____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Cláudia Musa Fay (História – PUCRS)

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (História – PUCRS/UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Cristiane Fortes Lia (UCS)

A Maria Adelaide Klein
Barcelos, porque o amor desconhece
os frágeis limites da vida.

AGRADECIMENTOS

As minhas mais que amigas, minhas irmãs de coração: Simone Castilhos de Moraes, Silvia Castilhos de Moraes, Denise Carvalho, Natali Pena, Lidiane Carvalho. Cada uma, do seu jeito, faz parte de mim e, portanto das minhas realizações. Obrigada por fazerem minha vida mais divertida. Amo vocês.

Aos meus alunos do Colégio Kennedy 2011/12, que me proporcionaram um amadurecimento e crescimento intelectual, profissional e afetivo imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Ao meu tripé: mãe, pai e irmã. Sem vocês nada disso seria possível, o tipo de ensinamento que me proporcionaram não se encontra nos livros mais complexos, o amor de vocês me permitiu chegar aqui. Essa conquista é nossa, é para vocês.

Minha avó Iara, uma das mulheres mais incríveis que eu conheço.

Ao meu dindo, Carlos Leonardo, meu exemplo de persistência e dedicação, não por sangue ou por título, mas por amor, o meu segundo pai.

A minha orientadora Cláudia Musa Fay, primeiramente pelo voto de confiança ao aceitar esta orientação e por sempre me transmitir serenidade e segurança. Além das contribuições de ordem intelectual, agradeço sua dedicação e comprometimento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, em especial ao professor René Gertz, que acompanhou minha formação acadêmica desde a graduação e que muito contribuiu para este trabalho, ao qual tenho grande admiração e carinho.

Aos meus colegas, Newton Colombo e Marcos Moraes pela parceria, seja na sala de aula, como nas noites no MSN, dividindo angustias e dúvidas, mas também risadas, tornando o trabalho mais agradável. Valeu guris.

A Lucas Silva da Silva, pela disponibilidade e atenção, sempre disposto a discutir o tema e auxiliar no que fosse possível.

A colega Keila, que me auxiliou na fase final desse trabalho.

Aos funcionários do Instituto Marc Chagall, especialmente a Monique que gentilmente me disponibilizou os materiais para pesquisa.

Aos demais colegas e funcionários do Curso de Pós-Graduação de História da PUCRS.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior – CAPES -, pelo auxílio financeiro.

RESUMO

A seguinte dissertação se ocupa da identificação de questões referentes a Segunda Guerra Mundial (1939-1945,) vivenciadas na cidade de Porto Alegre, principalmente pelo grupo judaico, após a declaração de guerra brasileira (1942).

Partimos de uma contextualização histórica do Estado Novo (1937-1945), caracterizando o governo em vigência e suas ações nos planos externo e interno. Tais características federais se fizeram presentes nas ações relativas ao contexto de guerra. Através da utilização da imprensa e de depoimentos orais, identificamos algumas presenças da guerra no dia-a-dia da cidade e de sua população. Entre elas: problema de transportes, escassez de combustíveis, a introdução do “pão de guerra”, a preocupação com a defesa passiva da cidade, a alta de preços e falta de alguns produtos, a mobilização da população à guerra e ao governo, entre outras. Buscamos então, através da análise de depoimentos orais do Acervo do Instituto Marc Chagall, memórias dos imigrantes judeus sobre o período, de forma a identificar especificidades vivenciadas pela comunidade.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre. Estado Novo. Cotidiano. Judeus.

ABSTRACT

The following dissertation deals with the identification of issues regarding the World War II (1939-1945), which were experienced in the city of Porto Alegre, chiefly by the Jewish group following the Brazilian declaration of war (1942).

We start off with a historical background of the Estado Novo (New State) (1937-1945), characterizing the government in effect and its actions on foreign and domestic plans. Such federal characteristics were present in the actions related to the context of war. Through the press as well as through oral testimonies, we have identified presences of the war in the everyday life of the population of the city, namely transportation problem, fuel shortage, introduction of the “war bread”, concern about the passive defense of the city, price rise and lack of some goods, mobilization of the population for war and for the government, among others. Thus, we evoke memories of Jewish immigrants over that period of time through the analysis of oral testimonies from the Collection of the Marc Chagall Institute, in order to identify particularities experienced by the community.

Keywords: World War II. Porto Alegre. Estado Novo (New State). Everyday life. Jews.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO E RIO-GRANDENSE ANTERIOR A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	20
2.1 – Alemanha ou Estados Unidos: O vai e vem da política externa brasileira.....	20
2.2 - Política interna: autoritarismo, centralização e nacionalismo no Estado Novo de Getúlio Vargas	28
2.2.1 - Em busca de um Brasil homogêneo: A Campanha de Nacionalização.....	34
2.3 - Estado Novo no Rio Grande do Sul: especificidades.....	38
2.3.1 - Aspectos políticos: disputas regionais.....	39
2.3.2 - A interventoria de Cordeiro de Farias: nacionalização como prioridade.....	40
2.3.3 - Cultura e imprensa.....	46
2.3.4 - O Brasil na guerra e o Rio Grande do Sul.....	48
3. ASPECTOS DO COTIDIANO DE GUERRA EM PORTO ALEGRE: A FORMAÇÃO DO FRONT INTERNO.....	51
3.1 - Adaptações e reações: a declaração de guerra está próxima.....	52
3.2 - Amor e ódio nas ruas de Porto Alegre	54
3.3 - A falta de combustíveis líquidos e a Cia Carris de Porto Alegre	59
3.4 - Quando a guerra atinge o bolso e a mesa dos porto-alegrenses	66
3.4.1 - O pão nosso de cada dia.....	69
3.5 - Festejos durante a guerra?.....	71
3.6 - O front interno: A defesa passiva da capital riograndense.....	73
3.7 - O esforço de guerra em cruzeiros: As Obrigações de Guerra.....	79
3.8 – São Paulo, Santa Catarina e Porto Alegre: convergências e divergências.....	80
4. ESPECIFICIDADES: OS JUDEUS E A PORTO ALEGRE EM GUERRA.....	83
4.1 - Do particular para a História	87
4.2 - Judeu ou alemão?	92
4.3 - Em terras brasileiras: como chegava-se aqui.	94
4.4 - Divergências: anti-semitismo ou xenofobia?	101

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
7. FONTES DE PESQUISA.....	118

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Segunda Guerra Mundial foi um dos acontecimentos de maior impacto do século XX. Suas marcas estenderam-se ao século que se seguiu, influenciando diretamente na reorganização política e econômica do mundo. Segundo Cytrynowicz, “não há como compreender o breve século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra”¹. Mas, em geral, ao falarmos de Segunda Guerra Mundial acabamos nos remetemos aos bombardeios na Europa, ao ataque a base americana de Pearl Harbor e ao lançamento de bombas atômicas em Hiroxima e Nagasaki. Essa história da guerra prioriza os seus principais partícipes: Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França, Japão e Itália. Mas a Segunda Guerra Mundial teve como especificidade o fato de ser realmente global, portando estendeu-se para além dos palcos de batalha. Baseada nesta visão, esta dissertação objetiva analisar os impactos desse grande marco histórico na capital do Estado do Rio Grande do Sul, em especial para o grupo judaico que ali vivia ou passou a viver, dado o contexto internacional.

A importância da Segunda Guerra Mundial no contexto internacional e brasileiro está refletida na efervescente literatura sobre o tema, que trás análises nos mais variados campos do conhecimento. Contudo, não obstante algumas exceções, se nota uma carência de estudos que discutam especificamente os efeitos da guerra no dia a dia das cidades brasileiras. Trabalhos como de Cytrynowicz e Fáveri², fazem parte das exceções, ampliando a visão histórica e demonstrando a importância de novas abordagens para compreensão mais verossímil e completa dos impactos desse conflito na sociedade brasileira.

Merecem destaque alguns trabalhos que serviram de inspiração para esta pesquisa. São teses de doutorado que originaram livros que fogem da historiografia tradicional sobre a guerra no Brasil. Estes abordam a “outra guerra”, uma “guerra sem guerra”, ou seja, a guerra sentida e vivida pelas populações de dois estados brasileiros. Refiro-me a *Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina* de Marlene de Fáveri e *Guerra Sem Guerra. A mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial* de Roney Cytrynowicz.

Em sua obra sobre o Estado de Santa Catarina durante a Segunda Guerra, Fáveri narra os medos, a criminalização da língua estrangeira (destacando alemão e o italiano), problemas com as escolas, as tensões e lutas de poder que justificaram muitas acusações de

¹ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2000. p 13.

² FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Ed. da UFSC, Florianópolis, 2004.

quinta-colunismo, os revanchismos, os enfrentamentos vividos pelo clero católico e protestante, as violências físicas e psicológicas a que foram submetidos homens e mulheres (principalmente imigrantes e descendentes dos países do Eixo); além das demissões, das extorsões, das apreensões, das resistências e das solidariedades. A outra guerra a qual se refere é aquela vivida no cotidiano, que se altera quando práticas comuns tornam-se proibidas, como por exemplo falar, cantar, rezar, ensinar e aprender, homenagear seus mortos em língua viva estrangeira. Essa memória, que se distingue da visão oficial da guerra no país, é resgatada magistralmente através da fonte oral e complementada por ofícios, cartas, leis, jornais, processos crime, etc.

O historiador Roney Cytrynowicz, através de uma linguagem atraente e narrativa, mostra de que forma a guerra e seus desdobramentos atingiram a vida cotidiana da capital paulista. O autor procura mostrar como o estado de guerra foi utilizado por Getúlio Vargas para criar um clima de mobilização segundo os ideais cívico-nacionalistas do Estado Novo, independente de ameaças externas efetivas. Tratava-se de constituir o assim chamado “*front interno*”. Relata o descontentamento com o surgimento do “pão de guerra”, com o gasogênio (substituto da gasolina), as filas, a discriminação focada principalmente nos imigrantes japoneses e seus descendentes, a alta dos preços, a mobilização dos trabalhadores em torno da produção, os treinamentos de defesa passiva antiaérea entre outros acontecimentos relacionados à guerra que afetaram de algum modo o dia a dia paulista.

Vários avanços também se realizaram na tentativa de compreensão deste período na cidade de Porto Alegre.

Sobre a Segunda Guerra Mundial e seus reflexos na capital Porto Alegre, temos algumas importantes abordagens. Lucas da Silva, em sua dissertação de Mestrado intitulada *Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha*, se propõe a tratar do dia a dia da Porto Alegre durante o conflito. Aborda questões como as dificuldades de importação e exportação de produtos, a escassez de combustíveis, o aumento do custo de vida, as ações tomadas pelas autoridades públicas para controlar a tendência altista de preços, a escassez de uma série de produtos dos estabelecimentos comerciais, o surgimento de um “mercado negro”, os atos de hostilidade contra estrangeiros e seus descendentes e o receio de um possível ataque ou invasão por parte dos países do Eixo. Sua pesquisa dá grande ênfase e contribuição às questões de ordem econômica e seu impacto social.

Outra dissertação que nos remete a Porto Alegre do período do segundo conflito mundial é a de Fernando Caururo Pureza³ que aborda as transformações ocorridas nas experiências dos trabalhadores de Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial, centrando-se especificamente nas transformações da legislação do trabalho e no problema da alimentação do operariado urbano (problema de escassez e alta de preços de produtos de primeira necessidade). Pureza nos apresenta a guerra como justificadora de algumas práticas já existentes na capital como, por exemplo, a falta de controle da carga horária dos trabalhadores e para formação dos “soldados-opérarios” que atenderiam os interesses do Estado e da burguesia.

Sobre a história da comunidade judaica do Rio Grande do Sul, destacamos tese de Cristine Fortes Lia “*Bons Cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*”⁴. A autora enfoca as estratégias de negociação de identidade cultural desenvolvidas por este grupo durante este período, rompendo com uma corrente historiográfica que privilegiava as perseguições a estes imigrantes. Nos auxilia a compreender a comunidade judaica riograndense e sua historicidade, dando o embasamento necessário para a análise de nossos depoimentos.

Outra obra importante sobre a questão judaica no Estado Novo e, portanto, no período da Segunda Guerra, é a de Maria Luiza Tucci Carneiro “*O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1939-1945)*”⁵. Através de um extenso estudo da documentação do Ministério das Relações Exteriores do Arquivo Histórico do Itamarati (RJ), entre outras, a historiadora se propõe a remontar a história de intolerância perseguição aos imigrantes judeus no Brasil, destacando o antissemitismo do período do Estado Novo. Nossas análises, bem como o trabalho de Fortes Lia, vão se confrontar com algumas análises e visões desta autora.

Essas importantes contribuições dão embasamento para que se avance nas pesquisas sobre o período em Porto Alegre, propondo novos aspectos em torno do cotidiano e da questão judaica. A nova abordagem se propõe a retomar questões que influíram diretamente na normalidade da cidade, como o problema dos transportes, dos alimentos, bem como as ações governamentais implantadas, em busca da constituição de um “front” interno. Também se dedica ao estudo dos impactos sentidos por um grupo específico, com uma história

³ PUREZA, Fernando Caururo. *Economia de Guerra, Batalha da Produção e Soldados –operários: Os impactos da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2009.

⁴ LIA, Cristine Fortes. *Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Dissertação de mestrado).

⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945): fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

marcada por perseguições e privações, e seu olhar diferenciado em relação a Porto Alegre em guerra.

Considerando a amplitude e complexidade do tema e as diversas abordagens possíveis, esse trabalho se propõe a trazer uma contribuição na área da chamada História Cultural, mais precisamente em sua ramificação, História do Cotidiano.

A História do Cotidiano ganha espaço em um momento em que a história está em busca de novas problemáticas, fontes e metodologias. Busca “novas histórias”, a quebra com o paradigma da história tradicional, imposto pela Escola Metódica, que se interessava apenas pelos temas políticos-militares-diplomáticos, só considerava como fontes os ditos documentos oficiais (documentos do Estado) e valorizava os fatos e grandes homens. Essa renovação historiográfica tem início com a Escola dos Annales e segue através da Nova História. Para essa nova abordagem, tudo é então objeto da história, esta passa a se interessar por toda a atividade humana, destruindo a tradicional distinção entre aquilo que é considerado central e aquilo que é periférico. Da recusa a valorização excessiva dada aos grandes homens e aos grandes feitos, deu-se atenção também ao cotidiano, ao homem comum, aquele que se negou lugar e voz dentro do discurso histórico convencional.

As contribuições da História do Cotidiano para a ampliação das visões do passado são inegáveis, pois esta possibilita uma pluralidade de protagonistas históricos, uma multiplicidade de histórias e o redescobrir de situação até então inéditas, não no sentido de excepcionais, mas sim daquilo que não havia sido acessado. Ao contrário do que alguns pesquisadores apontam a História do Cotidiano não se restringe apenas a hábitos e rotinas obscuras. De acordo com a proposta de uma história mais analítica que descritiva, ao procurar reconstruir um processo histórico, o objetivo é perceber as mudanças e permanências, descontinuidades e fragmentações, bem como, as amplas articulações, as infinitas possibilidades que se compõem e recompõem continuamente no dia a dia⁶.

Considerando esta busca pelos processos históricos do cotidiano, nossa pesquisa utilizou-se de duas fontes principais: a imprensa e a história oral.

Utilizamos como fonte mais precisamente o jornal *Correio do Povo*, o mais popular e de maior tiragem no Estado do Rio Grande do Sul, e em sua capital Porto Alegre no contexto. É importante esta distinção da imprensa como fonte de pesquisa histórica e não como fonte de informações, pois, segundo Elmir “a história, para ser construída enquanto

⁶Informações baseadas na leitura de MATOS, Maria Izilda Santo de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

resultado de investigação rigorosa, precisa de muitas mediações e de muitos documentos”⁷. A bibliografia auxilia na formação do contexto histórico, dando sentido às notícias com as quais nos deparamos. A análise só é possível após o reconhecimento do cenário na qual o fato se insere. Só após esta compreensão haverá a apreciação.

Num momento em que se preza um jornalismo moderno, informativo e imparcial, avaliamos além das notícias e suas informações, a ideologia que as acompanham. No caso do jornal estudado, verificamos a marcante presença do Estado através de seus órgãos de intervenção, como o DIP⁸, visto por Goulart⁹ como responsável pela difusão sistemática do projeto político-ideológico estado-novista. A ditadura de Vargas irá utilizar-se dos meios de comunicação para divulgar e legitimar sua ideologia.

Não esquecemos de estabelecer as divergências e semelhanças entre historiadores e jornalistas, essencial num trabalho onde essas personagens participam ativamente, através dos registros deixados e de suas interpretações a respeito destes.

Reflete Jobim:

Procurar a verdade é o intuito de ambos. Um com maior rigor de método e instrumentos, mas lutando com as dificuldades impostas pela distância; outro investigando a olho nu, desarmado, quase, de qualquer outro instrumento que não a sua intuição, beneficiando-se enganosamente do fato de ser “testemunha ocular” da história¹⁰.

A imprensa não é vista como neutra e sim como um reflexo dos conceitos, preconceitos e pensamentos de uma época, assim como também sua produtora. Segundo Capelato, “mais importante do que a realidade dos fatos é maneira pela qual os sujeitos da história tomam consciência deles e os relatam”¹¹. Ou seja, os fatos são tão importantes quanto o modo pela qual são interpretados e relatados para os leitores. O fato não pode ser modificado, mas sua a visão sobre ele sim.

⁷ ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. Cadernos do PPG da UFRGS, nº 13, dez. 1995.p 2.

⁸ O DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, foi criado pelo decreto-lei nº 1915, em 27 de dezembro de 1939 para aperfeiçoar e ampliar as atividades do Departamento Nacional de Propaganda, extinto pelo mesmo decreto. Tinha como principais objetivos centralizar e controlar a propaganda nacional interna e externa; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo, entre outras. O órgão foi extinto em 25 de maio de 1945. Informações retiradas de <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>.

⁹ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

¹⁰ JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: Edusp, 1992. p 33.

¹¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo:Contexto/Edusp, 1998. p 22.

Na realidade de controle e censura, característica do governo em vigência, não podemos descartar a relevância deste aspecto silenciador e manipulador

(...) é importante destacar que as notícias sobre a II Guerra Mundial, que circulavam no Brasil, não revelavam a totalidade da extensão do conflito. Dessa forma, por um longo período, desconhecia-se o holocausto imposto a população judaica na Alemanha, e mesmo quando se fazia referências a política racista do regime nazista contra os judeus, não se contemplava a violência e o extermínio que estavam acontecendo. Importante salientar que o silêncio recorrente demonstra o que se pretendia divulgar como realidade durante a II Guerra Mundial e sobre a condição judaica no mundo¹².

No período, o jornal de maior tiragem no Rio Grande do Sul também era o mais popular entre os residentes em Porto Alegre, o *Correio do Povo*. Seu tipo de jornalismo, moderno, de organização empresarial e do tipo informativo ganhava espaço nesse contexto. Nesse momento já era um jornal tradicional, que tinha conquistado a confiança dos portoalegrenses. Fundado em 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, no momento em que circulavam em Porto Alegre os jornais *A Federação*, positivista e defensor do governo, *A Reforma*, alinhado as posições liberais e *O Mercantil* que se apresentava como católico¹³, ou seja, um jornalismo partidário. O *Correio* aparece com uma nova proposta: a de fazer jornalismo sem aderir a partidarismos, de forma livre, independente, privilegiando a notícia em si. É uma inovação, pois os jornais até então existentes deixavam clara sua orientação política e ideológica, que refletia a divisão política da sociedade riograndense entre pica-paus e maragatos. Em 1898 já é o jornal de maior tiragem e circulação do Rio Grande do Sul, posto que irá bravamente sustentar e exibir no decorrer de sua história. Seguindo a orientação do seu fundador, buscava sempre as melhores máquinas. Durante sua longa trajetória, o *Correio do Povo* seguiu suas premissas: ser noticioso, literário e comercial, ocupando-se de todos aos assuntos de interesse geral. Sempre abriu espaço para os intelectuais riograndenses. A famosa frase “se deu no Correio é verdade”, demonstra a sua credibilidade frente à população.

Na década de 30 seguia a tendência de modernização técnica que se observava no restante do país. Assumiu também a sua função de agente do Estado, com a implantação do Estado Novo. Já havia demonstrado seu apoio a Vargas, na sua candidatura à presidência federal em 1929 e, talvez por esse fator somado a orientação do governo, continuou a apoiá-

¹² LIA, Cristine Fortes. Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945). Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Tese). P. 90:

¹³ GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores de Caldas Jr.* 2º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

lo. O *Correio* fez um acompanhamento sistemático das medidas e ações dos governantes. Essas matérias sempre recebem destaque, ocupando, até o início da guerra, a primeira página. Elogios a Vargas e suas ações são correntes. Segundo Nunes¹⁴, pesquisador das escritas dos articulistas deste jornal, o *Correio* procurou, durante o Estado Novo, adequar-se a realidade política do país, ora apoiando o regime nos primeiros anos, ora silenciando convenientemente a partir da definição da guerra a favor dos aliados. Esse autor, assim como Petry¹⁵, chegou à conclusão de que a participação do Brasil na guerra alterou os rumos da política cultural do país. Ambos verificaram em seus estudos que a partir de 1942, ano em que o Brasil declara guerra ao Eixo, diminui o número de matérias a respeito do Estado Novo e também a exaltação a ele. A guerra passa a ter lugar de destaque, assumindo a primeira página e com ela, estão os conceitos de liberdade e democracia, que inevitavelmente, passam a ser discutidos. O Brasil entrou na guerra por grande pressão popular, fortalecendo-se junto à opinião pública, mas essa mesma ação será responsável pelo seu fim. A ambiguidade do governo fica clara: defende-se na Europa a democracia que não temos aqui. No caso do *Correio*, este veículo já tinha se mostrado contra o Eixo, ainda no momento em que o país mantinha relações tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos e ainda não tinha assumido uma posição clara em relação às duas potências.

A guerra significou uma mudança de direcionamento do jornal, porque alterou o cotidiano da sociedade e as posições do governo. A ambiguidade continua: ao mesmo tempo em que o jornal é um mobilizador da população em torno do esforço de guerra, divulgando as medidas tomadas pelo governo, elogiando suas ações, estimulando o patriotismo, é também a oportunidade de crítica ao difundir os ideais de democracia, que derrubariam o governo. Como um intermediário entre o povo e seus dirigentes, o *Correio do Povo* retrata as opiniões e as ações dos portoalegrenses perante essa nova realidade nacional, sempre atuando de forma a justificar as dificuldades do momento, usando a guerra e tocando na parte emocional, o espírito patriótico. Não esquecemos o caráter maniqueísta do Estado Novo, quem não é a favor do regime, é contra o país.

¹⁴ NUNES, José Luiz Martins. *Censura e imprensa: os articulistas do Correio do Povo*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (tese doutorado). p 57.

¹⁵ PETRY, Andréa Helena. *O papel desempenhado pelo Correio do Povo durante o Estado Novo*. In: DREHER, Martin et al. (org). *Imprensa e imigração*. Porto Alegre/São Leopoldo: EST/Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

No período da Segunda Guerra Mundial, o jornal oferecia em sua primeira página notícias internacionais sobre o evento, complementadas pelas agências internacionais de notícias UPI (United Press International), com sede nos Estados Unidos e France Press. Passou por dificuldades devido ao racionamento de combustíveis e, principalmente por causa do preço e a dificuldade de conseguir papel, que fez com que diminuísse sua tiragem. O próprio Breno Caldas, proprietário e diretor do Correio, relata: “Fui obrigado a tomar medidas drásticas para reduzir o tamanho do jornal. Tivemos que gastar num mês o papel que daria normalmente para duas ou três edições”.¹⁶ O jornal oscilava entre 8 e 10 páginas durante a semana se estendendo até, no máximo 24 páginas na edição de domingo. Antes da guerra, o normal era ter em média 24 páginas diárias. Sobre seu posicionamento diante das duas forças em embate na guerra, utilizamos como ilustração um trecho do interessante depoimento de Adail Borges Fortes da Silva, secretário de redação do *Correio do Povo* no período, “A posição do *Correio do Povo* era simplesmente a de bem informar, com neutralidade, fosse dos Aliados ou do Eixo, embora intimamente torcêssemos pelos Aliados”.¹⁷

Como limitação da pesquisa, enfrentamos a ausência da documentação de cunho policial do período da Segunda Guerra Mundial referente a Porto Alegre a qual foi, infelizmente, destruída por incêndios. Por isso, não se tem acesso aos processos sofridos pelos “súditos do Eixo”¹⁸ na capital. Nossas informações vão se reduzir as determinações governamentais que mostram as imposições, proibições, mas que não revelam o impacto destas na comunidade e, a alguns depoimentos orais, mas que não conseguem ter a abrangência verificada na pesquisa de Fáveri.

A seguinte dissertação, buscando atender as propostas acima, dividiu-se em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “Considerações sobre o contexto brasileiro e riograndense anterior a Segunda Guerra Mundial” se constitui basicamente de uma revisão bibliográfica, onde abordamos algumas características que nos pareceram relevantes do período do Estado Novo, contexto no qual faz parte nosso recorte temporal. Desvendamos características importantes deste governo, com intuito de facilitar a nossa compreensão em relação as medidas tomadas durante o período da guerra que afetaram o cotidiano

¹⁶ Depoimento de Breno Caldas inserido na obra de DILLEMBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Ediupf, 1997. p 87.

¹⁷ DILLEMBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memória*. Passo Fundo: Ediupf, 1997. p 100.

¹⁸ Denominação que receberam os estrangeiros que se originavam dos países que formaram o Eixo na Segunda Guerra Mundial: Alemanha, Itália e Japão. No Brasil, sofreram uma série de restrições após a declaração de guerra do país, que o colocou ao lado dos Aliados (Inglaterra, França e Estados Unidos).

portoalegrense. As relações externas do governo também são contempladas, bem como especificidades relativas ao contexto riograndense no período.

O segundo capítulo aborda questões de impacto e mudanças relacionadas ao contexto de guerra em Porto Alegre, demonstrando como esta afetou o cotidiano da cidade e de sua população. Neste momento, tentamos aliar as medidas governamentais, com o seu real efeito prático no dia a dia dos portoalegrenses. Abordamos desde as mudanças de nomes de ruas, manifestações populares favoráveis a declaração de guerra, até a falta de combustíveis que acarretou problemas não somente de transporte humano, mas também de mercadorias, gerando alterações de preços e um conveniente clima de carestia. Mudanças em manifestações populares, como o carnaval e os projetos relacionados à defesa passiva da cidade, também merecerão destaque.

O terceiro capítulo “Especificidades: os judeus e a Porto Alegre em guerra” foca no estudo dos impactos da guerra para os imigrantes judeus que chegaram a Porto Alegre, pouco antes da eclosão da guerra ou durante seu desenvolvimento. Apresentamos como se deu a chegada em terras brasileiras e os problemas aqui enfrentados em razão do conflito e de fatores internos relativos a ideologia do governo. Destacamos os impactos sofridos pelos judeus alemães, pela característica de nacionalidade acima da cultural ou étnica. Também procuramos diferenciar, pelos dados analisados, uma tendência histórica que caracteriza este período como de anti-semitismo.

Quanto a metodologia desenvolvida no último capítulo, recorreremos a História Oral. Nossa fonte foram os depoimentos já realizados e transcritos pelo projeto “Preservação da Memória Judaica” desenvolvido pelo Departamento de Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall de Porto Alegre. As entrevistas, que objetivaram o resgate da memória da comunidade judaica riograndense, datam do final da década 80 e seguem o modelo de História de vida, que centra-se no indivíduo. Portanto, nossa temática se fará presente de acordo com a seleção de depoentes que vivenciaram o período.

Um dos aspectos mais polêmicos das fontes orais diz respeito a sua credibilidade. Para alguns historiadores tradicionais os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto, a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas, ou visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem seu significado. Além disso, este século é marcado pelo avanço sem precedente nas tecnologias da comunicação, o que abalou a hegemonia do documento escrito. (prefácio de Sônia Maria de Freitas)¹⁹

¹⁹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 18.

Utilizar a História Oral como método, é necessariamente trabalhar com a memória. Esta, sendo seletiva, não recupera qualquer informação, mas sim aquilo que considera importante, significativo. A seleção em si já é uma evidência muito importante. Portanto, a subjetividade, neste caso, passa a ser valorizada, reconhecida e busca-se formas de analisá-la. Por muito tempo, esta metodologia, que não trabalha com documentos ditos oficiais, foi renegada pelos historiadores. É a partir da renovação historiográfica promovida pela “Escola do Anais” (final da década de 20) que a História Oral ganha espaço e valorização dentro do meio historiográfico. É um momento onde os historiadores buscam uma história-problema, surgindo novas perguntas ao passado, novos objetos de pesquisa e temáticas, e, para isto, a necessidade de ampliar as fontes e metodologias.

Os dados que os depoimentos orais trazem complementam, aprofundam, ilustram os acontecimentos, mas o seu valor está no algo a mais, em verificar o significado que determinado fato teve para cada depoente. Seguindo esta ideia, buscou-se, então, através de depoimentos, ver como a Segunda Guerra Mundial marcou o dia a dia dos judeus que viviam em Porto Alegre.

Destacamos que, optamos por apresentar os conceitos utilizados na pesquisa ao longo da dissertação, ao invés da elaboração de um capítulo especificamente teórico.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO E RIO-GRANDENSE ANTERIOR A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O Brasil da Segunda Guerra Mundial é o Brasil do Estado Novo de Getúlio Vargas. Essa afirmação trás elementos importantes para compreendermos o contexto diferenciado onde a presente pesquisa se insere. Dentro de um momento de exceção, o governo autoritário, nacionalista e centralizador de Vargas teve de se adaptar as novas necessidades internas e externas que esse conflito de proporções realmente mundiais trouxe consigo.

Esse período que se estendeu de 1937 a 1945, se caracteriza também pela extinção das instituições liberais, partidos e parlamento e não pode ser considerado homogêneo em termos de temporalidade e espaço. Circunstâncias internas e externas foram responsáveis por mudanças significativas no jogo político brasileiro, sendo a principal delas, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, bem como o processo em torno desta. A conjuntura internacional obrigou o país a redimensionar suas relações comerciais, políticas e diplomáticas e assumir posições que foram se definindo a partir do complexo jogo que o Brasil estabeleceu com as grandes potências da época. Portanto, a conjuntura externa está diretamente relacionada às mudanças ocorridas durante o Estado Novo, desde a sua ascensão até a queda. É certo que Vargas, figura histórica vista de forma ambígua por seus contemporâneos e gerações seguintes, tirou proveito tanto da disputa e divisão externa, quanto da interna.

2.1 – Alemanha ou Estados Unidos: O vai e vem da política externa brasileira

Naquele momento, o Brasil já não era apenas um parceiro econômico importante pelas matérias-primas que possuía e mercado consumidor de produtos industrializados que representava, mas uma peça importante na constituição do sistema de poder para as potências em disputa em um contexto de guerra eminente. Verificamos que a política comercial brasileira explorou as possibilidades então existentes dentro de limitações concretas, pois mesmo tendo sua importância valorizada em relação aos períodos anteriores, ainda obedecia a hierarquia de poder vigente, estando os Estados Unidos e as potências européias acima dos

países latino-americanos. Getúlio Vargas definiu alguns objetivos para seu governo, que permearam o seu longo mandato e viu na política exterior, um trampolim para alcançá-los. O grande objetivo era a modernização do país, tanto do setor econômico, através da industrialização quanto do Exército, através do reequipamento das Forças Armadas. Como poderemos observar, dentro da realidade dos anos 30, eram os Estados Unidos e a Alemanha que se encontravam em melhores condições e intenções de financiar as pretensões do governo estado-novista.

A política externa²⁰ brasileira, já amplamente visitada pelos historiadores²¹, adquire outra dimensão no período entre-guerras. Para o Brasil, a mudança na política internacional americana e as crescentes trocas comerciais com a Alemanha o colocaram como uma peça em disputa, tanto comercial como de influência, por estes países que logo estarão em lados opostos no principal conflito do século XX. Segundo Gerson Moura, proclamava-se naquela época a ideia de uma política de “boa vizinhança” entre os Estados Unidos e os demais países do continente americano. Caracterizada por um convívio harmônico e respeitoso entre todos os países americanos, pregava o oposto das ações norte-americanas até então, na sua maioria, marcadas por desrespeito a soberania aos países latino-americanos e por intervenções militares (a conhecida política do Big “Stick”: grande porrete – em alusão a forma autoritária e violenta das atuações). Juntamente a esta busca pela harmonia, também estava prevista uma política de ordem comercial, cultural e até educativa de troca generalizada de mercadorias, valores e bens culturais entre Estados Unidos e o restante da América. Quem dominava e norteava essas relações era o poderoso vizinho do norte, claro. De fato, esse contexto de disputa e certa abertura, permitiu ao Brasil relativa autonomia de negociação. Trata-se de um período excepcional, no qual o Brasil contou com a astúcia de seu governante. Vargas, após

²⁰ Entende-se por política externa como Clodoaldo Bueno, para quem essa prática. De forma geral, é o “estudo da política externa de um Estado em relação a outro Estado determinado ou ao contexto internacional. Corresponde a face externa da política geral de um Estado. O estudo da política exterior de determinado Estado centra-se numa visão de dentro para fora, setorial, o que não implica prescindir o estudo do contexto internacional, que lhe fixa os parâmetros de atuação e das condições internas que de um modo ou outro informam a política externa”. História das Relações Internacionais: conceituação e fontes. *Memória da II Semana da História*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1980, p. 124 In: DÁLMAZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

²¹ Sobre a política externa brasileira antes e durante a Segunda Guerra Mundial, ver:

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre:

EDIPUCRS, 2000 e MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa*

brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

muitas negociações, dificuldades, idas e vindas, conseguiu alcançar alguns de seus objetivos para o país, como o rearmamento das Forças Armadas e o financiamento para a siderúrgica de Volta Redonda, carro chefe do plano de industrialização, já vistos como metas principais.

Houve sim uma política de ações direcionadas ao Brasil por parte dos irmãos do norte. A partir de 1941, missões americanas dos mais diversos setores, oficiais ou não, chegavam aqui com o objetivo de estreitar laços conosco. Moura defende e demonstra através de uma vasta pesquisa que essa penetração ideológica e comercial norte americana obedeceu um cuidadoso planejamento, integrante de estratégia mais ampla, que procurava assegurar no plano internacional o alinhamento do Brasil (e da América Latina) aos EUA. Um dos principais instrumentos utilizados para promover a cooperação interamericana e combater as influências do Eixo, foi o Birô²², sob o comando de Nelson Rockefeller. No seu programa estavam previstas ações em diversas frentes: economia, educação, cultura, informações e propaganda, com um único objetivo: tudo para consolidar a imagem dos Estados Unidos como a grande potência a ser admirada e seguida. O Birô estava inserido no esforço de guerra americano que buscava a conquista de mentes e corações. A estrutura do Birô possuía quatro divisões: comunicações que abrangia rádio, cinema, imprensa, viagens e esportes; a de relações culturais, responsável pela arte, música, literatura, publicações, intercâmbio e educação; a da saúde incluía problemas sanitários em geral; e a divisão comercial/financeira lidava com prioridades de exportação, transporte, finanças e desenvolvimento²³. Mesmo tentando abarcar todos os setores brasileiros com sua boa vizinhança, a colaboração e alinhamento brasileiro exigiram do governo norte-americano mais do que estava planejado e do que este, estava disposto a ceder.

Mas, como o Brasil reagiu a todos estes investimentos dos Estados Unidos? Chegamos, então, a famosa e brilhante questão da “equidistância pragmática”²⁴ que manteve-se, por um período, em relação aos Estados Unidos e a Alemanha. É importante destacar que um país com a extensão territorial, a localização estratégica, a população (mercado consumidor) e as riquezas naturais (matérias-primas) do Brasil não poderia deixar de despertar o interesse dos principais partícipes da guerra. Na década de 30, antes da implantação do Estado Novo, o Brasil já estabelecia relações econômicas importantes com os

²² Essa super agência chamou-se, a princípio, Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics. Um ano mais tarde, o nome foi simplificado para Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, pelo qual ficou conhecido até o final da guerra. Esse Birô encerrou suas atividades em 1946, mas alguns de seus projetos subsistiram até 1949. MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.20.

²³ MOURA, Gerson. Op. Cit. p.23.

²⁴ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

norte-americanos e com os alemães, sendo estes os dois principais parceiros comerciais do Brasil, respectivamente. No caso norte-americano praticava-se o livre comércio, essencial para a entrada de divisas para pagamentos de empréstimos, das exportações e para novos investimentos. Já com a Alemanha, o tipo de comércio era o compensado, importante para a entrada de produtos industrializados. Este sistema calculava o valor das mercadorias exportadas pelo Brasil – basicamente matérias-primas para alimentar as famintas indústrias alemãs - e abria um crédito correspondente a esse valor, o qual o Brasil revertia em importações de produtos industrializados alemães. Não havia troca direta de divisas, mas a transação utilizava como moeda para cálculo das mercadorias trocadas, marcos. Nesse momento, a Alemanha em pleno crescimento industrial, abria-se como um novo e excelente mercado para as matérias-primas brasileiras (principalmente para lã, banha, couros, carnes, arroz, fumo e algodão) ²⁵ e bem vindo exportador de produtos importantes, inclusive armamentos que tanto agradavam os militares do governo. A conhecida contradição entre setores do governo Vargas em pró-eixo e pró-aliados, já se reflete no setor econômico nesse momento: favoráveis do comércio livre (Estados Unidos) versus favoráveis do comércio compensado (Alemanha). O governo optou por manter ambos até porque o comércio praticado com os alemães se mostrava vantajoso a países que não dispunham de divisas para o pagamento imediato de suas importações, exatamente o caso brasileiro.²⁶

O alinhamento definitivo entre Brasil e Estados Unidos encontraria em seu caminho mais algumas contradições e empecilhos. No campo estratégico e militar isto será evidenciado. Os dois países e seus respectivos exércitos tinham uma ideia divergente sobre o tipo de colaboração militar que iriam estabelecer. As forças armadas americanas queriam se incumbir da defesa de todo o continente, mas nossos militares queriam defender o seu próprio território, entretanto contando com o auxílio americano como fornecedor de armamentos e munições. Cientes da simpatia pelo Eixo de alguns membros do comando das forças armadas brasileiras, os oficiais americanos não estavam seguros e dispostos a entregar material bélico em suas mãos, mas ao mesmo tempo, pretendiam estabelecer bases militares no nordeste do país e, para isso, precisariam de um acordo com o nosso Exército. Setores pró-germânicos ou de neutralistas sinceros no governo Vargas resistiam ao alinhamento aos Estados Unidos, adiando ao máximo uma tomada de decisão. Os militares brasileiros argumentavam que o Brasil não estava preparado para defender sua extensa costa caso se alinhasse definitivamente

²⁵ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

²⁶ SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

ao lado dos americanos. Os afundamentos de navios brasileiros por submarinos existiam e comprovaram que eles estavam certos.

O regime do Estado Novo, tendo como ideal um Estado forte, regido por um líder carismático que se utiliza da imprensa para obter endosso da população, a oposição ao comunismo e aos grupos étnicos e raciais, exercendo o poder através de uma ditadura punha o Brasil mais próximo da linha ideológica dos países do Eixo do que das democracias inglesa, francesa e norte-americana. A exaltação ao nacionalismo, essencial ao regime, utilizou, assim como na Alemanha nazista, a educação, a propaganda política e a polícia, com as devidas proporções e diferenciações, como meios de conquistar mentes e corações. Apesar das afinidades com o nazifascismo, não havia efetivamente e explicitamente uma identificação ou alinhamento com este, até porque se fazia questão de enfatizar a originalidade do Estado Novo. Essa identificação totalitária inevitável, inclusive, será o motivo da queda do regime que lutava e pregava a democracia no plano internacional, mas que ao seu povo negava-a enquanto aplicava uma ditadura.

Em relação à Alemanha, havia uma admiração pelo seu desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, pelas tendências autoritárias do regime exercido por Hitler e pela sua disciplina e organização militar, apreciadas principalmente pelas Forças Armadas brasileiras. A ala germanófila no governo era forte. O próprio Vargas se mostrara favorável a uma aproximação com os alemães em 1940. Como já comentado, o comércio entre os países era relevante e atendia a necessidades de alguns grupos brasileiros. O empresariado industrial, temendo a concorrência desleal dos produtos norte-americanos (melhor qualidade e menor preço) era favorável ao comércio compensado, já os agro-exportadores, pensando na entrada de divisas, eram partidários do livre-comércio. Em 1934, Getúlio Vargas optou por manter as duas formas. Em 1935, após oposições internas, assinou acordo comercial com os Estados Unidos e em 1936, assinou também um tratado comercial com a Alemanha, oficializando as transações já existentes. A iniciativa do tratado com os Estados Unidos foi norte-americana, já que sentiram-se ameaçados pela aproximação brasileira com a Alemanha nazista. Não eram somente trocas comerciais que estavam em jogo, mas sim uma área de influência importante e os americanos sabiam disso.

Dentre os membros do governo varguistas, eram pró-alemães o ministro da Justiça, Francisco Campos, que elogiava abertamente Hitler, o chefe da Polícia Política, Filinto Müller, o diretor do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), Lorival Fontes, o Ministro do Trabalho Waldemar Falcão. O Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, e o General Góis Monteiro (Chefe do Estado Maior do Exército) eram favoráveis a Alemanha,

pois além das afinidades ideológicas, o comércio de armas com aquele país era importante para a tão almejada modernização do material bélico das Forças Armadas Brasileiras que os Estados Unidos relutavam em proporcionar. A identificação e admiração por essa Alemanha em pleno desenvolvimento pode ser verificada em veículos de comunicação como a Revista do Globo que, durante o período em que as relações germano-brasileiras contabilizavam altos índices de colaboração, veiculava matérias que demonstravam uma boa vontade em relação a Hitler e a Alemanha. O desgaste dessa relação também pode ser acompanhado nas páginas do quinzenário, que após o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos, passa a projetar uma imagem negativa do regime nazista²⁷ e seu líder.

A contradição observada através da Revista do Globo também está presente nas lembranças de contemporâneos do período. A questão econômica como determinante, as tendências opostas internas do governo e o controle da imprensa pelo governo fazem parte das lembranças sobre o entre-guerras.

É, naquela época, comentavam muito que o Getúlio ficou indeciso: ou ele pendia mais para a Alemanha ou pendia para os Aliados. E ele, como grande político e com a economia pendendo também, achou por bem tender para os Aliados. Porque ele estava indeciso, naquela ocasião, devido, inclusive, a alguns ministros dele. E, efetivamente, veio... agora, isso é difícil dizer, porque as nossas notícias eram através dos jornais. Nós não podíamos ter uma coisa... Não tínhamos, vamos dizer, penetração direta nesses órgãos de controle. Era unicamente pela imprensa ou diz-me-diz. Isso já uma coisa que a gente não pode afirmar negativamente ou positivamente.²⁸

Visando a guerra, a Alemanha nacional-socialista viu no Brasil um excelente mercado de consumo e fonte de matérias-primas, além de se adaptar ao comércio do tipo compensado. Mesmo almejando aumentar sua influência política e ideológica, a questão econômica estava em primeiro plano para os alemães. Logo, ações próprias do Estado Novo visando a união e homogeneização nacional vão começar a afetar as relações entre os países. Um dos principais objetivos do Estado Novo estava em promover uma nação homogênea e, para isso, lançou a campanha de nacionalização, a partir de 1938, que deu início a uma crise nas relações diplomáticas com a Alemanha. O problema é que o país insistia em manter um centro do Partido Nacional Socialista no Brasil, o que era visto pelo nosso governo como um desrespeito a soberania do Brasil, além de haver por parte da Alemanha um descontentamento

²⁷ Matheus Dalmáz realizou um excelente estudo acompanhando as mudanças de abordagem da revista de acordo com as mudanças de posição da política externa brasileira. Ver: DÁLMAZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

²⁸ CUTIN, Salomão. "Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul". Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº 008

em relação às ações aplicadas a alemães e teuto-brasileiros. Estas medidas visavam inserir estes imigrantes e descendentes aos valores, costumes e tradições brasileiras, tendo que, para isso, desvinculá-los das origens germânicas, proibindo o uso da língua natal, bem como alguns costumes e tradições que estes mantinham desde a imigração. Para isso, as esferas policiais e educacionais estiveram presentes. A crise chega ao ápice quando o embaixador alemão Karl Ritter é declarado “*persona non*” grata, após problemas com Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores e declaradamente pró Estados Unidos. Em suas conclusões, Ricardo Seitenfus²⁹ contextualiza esse desfecho confirmando a ideia de que, apesar das aparentes idas e vindas, a política externa brasileira obedece efetivamente, a partir de março de 1938, a rígidos princípios orientados por um entendimento com os Estados Unidos, percebido como necessário e indispensável. E como elementos definidores dessa tomada de posição, destaca o ingresso de Oswaldo Aranha à frente do Itamaraty, ou seja, assumindo a política exterior, e a campanha nacionalista no Sul, foco de imigração germânica.

Com o avanço da guerra, temos uma sequência de conferências entre os países americanos, onde representantes dos países do continente reúnem-se para estabelecer e oficializar suas posições em relação ao conflito entre o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (França, Inglaterra e Estados Unidos a partir de 1941). No ano de 1939, quando a guerra estoura na Europa, o Brasil, assim como as outras repúblicas americanas, conserva a sua posição de neutralidade diante do conflito na Conferência do Panamá. Essa posição garante a continuidade do comércio com ambos: os americanos, ainda não envolvidos, e alemães, líderes do Eixo. No ano seguinte, em Havana, foi afirmada a solidariedade continental em face de uma agressão externa a qualquer país do continente, decisão que abertamente favorecia os Estados Unidos em seu plano de alinhamento, pois era o mais provável a se envolver na guerra. Diante do que foi firmado, a entrada dos Estados Unidos no conflito, após sofrer um ataque japonês a sua base aérea no Pacífico, vai modificar as relações de forças até então existentes, além de impossibilitar o comércio germânico-brasileiro.

Não foi fácil para Vargas conseguir apoio dos americanos para concretizar suas metas. As negociações foram evoluindo em momentos onde os Estados Unidos sentiam-se mais ameaçados pela influência do Eixo e ganharam impulso durante a guerra, graças aos avanços alemães. Os Estados Unidos não tinham interesse em promover indústrias pesadas no Brasil, pois precisavam assegurar mercado consumidor para o pós-guerra. No plano militar, tendo como objetivo a modernização das Forças Armadas, formou-se um acordo com os

²⁹ SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

seguintes termos: os Estados Unidos forneceriam equipamentos modernos e, em troca, colocariam em prática seu projeto de defesa comum do continente. É durante o segundo semestre de 1940 e ao longo de 1941 que os vínculos entre Brasil e Estados Unidos se fortaleceram e quando se tomou uma posição de afastamento em relação à Alemanha. Após o ataque a base aérea americana de Pearl Harbor no Havaí, o Brasil declarou sua solidariedade com o amigo do norte e Oswaldo Aranha aproveitou para declarar o incondicional apoio brasileiro aos Estados Unidos. Essa declaração, realizada na Conferência do Rio de Janeiro, representa uma sequência lógica de toda política desenvolvida pelo ministro ao longo dos anos de aproximação com os norte-americanos. Já a atitude de Vargas é claramente oportunista³⁰.

Bom, no período da Segunda Guerra havia uma simpatia do governo brasileiro com o nazi-fascismo. Isso era evidente. Com o afundamento de navios brasileiros na costa brasileira houve uma tomada de posição. Ai houve uma definição contra o nazi-fascismo. Houve uma definição. Agora, basicamente, essa posição deles foi já mais vinculados a um pensamento novo, em que havia uma simpatia maior em relação aos países ocidentais, enfim mais democráticos, havia essa simpatia. Naquela época, do período da Segunda Guerra, era comum alguém de origem alemã ser procurado, recolhiam rádios, não podiam escutar rádio e uma série de coisas e passaram a tomar essas medidas.³¹

A simpatia pelo nazi-fascismo é relatada como tão aparente quanto a tomada de decisão após os ataques do até pouco tempo, grande exemplo e parceiro comercial. As represálias em reação aos novos inimigos, os chamados de súditos do Eixo devem ser destacadas, pois aqueles que eram vistos somente como um núcleo a ser inserido e contagiados pela brasilidade, passam a ser vigiados e vistos como traidores e inimigos em potencial. Nos próximos capítulos, a temática do tratamento dispensado a imigrantes, principalmente alemães, judeus e judeu-alemães, será retomada.

Na Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil rompe definitivamente relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, mas deixa claro que isso não é uma declaração de guerra. Entretanto, isso trouxe garantias de que o país não sofresse com as represálias alemãs e italianas. Em 15 de fevereiro de 1942 foi posto a pique o primeiro navio brasileiro. Em agosto os ataques intensificaram-se, deixando de dirigir-se somente a navios mercantes, estendendo-se a navios de passageiros. Essa atitude causou geral indignação da população brasileira, que foi às ruas clamar por uma reação do governo. Essa reação veio com a

³⁰ SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p 291.

³¹ BURD, Samuel. "Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul". Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 050.

declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália e não ao Eixo. Aqui temos uma peça chave. Seguindo a linha de análise de Seitenfus³², a declaração de guerra à Itália e Alemanha foi uma consequência da agressão ao território brasileiro, já que esta não se estendeu ao Japão (não agressor do Brasil, mas dos Estados Unidos) e não uma reação de acordo com a solidariedade continental pregada pelo pan-americanismo, da qual o Brasil declarava-se adepto. A atitude oportunista de Vargas está claramente ligada a questão política e econômica e se fez visível.

(...) ele tomou certas atitudes que não agradava, mas ele não podia agradar a todos. Por exemplo, quanto aos Aliados entraram na guerra, ele demorou a se manifestar contra as orlas hitleristas, contra a Alemanha, foi preciso que afundassem em 1943 alguns navios brasileiros para que ele se manifestasse, que estava meio comprometido. Nós temos o caso que hoje é público, da filha do Prestes, que ele entregou a polícia hitlerista uma mulher grávida cujo filho iria nascer aqui, quer dizer, ele tinha uma certa simpatia até o dia em que Roosevelt veio ao Brasil, conseguiu o apoio de Getúlio em troca da Siderúrgica Nacional, é preciso que seja bem esclarecido e ele então, evidentemente, sendo o Brasil beneficiado, ele rompeu com a Alemanha e se passou. Mas, Getúlio nunca foi antisemita (...)³³

Importante enfatizar para as análises que se seguirão, que o depoimento destaca que independente da simpatia e do comprometimento do governo brasileiro com o alemão, demonstrado a partir do conhecido caso de Olga Benário, e o reconhecido interesse econômico que permeou o alinhamento aos Aliados, se ressalta o que parece uma qualidade, uma defesa do governante: “nunca foi antisemita”. Podemos nos questionar sobre como a campanha de nacionalização e a enfim tomada de decisão ao lado das democracias foi encarada pelos imigrantes judeus que aqui se encontravam.

No plano ideológico, temos, pelo menos, duas atitudes paradoxais no alinhamento brasileiro. De um lado, os Estados Unidos aceitando que Vargas exerça um poder ditatorial, enquanto luta como defensor da democracia contra a tirania. Do outro lado, temos o próprio Vargas posicionando-se ao lado da democracia e justificando a entrada na guerra por sua defesa. Essa posição será fatal para o governo, levando a conscientização da população, seguida de campanhas pró-democracia e pressões que resultarão no fim do Estado Novo em 1945, completando a vitória da democracia sobre o autoritarismo.

2.2 – Política interna: autoritarismo, centralização e nacionalismo no Estado Novo de Getúlio Vargas

³² SEITENFUS, Ricardo. Op. Cit. p 316.

³³ KRIPKA, Sczyja. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. n° 145.

Getúlio Vargas governou o Brasil durante quase 20 anos (1930-1945/1951-1954). Para alguns ele foi o “pai dos pobres”, um presidente preocupado com as condições de vida do povo e com os direitos trabalhistas. Outros, no entanto, afirmam que ele foi a “mãe dos ricos”, por manter o privilégio das elites e por controlar com mão de ferro os trabalhadores. Essas opiniões distintas tem origem na própria conduta de Vargas. Boa parte de seu governo foi ditatorial, caracterizado por censurar os meios de comunicação, reprimir e perseguir a oposição e controlar fortemente os sindicatos. Foi também sob seu comando que o Brasil deu um importante salto em direção à industrialização de base.

Nosso estudo foca a primeira fase, no período do Estado Novo (1937-1945) sendo importante ressaltar que este período não representou um corte radical com o passado³⁴, passado este, entendido como o recente, pós-revolução de 30. Realmente segue-se nesse novo regime tendências inauguradas em 1930, até por que o governante da nação não se alterou. A instauração do regime se deu, resumidamente e simplificadamente, assim: perto das eleições democráticas para presidente (que deviam ocorrer em 1938), o governo anunciou a descoberta de um plano comunista para tomar o poder, o Plano Cohen. Na verdade, este plano foi forjado pelos militares e integralistas brasileiros para justificar o golpe de Estado que seria dado por Vargas, tornando seu governo uma ditadura. O objetivo foi alcançado, as eleições foram canceladas e o Congresso, fechado. Uma nova Constituição, nos moldes fascistas, que delegava plenos poderes a Getúlio Vargas foi elaborada. Começa o Estado Novo que dará ao governo do Brasil, nestes oito anos, uma feição política claramente autoritária, nacionalista e centralizadora.

O autoritarismo foi (...) a vertente ideológica que incultou no país os princípios da primazia do Estado, da obediência a hierarquia e da passividade política da sociedade, situando-se o novo regime como herdeiro dessa tradição. O nacionalismo, fruto de uma consciência da dependência em relação ao exterior, pregava a unidade nacional, a adequação da cultura e das instituições a “realidade brasileira” e a utilização de recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado. A centralização aparecia como um corolário indispensável a consecução de interesses apresentados como da nação, implicando num intervencionismo crescente nas esferas política, econômica e social.³⁵

O governo exercido pelo ditador Getúlio Vargas, teve como base o apoio das Forças Armadas e intelectuais idealizadores do regime. Centralização de poderes e reforço da

³⁴ FAUSTO, Boris. FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p 201.

³⁵ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 15.

unidade nacional foram princípios essenciais a este regime. A queima das bandeiras estaduais simbolizou exatamente o fim da descentralização política, que fora tão almejada pelas oligarquias estaduais desde a independência do Brasil, que veio a se concretizar com o advento da República, principalmente em sua segunda fase e que, agora, Getúlio objetivava dar fim. É importante ressaltar que o fim da República Oligárquica não significou o fim das oligarquias, estas continuaram a existir e tiveram um rearranjo no poder, contribuindo para a continuidade do novo governo. Segundo Luciano Aronne de Abreu³⁶, as relações entre governo federal e estadual se deram por laços marcados por relativa autonomia ou relativa dependência mútua, onde os interventores estaduais desempenharam o papel de mediadores entre o poder federal e as oligarquias estaduais. Portanto, o Estado Novo não se constituiu em uma estrutura homogênea.

Governando através de decretos, o próprio Vargas nomeou os interventores estaduais como uma forma de garantir controle. A ditadura do Estado Novo teve como bases políticas os militares, sob a liderança de Góis Monteiro; os latifundiários, pois a ditadura se comprometia em manter intacta a estrutura agro-exportadora; os setores industriais com elevada taxa de exportação e plano de industrialização; as classes médias com possibilidades de ascensão social e a violenta repressão policial. A visão econômica de Getúlio Vargas era nacionalista: queria proteger os empresários brasileiros da concorrência estrangeira. O governo fazia empréstimos e cobrava menos impostos dos empresários industriais, ao mesmo tempo em que aumentava os impostos sob as importações. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram privilegiados por essa política.

De um modo geral, há um consenso entre os historiadores sobre as principais características do Estado Novo: autoritário, centralizador e nacionalista. O projeto político-ideológico que o estruturou foi elaborado a partir de tendências existentes desde a década de 30 que acreditavam em um Estado forte e centralizador e inspiraram pensadores como Oliveira Vianna, Antonio José do Azevedo Amaral e Francisco Campos, os chamados ideólogos do Estado novo. Segundo estas ideias, a ditadura autoritária do Estado Novo seria o regime mais adequado às características do país onde o autoritarismo era apresentado como verdadeira democracia.

Segundo Francisco Campos, o Estado Novo suscitara no país uma consciência nacional, unificara uma nação dividida, colocara um ponto final às lutas econômicas e impusera silêncio a querela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do Estado.

³⁶ ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande do Sul estadonovista: interventores e interventoria*. São Leopoldo: Unisinos, 2005. (Tese doutorado).

Francisco Campos considerava uma organização política nacionalista e forte a condição essencial para o desenvolvimento econômico e social que os tempos modernos exigiam. Assim, ideologicamente, Campos tentou incorporar as realidades e aspirações brasileiras a um plano teórico de Estado, cujos atributos principais eram a força, a disciplina e a eficiência. Para ele, o Estado Novo, era Getúlio Vargas. Oliveira Vianna, por sua vez, acreditava que o sentido nacional poderia ser resumido em um único lema: “Organização sólida, estável e liberdade”. Oliveira Vianna acreditava que somente as elites dirigentes estavam em condições de tomar decisões e de governar o país. Seu pensamento elitista tem como traços essenciais: o culto da razão de Estado e da ação das classes dominantes como principais agentes das transformações sociais e políticas. Considerado por alguns como liberal autoritário e por outros como inspirador de um autoritarismo instrumental, defendia, segundo Antonio Paim³⁷, o autoritarismo como um instrumento transitório a que cumpre recorrer a fim de instituir no país uma sociedade diferenciada, capaz de dar suporte a instituições liberais autênticas. Azevedo do Amaral defendia que apenas a máquina estatal seria capaz de transformar o povo em uma nacionalidade. O cerne de seu pensamento girava em torno de um Estado Autoritário, sinônimo de Estado Nacional e democrático. Autoritarismo, para o autor, seria a essência da organização estatal, totalmente vinculada ao exercício de governo, imprescindível à ação eficiente do Estado. Considerava a organização autoritária uma democracia autêntica – uma vez que a nação vê os desígnios da vontade coletiva sendo realizados pelo Poder Central. Quando Estado e Nação se identificam, então o governo é democrático, e todas as formas de ligação entre os dois se tornam supérfluas, como por exemplo, os partidos políticos.

Segundo Torres³⁸, o nacionalismo almejado pelo governo possui um caráter pragmático:

A instauração do Estado Novo permitiu o estabelecimento de três planos do nacionalismo pragmático: o ideológico, observado a partir do projeto nacional desenvolvido por Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, que pregavam a edificação de um Estado forte e centralizado, em detrimento da democracia liberal e dos desmandos das oligarquias, partidos e grupos de interesses direcionados ao específico e não ao coletivo; o institucional, que propiciou a legitimação desse Estado forte através da ação de órgãos

³⁷ PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.

³⁸ TORRES, Andréa Sanhudo. *A campanha nacionalizadora cívico-educativa e a Semana da Pátria na imprensa de Porto Alegre (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. p 236.

formadores de opinião, voltado ao acompanhamento da informação e a difusão contrária aos interesses do regime, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, a Liga de Defesa Nacional, a Juventude Brasileira, enquanto entidade, e através da entronização de bandeiras, festividades, monumentos, canções, preces, e da personificação de heróis nacionais; e no nível popular, com a identificação da população com o chefe da nação e com o próprio país, manifestada com entusiasmo e fervor cívico e patriótico durante as festividades da Semana da Pátria.

As tendências lançadas pelos ideólogos do Estado Novo se baseiam na exaltação do patriotismo. Estas estarão presentes em diversos setores da vida social, utilizando com a imprensa como sua grande divulgadora. O Presidente Getúlio Vargas diversas vezes chamou atenção para o papel da imprensa como dispositivo de controle e mudança da opinião pública, atribuindo aos jornalistas grande importância na formação da opinião pública³⁹. Vargas sabia que quanto mais necessitava alargar as esferas do poder executivo, mais dependia do apoio direto da opinião pública. Desse modo, propaganda política aproveita-se de elementos que já fazem parte do imaginário social, reforçando tendências existentes na sociedade. Sua eficácia depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses do momento vivido. Como exemplo, temos todo um discurso de mobilização para guerra, quando a própria população havia saído às ruas exigindo a entrada do Brasil no conflito, portanto, as atitudes do presidente parecem vir a atender diretamente aos apelos populares, sendo que a política externa brasileira já se encaminhava a estes rumos. Essa forma de discurso é quase sem riscos⁴⁰ de rejeição, pois vai de encontro com a opinião pública e foi sabiamente utilizado por Vargas. Através dele, o Estado difundiu a sua visão de mundo, que vai de encontro com os interesses gerais da sociedade.

O Estado Novo, após a sua imposição nada democrática, necessitava afirmar-se e se autojustificar. Para obter apoio consensual da sociedade, precisava eliminar a contrapropaganda, ou seja, a oposição através do controle sócio-cultural. Essa necessidade de legitimação implicou no aumento da coerção e imposição ideológica. Teve de ser criada uma estrutura ampla e eficiente para zelar pela eficácia desse importante meio de controle ideológico, comandado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, lembrado principalmente por sua ação censora. Mas, mesmo antes da criação do DIP, em 1939, a constituição de 1937, no artigo 122, já fazia objeções à liberdade de imprensa. Previa a censura prévia tanto da imprensa quanto dos outros meios de comunicação social como o teatro, o cinema e a radiodifusão. Prevê medidas para impedir manifestações contrárias ao interesse público e a moralidade. Atribui a imprensa caráter público, sendo que não pode se recusar a inserir comunicados do governo. Proíbe o anonimato e estabelece punição direta ao diretor responsável, com sua prisão. Coloca as máquinas e outros objetos pertencentes às empresas jornalísticas como garantia de pagamentos de multas ou indenizações. Estabelece

³⁹ TORRES, Andréa Sanhudo. *A campanha nacionalizadora cívico-educativa e a Semana da Pátria na imprensa de Porto Alegre (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. p 153

⁴⁰ TORRES, Andréa Sanhudo. *A campanha nacionalizadora cívico-educativa e a Semana da Pátria na imprensa de Porto Alegre (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. p 429

que a direção dos jornais, bem como sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos⁴¹. A imprensa já está amarrada, ameaçada, coagida, a ação do DIP virá para regram ainda mais a sua atividade e colocá-la a serviço do governo.

O DIP foi criado pelo decreto-lei nº 1915, em 27 de dezembro de 1939, organizado a partir da transformação e fusão dos departamentos de propaganda anteriores⁴². Dividia-se em cinco setores: divulgação, radiodifusão, cinema e teatro, turismo e imprensa (mais importante, vigiando a produção discursiva impressa no país). No presente trabalho, interessa-nos o setor responsável pela imprensa e a ele daremos ênfase. O DIP era o responsável pelo controle e distribuição de informações para os meios de comunicação. Fiscalizava e controlava seu funcionamento, aplicava multas, taxas, concedia isenções e favores e dispunha, inclusive, sobre o fornecimento de papel para a imprensa⁴³. Utilizou-se disso pra punir e coagir aqueles que não seguiam as diretrizes do Estado.

Sua ambiguidade se mostra no fato de que, ao mesmo tempo em que era um órgão censor da produção cultural, também agia como incentivador desta. Era um produtor de bens culturais, como livros e revistas, realizava exposições, mostras de arte, concertos, conferências e palestras. O conteúdo de ambas iniciativas era de promoção e divulgação das ações e propostas do governo, ou seja, incentivava somente o que viesse a reforçar as ideias do regime.

As empresas jornalísticas estavam sujeitas a punição no caso de divulgarem notícias com o intuito de exploração de assuntos militares; se a empresa procurasse perturbar a harmonia do Brasil com as nações estrangeiras; se ficasse aprovado auferir compensações materiais para combater os interesses nacionais e as leis do país; se fizesse, direta ou indiretamente, campanha desagregadora e dissolvente da unidade nacional; se divulgasse segredos de Estado, que comprometessem a tranquilidade pública ou fossem contrários aos interesses do país; se provocasse animosidade ou desrespeito a qualquer autoridade pública; nos casos de inobservância das normas e instruções dos serviços competentes em matéria de imprensa; se tentasse diminuir o prestígio e a dignidade do Brasil no interior e no exterior, o seu poder militar, a sua cultura, a sua economia e as suas tradições; se fizesse a propaganda política de ideias estrangeiras contrárias ao sentimento nacional; se provocasse desobediência

⁴¹ BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937.

⁴² Para maiores informações sobre os órgãos de imprensa e propaganda do Estado Novo anteriores ao DIP ver GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

⁴³ TORRES, Andréa Sanhudo. *A campanha nacionalizadora cívico-educativa e a Semana da Pátria na imprensa de Porto Alegre (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. p 56.

às leis ou elogiasse uma ação punida pela justiça⁴⁴. Críticas ao governo, ao presidente, a sua família, a seu assessor também eram proibidas. Assim como fazer qualquer referência ao comunismo.

Como a própria constituição em vigor prevê, os veículos de propriedade particular sofriam a ação da censura e a obrigatoriedade legal da divulgação e redistribuição de notícias e programas elaborados pela Agência Nacional e outras divisões do DIP. Estes forneciam versões oficiais, direcionadas. A Agência Nacional era centro dos serviços jornalísticos do DIP. Atuava como um jornal e possuía a estrutura deste. Preparava artigos, notas e reportagens que eram enviadas aos jornais de maior autoridade para a opinião pública, de maior tiragem e de maior penetração territorial. Estas notícias podiam ser distribuídas gratuitamente ou eram subvencionadas, quando o governo fornecia uma contribuição mensal aos jornais por estas publicações⁴⁵.

Em setembro de 1940, o decreto-lei nº 2557, criou os DEIPs (Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda). Os DEIPs deviam coordenar, orientar e superintender a propaganda nos Estados, sob orientação do DIP. Este só se fortaleceu com a criação dos órgãos estaduais, ampliando ainda mais seu controle. O DEIP gaúcho só foi criado em 15 de dezembro de 1943. O DIP também contava com um serviço de Controle a Imprensa (SCI), que era responsável por normatizar as atividades dos censores. Apesar desse esforço de regulamentação da atividade de controle das comunicação social, o DIP e sua censura não tiveram uma ação homogênea em todas as regiões do países e nem em todo o seu período de atuação (de 1939 a 1945). Mas, em relação aos grandes temas nacionais e elogios a Vargas e ao Governo, a atuação do DIP foi constante.

Segundo Goulart,

(..) por intermédio do DIP, e usando os recursos de manipulação da informação, o Estado constituiu um sistema de valores a serem incorporados pela sociedade e introjetados na consciência popular. O aparelho estatal, por sua vez, imbuído de uma função ética, visava elevar a população a um nível intelectual e moral que correspondesse ao avanço da

⁴⁴ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p 94.

⁴⁵ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

industrialização e da urbanização. Nessa tarefa, o DIP exerceu uma função educativa e pedagógica⁴⁶.

Com a guerra, surgem novos anseios da população. O DIP e, conseqüentemente a imprensa, assumem novas diretrizes: o órgão passa a ser uma grande agência de propaganda de guerra e a imprensa recebe o papel de recrutadora e de mobilizadora para a guerra.

2.2.1 - Em busca de um Brasil homogêneo: A Campanha de Nacionalização

Um dos grandes objetivos estado-novista era a união nacional. Esse conceito engloba o amor à pátria e o despertar do sentimento nacionalista, no sentido de pertencimento a uma nação. Essa pretensão justificará duras medidas tomadas pelo governo, principalmente na Campanha de Nacionalização. Mas o que seria mais propício para o despertar desses sentimentos do que a existência de uma ameaça exógena? Getúlio Vargas contou com duas cartas na manga pra unir todos brasileiros em torno de um mesmo ideal de defesa da pátria: a eminência de um segundo conflito de proporções mundiais e a ameaça comunista. Sabemos que não houve por parte de Vargas ao instaurar o novo regime o planejamento da ocorrência de um conflito como foi a Segunda Guerra Mundial, mas é notável a sua astuta utilização do que o contexto oferecia de forma a favorecer a realização de seus objetivos.

A Nacionalização constituiu-se em uma campanha autoritária e nacionalista com o objetivo de consolidar a unidade e identidade nacional brasileira, até então ameaçada pelos quistos-étnicos, ou seja, grupos de imigrantes e descendentes que conservavam a língua e aspecto culturais da pátria de origem. Atingiu diretamente o ensino, que até então havia despertado pouca preocupação do governo, o que favoreceu a criação de escolas pelos próprios imigrantes. Tornou-se obrigatório o uso do idioma nacional e materiais didáticos em português, bem como o ensino teria de ser ministrado somente por professores brasileiros natos. Mas a nacionalização não atingiu somente o ambiente escolar, mas o cotidiano e a cultura. Qualquer material que fizesse referência a terra natal estrangeira, tinha sua posse proibida, assim livros, revistas, jornais, cartas, diários, documentos estavam sujeitos a apreensão da polícia. O idioma estrangeiro também foi proibido, não se podia mais falar em alemão, italiano ou qualquer outra língua, com pena de prisão ao infrator. Com a eclosão da guerra e posterior posicionamento do Brasil contra a Alemanha, Itália e Japão, novas medidas restritivas foram sendo incorporadas e atingindo diretamente os considerados “súditos do Eixo”.

⁴⁶ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p 20.

A educação escolar serviu muito bem como instrumento para a construção da unidade nacional e para a campanha de nacionalização. Na Era Vargas o governo federal organizou um sistema nacional padronizado de ensino. Essa padronização visava a eliminação das escolas coloniais, organizadas pelos próprios imigrantes e que representavam uma ameaça ao projeto da unificação, pois reproduziam os valores estrangeiros trazidos por eles. Durante o Estado Novo, uma reforma educacional foi implantada no país baseada na fusão entre os princípios ideológicos-militares, voltados a segurança nacional e a educação única, e a nova escola (pública, universal e gratuita).

Foi criado o Ministério da Educação e Saúde (1930), que se construiu um sistema nacional público de ensino, e que foram feitas reformas que perduraram muitas décadas além da de 1940. A Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, a criação da Universidade do Brasil, a criação do Serviço Nacional da Indústria (Senai), em 1942, estão entre tais iniciativas. No caso do ensino primário, a política que talvez melhor exprima o tom daquele governo tenha sido a nacionalização do ensino, ou seja, o fechamento de escolas estrangeiras, a construção de unidades escolares e a imposição de um sistema nacional de ensino.

Ao se examinar os projetos do Ministério da Educação e Saúde, verifica-se que estavam voltados especificamente para a dimensão nacionalizante da educação. Estes projetos, marcados por um discurso preocupado com a construção da nacionalidade, com a valorização da brasilidade, pela afirmação da identidade nacional brasileira, enfatizavam a dimensão estratégica da educação. Neste sentido, dois obstáculos deveriam ser vencidos: primeiro, era preciso combater o regionalismo, por meio da padronização do ensino, da centralização das atividades escolares, da unicidade dos programas e materiais escolares, etc, ações condizentes com a perspectiva de criação de uma educação em bases nacionais; segundo, era preciso minimizar a presença estrangeira nas zonas de colonização, por meio de políticas de nacionalização do elemento estrangeiro, que levassem ao seu abasileiramento.

Principalmente neste segundo conjunto de políticas, a nacionalização do ensino transformou-se em questão de segurança nacional, entendimento intensificado pelo clima de guerra do final dos anos 30 e de antifascismo que lhe seguiu, quando o Brasil se aliou à posição americana, tanto mais porque os núcleos coloniais de maior envergadura do país eram formados por colonos alemães e italianos, países considerados inimigos naquele contexto. Assim, o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, criou a Comissão Nacional de Ensino Primário, com a atribuição de nacionalizar o ensino nos núcleos estrangeiros, e o Decreto nº 948, de 13 de dezembro do mesmo ano, determinou quais seriam as medidas a serem tomadas para a nacionalização do ensino, com a expansão do ensino público e do controle sobre o

ensino particular nas colônias, além do fechamento das escolas que ministravam o ensino em língua alemã, instituindo o português como língua oficial.

Além disso, pelo Decreto nº 406, de 4 de maio de 1938, foram introduzidos novos currículos, com a presença da História e Geografia do Brasil, da Educação Moral e Cívica e da Educação Física, esta última ministrada, preferentemente, por militares. Este novo currículo deveria ser secundado pelo estímulo ao patriotismo, uso dos símbolos nacionais e comemoração das datas cívicas.

Essa função educativa e pedagógica, contou com o apoio da Liga de Defesa Nacional e a Juventude Brasileira, que executaram o nacionalismo no plano ideológico e institucional e no plano popular, através da organização e participação em festas cívicas e patrióticas. A Liga da Defesa Nacional lutou pela conversão cívico-patriótica e fez isso através de campanhas de propaganda popular. Além do nacionalismo, também exaltava o catolicismo. Especificamente no período da Segunda Guerra, assumiu um caráter de movimento de mobilização em favor do Brasil. Complementarmente, a Sociedade Amigos da América, agia e tinha por objetivo combater a quinta-coluna, o derrotismo interno e o apoio aos Aliados. A Juventude Brasileira, criada em 1940, visava a pré-mobilização e a homogeneização de sentimentos e pensamentos em torno do culto a pátria⁴⁷.

Segundo Perazzo⁴⁸, a disseminação da ideia de “perigo alemão”, reforçada com as características expansionistas da Alemanha em guerra, contribuiu para criar um fato legitimador de práticas repressivas. A partir dessa construção, levou-se a população a acreditar na urgente necessidade das medidas de “abrasileiramento” tomadas pelo governo. Essa política terá eco principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde haviam maior presença desses imigrantes e, conseqüentemente, de seus descendentes. Reforçando esse conceito, a polícia civil gaúcha redige, em fins de setembro, um relatório sobre a organização nazista no Estado. Suas conclusões vão de encontro com as federais, afirmando a existência efetiva de um “perigo alemão” nos Estados sulistas. O relatório é endereçado a Vargas e claramente maximiza os riscos que o país corre⁴⁹.

A guerra, com sua cultura própria e particular, acaba por unir o povo, trazendo a tona o sentimento de defesa e de amor à pátria. Portanto, a guerra servirá como justificadora da

⁴⁷ TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

⁴⁸ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado, 1999.

⁴⁹ SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

mobilização da população civil de forma patriótica em defesa de seu país. Na verdade essa mobilização foi na maioria das vezes induzida pelo governo através de inúmeras convocações a sacrifícios em nome da pátria e do imaginário formado em torno do perigo que ameaçava sua soberania. Esta visava à adequação da população aos ideais de disciplina, união e nacionalismo do Estado Novo, aqueles pensados como ideias pelos ideólogos do regime.

Portanto, a nossa questão é que se o Estado Novo forjou uma nova identidade nacional, elaborada por uma estrutura gestada dentro do aparelho do Estado, sabemos que essa verticalização – de cima para baixo – não fez sumir identidades étnicas que existiam no Rio Grande do Sul. No entanto, a obrigatoriedade do abandono dos costumes gerou um ambiente de medo e represálias, no qual atritos entre grupos étnicos poderiam surgir como motivos de perseguição⁵⁰.

A Segunda Guerra Mundial trouxe ao Brasil mudanças significativas, apesar de ser um período esquecido pela nossa população. O esquecimento ao qual nos referimos é o do impacto deste acontecimento em nosso país. O Brasil ganha uma nova importância no contexto internacional, adquirindo, inclusive certo poder de negociação, não precisando submeter-se inteiramente ao poderoso vizinho do norte. Conseguiu manter-se neutro, mesmo quando pressionado, até o momento em que negociasse suas reivindicações. É um momento excepcional para o mundo e para nós. Tão excepcional que um governo ditatorial acaba por lutar no plano internacional pela democracia que negava ao seu próprio povo. O mundo está dividido, vive-se a guerra em todos os lugares, por mais distante que ela pareça estar. A guerra é um evento que mexe com a humanidade, com seus valores independente de onde ocorra. Desperta solidariedade e, de forma maniqueísta, acaba por definir bons e maus. A Segunda Guerra foi global não apenas em termos territoriais ou de países envolvidos, mas porque não se restringiu ao plano militar, estendendo-se ao civil e com isso exigindo que se mantesse todas as esferas da vida privada e pública em permanente estado de mobilização a serviço do Estado, nesse momento o coletivo impera sobre o individual.

O Estado Novo utilizou-se deste clima para incorporar na população brasileira seus ideais de união e mobilização em torno da pátria. Aproveitou-se, portanto, de uma tendência que já estava presente na sociedade, causada pela comoção e revolta diante dos horrores da guerra que se alastrava. Esse trabalho aborda os impactos e as consequências da guerra no dia a dia do porto-alegrense da década de 40, independente destas terem sido forjadas ou não pelo governo. Procuramos conhecer um pouco das especificidades do período e a mobilização

⁵⁰ AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. (Tese doutorado). p. 181.

induzida faz parte desta realidade. Usamos como base a imprensa, que como sabemos foi controlada e, muitas vezes, manipulada pelo DIP, órgão governamental, mas que não perdeu totalmente sua liberdade de expressão, servindo posteriormente como incentivadora dos movimentos pela democracia que levaram a derrocada do Estado Novo. A imprensa serviu como porta-voz do governo, mas também como porta-voz do povo, descrevendo em suas páginas suas insatisfações e o seu comprometimento com as ações de defesa passiva, patriotismo e solidariedade.

2. 3 - Estado Novo no Rio Grande do Sul: especificidades

Seguindo a linha que, independente da existência de um planejamento de nível federal e da tentativa de uma certa homogeneidade cultural, as especificidades regionais continuaram presentes, pretendemos caracterizar o governo e contexto do Rio Grande do Sul do final da década de 30 e início da de 40, tendo como objetivo facilitar a compreensão do impacto do Estado Novo, de suas políticas e da guerra para a população gaúcha. Para apreender as características próprias deste Estado, a reflexão de um especialista.

Do castilhismo positivista costuma destacar-se o caráter autoritário - ao menos sob esse aspecto, o regime implantado em 1937 evidentemente se aproxima dele. O castilhismo se tratava de uma forma de governar que apresentava certo grau de previsibilidade na sua atuação, que apresentava certa preocupação em recorrer a soluções técnicas na administração e que se apresentava relativamente tolerante em assuntos culturais, religiosos e educacionais. De tudo isso, encontramos alguma coisa no Rio Grande do Sul do período estado-novista. As tentativas de modernização da administração e certa tolerância no campo educacional e cultural poderiam ser explicadas por essa via.⁵¹

Assim como a nível nacional, vários aspectos do regime indicam que sua implantação não representou nenhuma ruptura mais profunda, exceto em relação ao grupo

⁵¹ GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p 179.

mais restrito em torno do governante deposto Flores da Cunha. A consolidação do novo regime deveu-se a manutenção da estabilidade política regional, acomodando os apoiadores do golpe (membro da FUG – Frente Única Gaúcha) e buscando agregar aqueles que haviam se colocado ao lado de Flores da Cunha. Segue-se a reacomodação do poder e a certa continuidade política vistas a nível nacional.

2.3.1 - Aspectos políticos: disputas regionais

Após o golpe de 30, Flores da Cunha mantém-se como interventor do Estado do Rio Grande do Sul. Este acreditava poder beneficiar o Estado, por estar no comando do governo federal, um gaúcho. Enganou-se. Getúlio Vargas tinha outros planos. Centrando-se mais na questão nacional, não tolerou a autonomia excessiva das unidades estaduais e nem permitiu que os políticos de um único Estado dominassem o governo federal. Segue-se a fase inicial do golpe, o apoio do interventor ao presidente, inclusive na questão da Revolução Constitucionalista liderada pelo Estado de São Paulo em 1932.

O Rio Grande do Sul, ao longo de sua história, havia sido marcado por disputas políticas acirradas e nesse momento, não era diferente. Vargas teve que intervir no Estado de modo a amenizar as disputas e conseguir apoio para que a implantação do Estado Novo tivesse sucesso. Logo começaram os problemas entre Flores da Cunha e o governo federal. Este não concordava com a política excessivamente centralizadora do presidente. Defendia o federalismo, projetando-se na esfera nacional através da tentativa de estabelecer acordos com São Paulo e Bahia. Mas sua postura belicosa não era compartilhada pelos interventores desses Estados. Organizou sua oposição a Vargas através do apoio dos comunistas da ANL (Ação Nacional Libertadora) e colocando as brigadas estaduais sobre seu comando. A oposição solicita ao governo federal sua intervenção através da declaração de estado de guerra no Estado. Assim, elimina-se os poderes do governador gaúcho. Assume a interventoria, o então comandante da III Região Militar, Lúcio Esteves. Esteves acabou por discordar da política de Vargas e do Exército, demitindo-se. Assumiu em seu lugar, Daltro Filho. O arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker atuou como intermediário entre Flores da Cunha e Daltro Filho, demonstrando o poder da Igreja no contexto. Chegamos a renúncia do interventor federal em 1937 e a instauração do Estado Novo no Rio Grande do Sul, três semanas mais cedo do que no restante do país. Como justificativa para essa decisão, temos a ameaça

comunista e as disputas partidárias regionais. Como podemos observar, houve, num primeiro momento, resistências oligárquicas a centralização do novo regime, mas que graças à ação dos interventores estas puderam ser amenizadas.

O primeiro deles foi o militar Daltro Filho, nomeado pra assumir o cargo de novo interventor federal do Rio Grande do Sul. Sua administração, apesar do caráter provisório e emergencial, vai estabelecer as bases administrativas seguidas pelos próximos interventores e estendeu-se de outubro de 1937 até janeiro de 1938, ano em que veio a falecer. Como uma de suas ações que obteve continuidade, está a divisão de poder e as constantes negociações com as elites políticas regionais. Em termos de investimento, este priorizou a educação, a saúde e as obras rodoviárias.

Em seu lugar, assume primeiramente Maurício Cardoso, que é rapidamente substituído pelo Coronel Cordeiro de Farias diante da forte oposição a ele pelos membros do governo estadual. Cordeiro de Farias, também militar, chega a declarar-se apolítico, por não ter militância político-partidária conhecida. Portanto, não se insere em nenhum dos grupos políticos tradicionais gaúchos.

2.3.2 - A interventoria de Cordeiro de Farias: nacionalização como prioridade

Seu governo, de 1938 a 1943, corresponde ao de maior estabilidade e prosperidade do Estado Novo. Esse fato é reflexo da situação nacional. Suas constantes excursões pelo interior para promover a integração regional e conhecer os problemas locais, marcaram sua atuação. Preocupou-se com a suposta ou efetiva subversão promovida por Flores da Cunha do seu exílio no Paraguai. Apesar de seguir as diretrizes de governo lançadas por Daltro Filho, priorizando os campos da saúde, educação e rodoviário, teve como principal preocupação a questão das minorias do Rio Grande do Sul, ou seja, as colônias de imigrantes alemães e italianos. Em seu relatório de final de governo, de 1943, ele apresenta o programa de nacionalização como o maior feito de seu período na interventoria gaúcha.

Outra diretriz do governo foi em relação ao setor rodoviário. Em 1938, temos a criação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). A partir daí, o Rio Grande do Sul transformou-se em um grande canteiro de obras viárias. Mas, o problema era que Cordeiro de Farias continuava a abrir estradas, porém pouco investia na conservação destas, que se mantinham esburacadas e intransitáveis. Privilegiou-se os investimentos na

metade norte colonial. Isso tem um motivo de ordem ideológica: integrar as populações supostamente marginais e, por isso, perigosas e comercial, considerando o grande crescimento da região.

Gertz afirma que Cordeiro de Farias não teve mão livre para agir, sendo controlado pelo presidente através de seus irmãos Protásio e Viriato, além dos instrumentos administrativos impostos aos governos estaduais pelo governo federal⁵². Entre eles está o Conselho Administrativo do Estado (CAE), criado a nível federal a todos Estados com os objetivos de centralização econômica e política e intervenção na autonomia regional. Desde a sua institucionalização, em 1939, sempre teve uma característica de órgão legislador, contando com pessoas oriundas dos partidos políticos que haviam apoiado o golpe do Estado Novo. Era um organismo político, e como tal articulador dos diferentes representantes dos extintos partidos políticos.

Segundo Gertz⁵³ a campanha de nacionalização no estado do Rio Grande do Sul, só pode ser compreendida se os antecedentes políticos e os conflitos étnicos e religiosos já presentes desde o século XIX forem levados em conta. Foi ponto de principal preocupação de Cordeiro de Farias, sendo imposta aos estrangeiros e seus descendentes através de duas frentes de atuação: o campo policial, tendo como seu principal mentor, o Coronel Aurélio Py da Silva, e na educação sob o comando de Coelho de Souza. Seitenfus observa que de 1933 à 1937, as autoridades brasileiras encontravam-se pouco informadas a respeito das atividades nazistas no país e a exceção se dava exatamente em relação aos responsáveis pelas polícias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e ao futuro secretário da Educação riograndense, Coelho de Souza.

Primeiramente é preciso esclarecer que a Nacionalização, criticada por Gertz como uma guerra contra o cidadão e não contra um outro Estado⁵⁴, não se deu de forma homogênea e nem na mesma intensidade nas diferentes regiões do Estado e nem em relação aos grupos de imigrantes. Os imigrantes japoneses, também considerados perigosos por seu país de origem alinhar-se na guerra ao Eixo, aqui não terão importância por sua baixa demografia no Rio Grande do Sul. Mas, em São Paulo, estes foram especialmente atingidos, sendo expulsos da cidade de Santos e de bairros de São Paulo, proibidos de ensinar e falar japonês e tendo suas

⁵² GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p 22.

⁵³ GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

⁵⁴ GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p 145.

escolas fechadas, o que provocou uma violenta desestruturação da comunidade nipo-brasileira.⁵⁵

Já no Rio Grande, os alemães, foram a preocupação central do projeto de nacionalização do interventor riograndense. Segundo Gertz, os teuto-brasileiros possuíam uma dupla identificação: nutriam uma forte identificação com a pátria alemã, ao mesmo tempo em que reivindicavam sua cidadania brasileira. Essa ambivalência não era aceita pelos nacionalistas e passou a ser combatida. A primeira frente de ação foi, com certeza, a imposição da língua portuguesa, através desta, procurava-se atingir a homogeneização e plena nacionalidade destes grupos destoantes.

(...) E um primeiro aspecto a destacar é o da incapacidade manifesta naquela época de aceitar um Brasil multifacetado, de admitir que pessoas pudessem ser bons cidadãos brasileiros com cabelos loiros e olhos azuis, falando uma língua que não fosse o português, professando uma religião que não fosse o catolicismo, cultivando hábitos alimentares que não fossem considerados “tipicamente brasileiros”⁵⁶.

Como grande articulador da repressão oficializada pela campanha de nacionalização, o chefe da polícia do Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py contribuiu de forma notória para a construção da ideia de “perigo alemão”. A disseminação dessa imagem se fez legitimadora e justificadora das práticas repressivas que se seguiram e, independente de sua veracidade, tornou-se presente no imaginário político e social dos brasileiros da época. Segundo Nunes⁵⁷, os focos favoráveis ao Eixo no Brasil e no Rio Grande do Sul não constituíam qualquer ameaça ao governo e a ordem constituída. Muitas das preocupações em torno dessa questão teriam sido estimuladas pelo DIP, buscando motivar a população para o esforço de guerra. Esse trabalho não visa apurar a veracidade ou não desse fato, mas sim reconhecê-lo como componente do pensamento da época. Interessante ressaltar a existência de vários livros sobre “o perigo alemão” e ao menos um sobre o perigo japonês, mas não se tem notícia de algo semelhante em relação aos italianos. Segundo René Gertz⁵⁸, o projeto de nacionalização no Rio Grande do Sul tinha como preocupação central os alemães, entretanto, haviam tantos italianos filiados e simpatizantes ao fascismo quanto alemães ao nazismo.

⁵⁵ CYTRYNOVICZ, Roney. *Guerra Sem Guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000. p 139.

⁵⁶ GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 165.

⁵⁷ NUNES, José Luiz Martins. *Censura e imprensa: os articulistas do Correio do Povo*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (tese doutorado).

⁵⁸ GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p 155.

Uma hipótese para esse fato é a de Roberto Gambini, que vê um contraste entre o que denomina auto-isolamento dos alemães agravado pela propaganda nazista e uma adaptabilidade e integração dos italianos: “Enquanto os alemães demandavam as áreas periféricas de expansão, os italianos buscavam os centros urbanos, penetrando e crescendo na sociedade brasileira a partir de dentro”⁵⁹.

Com a declaração de guerra, a situação se agrava. Logo após a Conferência Pan-Americana realizada em janeiro de 1942 na cidade do Rio de Janeiro, os delegados de polícia gaúchos receberam a Circular nº 3, da Repartição Central de Polícia, datada de 28 de janeiro de 1942. Com o rompimento do Brasil com Alemanha e Itália, algumas disposições deveriam ser rigorosamente observadas:

I – É proibido:

- a) a distribuição de escritos em idioma das potências com as quais o Brasil rompeu relações;
- b) cantar ou tocar hinos das referidas potências;
- c) fazer saudações peculiares a essas potências;
- d) usar o idioma das mesmas potências em conversações em qualquer lugar público, inclusive cafés, bares, restaurantes, hotéis, cinema, lojas etc.;
- e) exhibir, em lugar acessível ou exposto ao público, retratos dos membros dos governos daquelas potências.

II – Devem ser detidos aqueles que, ostensivamente, ou em lugar público, manifestem simpatia pela causa das referidas potências.

III – Devem ser arrecadados todos os livros e materiais de propaganda política em favor daquelas potências, existentes em livrarias, especialmente estrangeiras, e casas particulares.

IV – Devem ser interditadas as estações emissoras de radioamadores e apreendidas aquelas que pertencerem a estrangeiros súditos daquelas potências.

V – Devem ser interditados os aviões pertencentes a súditos pertencentes às potências do Eixo.

VI – Finalmente, a Polícia deve oferecer absoluta garantia à pessoa e aos bens dos súditos das potências do Eixo e não permitir que a sua honra seja ultrajada.

Considerando as determinação federais acima, o Coronel Aurélio da Silva Py, expediu a circular nº 6, em 9 de fevereiro de 1942, determinando que fossem observadas as seguintes normas para o Rio Grande do Sul:

⁵⁹ CYTRYNOVICZ, Roney. *Guerra Sem Guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

- 1 – Normalmente os agentes da polícia devem advertir aqueles que infringirem a disposição acima referida, intimando-os a cessarem a conversação em língua das potências do Eixo.
- 2 – Uma vez feita a intimação referida no número anterior, se os intimados não a cumprirem, deverão ser levados à Delegacia ou Sub-Delegacia de Polícia, a fim de serem advertidos pelo respectivo Delegado ou Sub-Delegado.
- 3 – Aqueles que recalcitrarem na falta do cumprimento do dispositivo acima, deverão ser detidos por vinte e quatro horas.
- 4 – Os recalcitrantes, contra os quais ficar provado o deliberado propósito de não cumprirem as instruções desta Chefia, deverão ser remetidos à Delegacia de Ordem Política e Social, a fim de serem recolhidos à Colônia Penal Agrícola⁶⁰.

Observamos nos diversos depoimentos trabalhados nesta pesquisa, abordados nos seguintes capítulos, que a disposição de número 1 era, normalmente, ignorada, passando diretamente para a de número 2.

O Chefe da Polícia também foi autor da obra *A Quinta Coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, publicada em 1942 pela Editora Globo, um sucesso de vendas e foco de críticas posteriores. Utilizando documentos do DOPS, os quais não temos acesso, e sendo o seu conteúdo muito criticado pelos historiadores quanto a sua efetiva validade, consideraremos sua obra na dimensão do contexto ao qual se insere e não como fonte verídica de documentação, observando o seu lugar na sociedade em que se insere.

A partir da afirmação da existência de um plano pangermanista que incluía o Brasil e a região sul, vai demonstrando toda a organização nazista no Rio Grande do Sul que visa a concretização do plano. Esta ideia seria anterior ao nazismo. O pangermanismo, de forma geral, era o domínio pela Alemanha de territórios e povos que possibilitassem ao povo alemão vantagens militares, políticas e econômicas e o Rio Grande do Sul, com as colônias alemãs que possuía, enquadrava-se perfeitamente. Apresenta provas das intenções alemãs, dentre elas, o livro “A Grande Alemanha, A Obra do Século XX” de Otto Richard Tonnenberg. Este livro, trás consigo toda carga de suspeita por parte da comunidade alemã e do possível interesse dos nazistas pelo Rio Grande do Sul que aparece como “espaço vital alemão” e futuro “protetorado” da Grande Alemanha. Vai demonstrando como é a organização nazista e como ela está presente na sociedade rio-grandense: escolas, sociedades recreativas, esportivas e beneficentes, igreja evangélica alemã. Os nazistas estariam agindo no Estado através de três

⁶⁰ As informações sobre a Circular nº 3, da Repartição Central de Polícia, datada de 28 de janeiro de 1942, bem como a Circular nº 6, em 9 de fevereiro de 1942, foram retiradas de VOGT, Olgário Paulo. *REPRESSÃO X MEDO: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS*. Disponível em <http://online.unisc.br/cecpacs/documentos/repressao.pdf>.

pilares: a Igreja Evangélica (através dos pastores), as escolas (documentos comprovam o subvencionamento de escolas no Rio Grande do Sul pelo governo nazista) e as sociedades (ex: Sociedade dos Atiradores). Como meios de propaganda mais utilizados aparecem o rádio, livros, revistas e jornais, distribuídos gratuitamente.

Sobre a infiltração nazista, o próprio Cel Py declara “Considera-se, com razão, como principal causa da facilidade com que o nazismo se impôs em certos núcleos coloniais, o desinteresse das administrações passadas do Brasil, em relação ao problema do ensino rural e da nacionalização do ensino geral”.⁶¹ O estudo de Priscila Perazzo⁶², complementa essa ideia, demonstrando que o espaço político garantido aos nazistas pelo governo Vargas foi suficientemente flexível, para permitir-lhes livre trânsito até o momento em que o Brasil entrou na guerra. Isso se dá pela política de neutralidade, pela qual optou o governo brasileiro. Que houveram ações do Partido Nazista no Brasil não temos dúvidas, mas a dimensão, o grau de ameaça e os dados trazidos por Py é que são questionáveis.

Ao lado das autoridades estatais, houve também muitos “patriotas” que agiram por conta própria para fazer dos italianos e alemães verdadeiros brasileiros⁶³. Não podemos esquecer das agressões e represálias sofridas pelos imigrantes por parte da população geral. Observaremos esse fato quando falarmos de Porto Alegre, principalmente após as agressões a navios brasileiros por submarinos eixistas. O baixo nível de revide por parte da população mostra, ao contrário daquilo que todo mundo imaginava e dizia, o caráter extremamente pacífico dessa população⁶⁴.

A questão educacional foi promovida pelo Secretário da Educação Coelho de Souza, Esta, possuía um viés pedagógico e outro repressivo. Em termos pedagógicos, os professores desempenham a função de inspetores ou fiscais da nacionalização, além de lecionarem Português, História e Geografia, em termos repressivos; os professores davam permanentes informações as autoridades educacionais sobre a evolução do programa, informando inclusive o nome das famílias que resistiam ao novo estudo. Procurou-se liquidar com as escolas coloniais, muitas vezes subvencionadas pelo governo alemão. Foi proibido o ensino em língua estrangeira, assim como o uso geral da língua de origem pelos imigrantes. O problema é que essas escolas foram criadas exatamente por causa do desinteresse do governo em relação à educação nas regiões. Elas foram feitas pelos próprios colonos, que muitas vezes nem sabiam falar o português. Essa proibição foi um grande choque.

Em geral, no campo educacional foram tomadas medidas importantes para a institucionalização e regulamentação do ensino. Essa era uma tendência seguida desde o início da década de 30. A atenção maior foi direcionada para o ensino básico, sendo que o

⁶¹ PY, Aurélio da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. p 232.

⁶² PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

⁶³ GERTZ, *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p 152.

⁶⁴ GERTZ, *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p 170.

secundário recebeu poucos investimentos, mantendo poucas escolas públicas. Havia três objetivos principais: a ampliação da rede de escolas e do número de professores para aumentar os índices de alfabetização entre a população; definir de uma política de pessoal, com a elaboração de um plano de carreira para o magistério e elaborar normas e critérios para o funcionamento das escolas. Ou seja, buscava uma uniformização, uma unidade do ensino seguindo a tendência nacional.

2.3.3 - Cultura e imprensa.

Para falar um pouco da cultura durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul é importante retomar uma ideia geral sobre os regimes autoritários. Nestas formas de governo, o patriotismo e festas cívicas costumam estar muito presentes no dia a dia. No Brasil de Vargas de 1937 a 1945 não foi diferente e assim como no Rio Grande do Sul de Daltro Filho, Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles. Desfiles e paradas militares, grandes comemorações de datas importantes da história do país marcaram esse período.

A relação da intelectualidade gaúcha com os detentores do poder caracterizou-se pela pouca oposição ou conflito aberto. Aqueles que criticaram o regime federal não tiveram necessariamente a mesma posição e atitudes em relação à situação específica do Rio Grande do Sul e muitos mantiveram-se em cargos públicos.

Em relação às manifestações culturais mais populares, temos o registro de interferências no carnaval, com a publicação de regras a serem observadas. Entre elas, a proibição de cantar uma música com o título “Perna Cabeluda”, a proibição do uso de máscaras ou ainda, a proibição da participação dos súditos do eixo na folia⁶⁵. Assunto desenvolvido no capítulo 2.

Dentro das medidas cultural-ideológicas, não podemos esquecer o papel dos meios de comunicação. Como já foi observado, a imprensa teve papel pedagógico e educativo a nível federal, se refletindo a tendência a nível regional. Com o fechamento dos partidos políticos e, conseqüentemente, da sua imprensa político-partidária, o jornalismo informativo já praticado no Rio Grande do Sul pelo *Correio do Povo* ganhou força. Seu principal rival, pelos inúmeros desentendimentos ao longo da história, o jornal *A Federação*, foi extinto no Estado Novo. Antes mesmo do golpe de 30, quando Getúlio Vargas lançou sua candidatura ao governo federal, o *Correio do Povo*, quebrando uma tradição da qual tanto se orgulhava, a imparcialidade política, expôs em suas páginas o apoio o candidato. Essa tendência seguiu-se com o apoio ao golpe de 30 e a implantação do Estado Novo. Aqui não esquecemos a ação do DIP e o apoio ao governo que foi imposto a imprensa. O que podemos observar é que o

⁶⁵ GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p 143.

Correio do Povo cumpriu com o papel que lhe foi designado, o de mediador do governo Vargas com a população, auxiliando na construção da unidade nacional. É recorrente a exaltação tanto dos chefes, a nível federal e regional, como das suas ações. O engajamento do *Correio do Povo* ao novo regime pode ser medido pelo número de reportagens que a ele são dedicadas e o espaço que elas ocupam no jornal.

O *Correio do Povo* também foi um grande apoiador da campanha de nacionalização, tão prezada pelo nosso interventor e pelo secretário da Educação. A partir de 1940, o engajamento a campanha torna-se mais explícito, já não se busca manter um tom de imparcialidade. Exalta-se as medidas governamentais, entre elas a vinda dos “coloninhos”, descendentes de imigrantes que vivem na colônia e que são trazidos na semana da pátria a capital para participarem dos festejos e “contagiarem-se” do sentimento patriótico. Como no restante do país, a imprensa riograndense vai servir as necessidades do governo federal, passando por mudanças a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

2.3.4 - O Brasil na guerra e o Rio Grande do Sul.

A guerra trouxe amplas dificuldades, entre elas problemas no relacionamento do interventor Cordeiro de Farias com o empresariado industrial de origem estrangeira. No contexto da Segunda Guerra Mundial, as medidas contra os “estrangeiros” e as depredações de estabelecimentos industriais e comerciais, principalmente em agosto de 1942, foram atribuídas a instigações contra os “alienígenas” e “adventícios” partidas do Palácio do Piratini. Quando, em 11 de março de 1942, o decreto-lei 4166 estabeleceu o confisco dos bens dos súditos do Eixo, a CINFA (Centro de Indústria Fabril) enviou em ofício a Conferência Nacional da Indústria informando que, no Rio Grande do Sul, considerável montante de capital pertencente a cidadãos dos referidos países e estavam investidos em indústrias. Enfatizou que a sua retirada destes investimentos, criaria enormes dificuldades ao processo de produção. Há autores que apontam para esses desentendimentos o motivo do pedido de afastamento de Cordeiro de Farias.

Em 1943, Cordeiro de Farias pede o afastamento da interventoria para ingressar nos quadros da FEB (Força Expedicionária Brasileira) que preparavam-se para a luta ao lado dos Aliados. Assume, em seu lugar, outro militar: Ernesto Dornelles, primo de Getúlio Vargas. A

nomeação de Dornelles não representou uma ruptura abrupta com o passado, mas uma descompressão.

A Ernesto Dornelles, por sua vez, coube governar o Rio Grande do Sul nos anos de crise do Estado Novo quando, devido aos investimentos nos Estados foram reduzidos – mesmo naqueles setores primários – e as manifestações populares a favor da democracia se avolumaram. Também se soma a forte crise econômica advinda da guerra e a alta inflacionária. Não foi possível a Ernesto Dornelles, portanto, manter os acordos e o equilíbrio político regional construídos por Daltro Filho e Cordeiro de Farias que, por um lado garantiriam a estabilidade do próprio Estado Novo; e, por outro, estiveram baseados e respaldados pelos princípios autoritários e nacionalistas daquele regime.⁶⁶

O Rio Grande apresenta problemas na geração de energia elétrica. Para amenizá-los é criada a Diretoria de Eletricidade e Forças Hidráulicas, vinculada a Secretaria de Obras Públicas. No início de 1943 é constituída a Comissão Estadual de Energia Elétrica, concomitante com a mobilização econômica, numa situação em que a crise de abastecimento de energia se torna geral. Viviam-se a fase de racionamento dos combustíveis derivados de petróleo, decorrente da guerra e, quanto à energia elétrica, as residências ficavam sem abastecimento após as 23 horas, a iluminação pública se encontrava reduzida a um quinto e fazia-se rodízio no fornecimento as indústrias. Ações concretas para a solução do problema foram implementadas somente depois de 1945.

Com o começo do novo regime, anunciava-se um progresso econômico para o Rio Grande do Sul. Enquanto o governo federal passou a focar-se na industrialização do país, o Rio Grande do Sul continuou com o papel de suprir de alimentos o restante do país, o velho “celeiro”. Gertz aponta divergências entre autores, estatísticas e interpretações em relação ao desenvolvimento agropecuário e industrial no Estado. A questão econômica do período ainda necessita de estudos, para um melhor esclarecimento.

A guerra aparece de duas formas: como favorecedora e como dificultadora da economia. A escassez representou uma excelente oportunidade para algumas empresas gaúchas, apesar da falta de matérias-primas e de equipamento para aumentar a produção⁶⁷. Mas, por outro lado, a ocorrência da enchente de 1941, seguida da seca de 1942 e somada aos

⁶⁶ Afirmções baseadas em ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande do Sul estadonovista: interventores e interventoria*. São Leopoldo: Unisinos, 2005. (Tese doutorado).

⁶⁷ MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul – Banrisul 70 anos (1928-1999)*. Porto Alegre: Banrisul, 1998. In: ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande do Sul estadonovista: interventores e interventoria*. São Leopoldo: Unisinos, 2005. (Tese doutorado).

problemas de exportação de matérias-primas, combustíveis e máquinas para a reposição ou expansão no setor industrial (devido ao agravamento da guerra) teriam dificultado o setor industrial.

Foram tomadas medidas de incentivo as indústrias. Entre elas os decretos-lei^o 93 e 95 de 26 de junho de 1941. Estes isentam impostos das indústrias e profissões às fábricas que se instalassem para beneficiar a fibra têxtil. Concediam o mesmo benefício, até fins de 1943, a quaisquer indústrias que não tivessem similar no Estado.

Gertz atribui aos efeitos da guerra o registro de números positivos na economia gaúcha de 1938 a 1945. Isso teria decorrido, sobretudo, do fato de que, mesmo diminuindo de volume, e perdendo mercados internos, as exportações tiveram crescimento no valor, graças aos efeitos da guerra⁶⁸. Mas, apesar disso, a pecuária manteve-se como o setor mais importante e favorecido do Estado por iniciativas federais.

As trocas comerciais e o próprio abastecimento de produtos foram prejudicados por problemas graves de transportes devido à falta de combustíveis, ao setor rodoviário deficiente e perigo na navegação pela costa brasileira decorrente da guerra.

Esses dados sugerem que a economia gaúcha saiu estruturalmente enfraquecida da Segunda Guerra Mundial e do regime estado-novista, apesar das eventuais expressões de otimismo por parte dos detentores do poder.

As principais críticas ao governo eram em relação ao salário mínimo, considerado alto para os padrões do Rio Grande do Sul, o comportamento durante a enchente de 1941, a inadequada distribuição de combustíveis durante a guerra e a precariedade da produção de energia elétrica.

Tudo indica que a mobilização dos trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços, sofreu grande repressão nos anos anteriores ao Estado Novo e, com isso, estava praticamente neutralizado em novembro de 1937. Visível, novamente, a preparação para a implantação do regime, e sua continuidade anteriormente a implantação di governo Vargas.

O Estado Novo procurou acabar com as diferenças regionais. Como um exemplo, exaustivamente usado, mas muito esclarecedor, está a queima de bandeiras estaduais ao início do novo governo. No caso riograndense, isso foi mais forte, devido a imagem separatista e de distinção que o Rio Grande do Sul mantinha perante os outros Estados brasileiros. Apesar do

⁶⁸ GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p 57.

esforço, nesse campo, o Estado Novo não conseguiu realizar grandes modificações. O tradição gaúcha continuava fortemente arraigada.

3. ASPECTOS DO COTIDIANO DE GUERRA EM PORTO ALEGRE: A FORMAÇÃO DO FRONT INTERNO

Iniciamos este capítulo com alguns questionamentos que surgiram durante esta pesquisa em torno da seguinte pergunta: quando a guerra chegou ao Brasil? Com os efeitos econômicos acarretados pela eclosão do conflito na Europa? Com a disputa econômica e pelo alinhamento brasileiro por Estados Unidos e Alemanha? Quando o povo vai as ruas pedir ao presidente Vargas uma atitude perante o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães? Quando o Brasil declara oficialmente guerra a Alemanha e Itália? A escrita abaixo preocupa-se em desvendar como a guerra esteve presente na capital rio-grandense, Porto Alegre.

Conforme a previsão de membros do Exército brasileiro, que afirmavam a falta de capacidade de defesa territorial, caso o país se colocasse ao lado do vizinho do norte, começam as represálias alemãs. Os ataques a navios mercantes brasileiros por submarinos do Eixo, iniciam em 15 de fevereiro de 1942. Seguem-se mais sete ataques até o final de abril do mesmo ano com 174 vítimas fatais. Durante o mês de maio, mais três navios. De meados de junho até fins de julho, as marinhas de guerra da Itália e da Alemanha respeitam uma trégua unilateral na expectativa de uma mudança na postura brasileira. Somente dois navios

mercantes brasileiros são colocados a pique no início de junho. Sem perspectiva de mudança da posição brasileira, no final de julho as operações contra navios mercantes brasileiros são intensificadas, mas excluem qualquer operação militar ao território brasileiro propriamente dito. Mais três navios brasileiros são afundados por submarinos do Eixo. Em 15 de agosto uma nova onda de ataques eixistas muda o alvo: agora não se restringe a navios brasileiros mercantes e atinge navios de passageiros causando a morte de civis inocentes de um país não oficialmente em guerra. A opinião pública reage e agora está em jogo a tão exaltada honra nacional. A declaração de guerra está próxima.

Em março de 1942 há a adoção do estado de emergência e do decreto-lei nº 4.166 sobre Indenização por Atos de Agressão, que permite ao Brasil tornar responsáveis não somente os Estados do Eixo pelas perdas humanas e materiais sofridas pela marinha mercante nacional, mas prevê que “os bens e os direitos dos cidadãos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas” responderão pelos eventuais prejuízos do Estado brasileiro. Estes incluem os de todas as “pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil”. A responsabilidade por atos políticos, estratégicos e de interesse econômico, deslocam-se das nações e seus governantes para indivíduos comuns que não possuem participação nenhuma na tomada de decisões desta relevância, mas que, independente disso, sofrerão suas consequências.

3.1 - Adaptações e reações: a declaração de guerra está próxima⁶⁹

Antes das manifestações populares que seguiram-se em Porto Alegre nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, a população da capital já demonstrava seu repúdio e revolta contra os países agressores. Em 13 de março, moradores do 4º Distrito de Porto Alegre retiraram as placas de ruas com nomes de países do Eixo, substituindo-as por placas com nomes dos navios brasileiros afundados pelos submarinos alemães: Exatamente nos bairros considerados redutos de descendentes teutos: Floresta, Navegantes e São João. Não fazia mais sentido homenagear qualquer país ou região estrangeira que agora se mostrava como um inimigo. A Avenida Itália, localizada no Bairro Navegantes teve sua placa alterada pelo povo que a renomeou de Rua Arabutã. A homenagem a famosa cidade italiana Veneza também não resistiu aos ressentimentos dos porto-alegrenses. Localizada no Bairro São Geraldo, a então

⁶⁹ As informações contidas neste capítulo basearam-se em pesquisas realizadas no jornal *Correio do Povo* (agosto e setembro de 1942), bem como na obra FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Guia Histórico*. 3º ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

Avenida Veneza tornou-se a Rua Buarque de Macedo. No mesmo bairro, mais uma referência a Itália substituída pelo nome de um navio brasileiro posto a pique durante a Segunda Guerra Mundial. A Avenida Napolitana tornou-se Avenida Olinda. A Avenida Cairu foi rebatizada pelo interventor Loureiro da Silva. De Avenida Germânia, passou a mais uma referência a um navio afundado pelo país cuja cultura era homenageada pelo nome anterior. A prefeitura oficializou as mudanças em 20 de novembro do mesmo ano, através do Decreto-lei nº139 e estas, se mantêm até hoje.

Após a evidente agressão alemã, em 22 de agosto, o Gabinete se reúne e decide reconhecer a existência de um estado de beligerância com a Alemanha e Itália. A 31 de agosto, a beligerância se transforma em estado de guerra entre o Brasil, a Alemanha e a Itália. Nenhuma iniciativa é tomada com relação ao Japão, pois este não agrediu o Brasil, sendo suficiente a ruptura das relações diplomáticas e comerciais. É evidente, então, que esse ato consiste em uma resposta a agressões diretas e não representa assim, uma opção ideológica por entre os lados em conflito.

Não foram só as ruas que tiveram que modificar seus nomes. Muitas empresas com medo da reação dos brasileiros, também foram rebatizadas.

O Banco Pfeiffer, no ano de 1942 passou a denominar-se Banco Industrial e Comercial do Sul S/A, apagando a referência a sua origem germânica.

Antes da declaração de guerra e posicionamento do Brasil ao lado dos Aliados, mas já no contexto de nacionalização a escola Hilfsvereinschule, fundada em 1886 e apoiada pela Deutscher Hilfsverein, a Sociedade Beneficente Alemã teve que modificar seu nome. Em 1934, este já havia sido alterado em homenagem ao presidente alemão falecido, passando a denominar-se Hindenburgschule. Sob a política de abasileiramento educacional, cultural e linguístico do Estado novo, a escola foi convertida em Colégio Farroupilha.

O hoje conhecido Hospital Moinhos de Vento, teve sua origem na colaboração entre duas entidades alemãs – a Verband Deutscher Vereine (Federação das Sociedades Alemãs) com sede em Porto Alegre, e a Frauenhilfe Fürs Ausland (Origem Auxiliadora de Senhoras para o Estrangeiro), da Igreja Evangélica da Alemanha. A ideia era formar um hospital para os alemães e teuto-brasileiros de Porto Alegre, recebeu então, o nome de Hospital Alemão. Em 1942, a mudança para o nome atual foi efetuada diante da declaração de beligerância do Brasil a Itália e Alemanha.

No mesmo ano e pelos mesmos motivos, outra instituição importante da capital gaúcha teve de modificar sua nomenclatura devido ao contexto de guerra. A Sogipa (Sociedade Ginástica Porto Alegre – 1867) que conhecemos, tem sua origem em 1866,

quando um grupo de alemães promoveu a fundação de uma sociedade para a prática de ginástica, a qual foi inicialmente denominada Deutscher Turnerverein, ou seja, Sociedade Alemã de Ginástica. Em 1892, esta fundiu-se com o Turnklub, para formar-se o Turnerbund. A nacionalização e o posicionamento dos brasileiros diante dos ataques alemães obrigou a mudança. A sociedade foi apedrejada assim como a Sociedade Germânica. O Grêmio náutico União, também de origem germânica, originalmente, Ruder Verein Freundschaft (Sociedade de Regatas Amizade) teve seu nome modificado já em 1917, como reflexo das hostilidades contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, quando também houveram depredações a entidades alemãs em Porto Alegre. Também o Leopoldina Juvenil sofreu reflexos da guerra devido a sua fundação vinculada a elementos da etnia teuto-brasileira. O nome, em homenagem a imperatriz austríaca que casou-se com imperador brasileiro Dom Pedro I, não lhe trouxe problemas, mas em meio as manifestações populares de agosto de 1942, sua antiga sede da Rua Dr. Flores sofreu uma lastimável depredação. Após isto, mudou-se para a sede atual. Já a Sociedade Germânia, já havia sofrido com manifestações antialemãs durante a Primeira Guerra Mundial. Sua nova sede, o elegante prédio neoclássico conhecido como “Vila Palmeiro” foi apropriado pelo governo federal durante a Segunda Guerra Mundial para a instalação da Zona Aérea, sendo devolvida somente em 1953.

O Brasil é, então, lançado, a contragosto, no carrossel da guerra. Sua participação não será restrita ao fornecimento de matérias-primas e de produtos estratégicos, pois participará da defesa do Atlântico e da rota natal-Dacar. Em 1944, enviará a Força Expedicionária Brasileira (FEB), com o efetivo de 26 mil homens, sob o comando de Mascarenhas de Moraes, contribuindo a libertação da Itália. Mais do que isso, sua população vivenciará emocionalmente, psicologicamente e “no pão nosso de cada dia” os efeitos dessa guerra entre democracias e totalitarismos. Além das questões diplomáticas, política externa e interesses econômicos que permearam esse período conturbado, o Brasil terá que administrar os reflexos internos que a guerra em si trará para sua população e também arcar com as consequências da sua tomada de decisão ao lado dos Aliados.

Podemos observar através de uma pesquisa a partir de trabalhos que abordaram a guerra em cidades ou estados específicos do Brasil, que houve semelhanças em alguns aspectos relacionados a implicações trazidas pela Segunda Guerra Mundial ao cotidiano das populações. A alta de preços, escassez de alguns gêneros de primeira necessidade, o problema dos combustíveis e, conseqüentemente de transporte, as manifestações populares contra o Eixo, bem como a cobrança por uma reação do país a agressão sofrida, a adequação do governo dos seus interesses ideológicos a conveniência da guerra. Entretanto, também foram

encontradas especificidades relativas a colonização, imigração, cultura, localização de cada região. Neste capítulo o objetivo é desvendar as formas de penetração da guerra na vida dos portoalegrenses da década de 40.

3.2 - Amor e ódio nas ruas de Porto Alegre

As agitações populares que se seguirão em Porto Alegre nos dias 19 e 20 de agosto, em resposta ao afundamento de mais navios brasileiros por submarinos do Eixo, apesar de seu teor altamente violento são exaltadas pelo governo e imprensa local. Na verdade, não foi a primeira vez que os portoalegrenses demonstraram sua revolta através da violência. Durante a Primeira Grande Guerra, o afundamento do cargueiro Paraná no ano de 1917, levou o governo brasileiro a romper relações diplomáticas com a Alemanha e o povo às ruas, promovendo saques, depredações e incêndios à firmas teuto-brasileiras. Em comum, se verifica a atitude da polícia e tropas estaduais que não impediram, nem contiveram a onda de violência.

As manifestações iniciaram em uma manhã chuvosa, logo após o recebimento da notícia dos afundamentos, contida nos meios impressos de comunicação da cidade. Grupos de pessoas começaram a reunir-se e debater sobre o ato de agressão sofrido pelo país. As conversas viraram ação assim que o grupo passou a percorrer as ruas do centro da cidade pedindo represálias aos atos do Eixo, bradando morras ao Eixo, a quinta-coluna e aos traidores enquanto dava vivas ao Brasil, a democracia e aos membros do governo Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Cordeiro de Farias e Manuel Rabelo. Empunhando a bandeira nacional, a massa se dirigiu a Praça da Matriz, onde populares discursaram. Queriam o fim da neutralidade brasileira e a declaração de guerra a Alemanha, Itália e Japão. Dos discursos exaltados, passaram as ações violentas. Os estabelecimentos com nomes ou de propriedade de súditos do Eixo foram invadidos pela massa, apedrejados e saqueados. As 20:00hs houve uma concentração popular próximo do Cinema Central para continuar as destruições. Muitos estabelecimentos foram atingidos pela fúria de milhares de pessoas, chegam a ser anunciados como “centenas de estabelecimentos” e isso, só pode ocorrer graças a “vista grossa” da polícia e do governo perante os atos de violência que eram cometidos.

Na manhã seguinte, as depredações continuaram, inclusive reincidindo em alguns locais. As destruições ocorreram no centro da cidade, bem como nos bairros São João e Navegantes. Desta vez, o governo teve de interceder, pedindo o retorno a ordem. O interessante são os argumentos utilizados pelo interventor do Estado para conter a massa revoltada.

“Como vós, estou vivamente indignado pela covarde e desumana agressão que roubou tantas vidas à comunhão brasileira. Mas, nossa justa indignação não autoriza que destruamos o que é nosso. Sim, meus amigos, mesmo quando se está destruindo bens e propriedades de súditos das nações do Eixo, o que realmente está sendo feito é a depredação de bens e propriedades já sob confisco para compensar os prejuízos que nos foram causados. As pensões que irão receber as famílias dos nossos soldados e marinheiros, tão traiçoeiramente assassinados, vão sair da riqueza acumulada na nossa terra pródiga pelos nacionais das potências agressoras. Destruir essa riqueza será, assim, destruir o nosso próprio patrimônio. Espero que sabereis respeitar o que, já agora, é um bem de toda a nação. Compreendo vossa indignação e sei avaliar bem a dor que vai na alma do nosso povo. E compreendo, porque essa indignação e essa dor são também e profundamente minhas. Não quero que sufoqueis vosso justo pesar. Mas, a ordem precisa ser mantida e as destruições não podem continuar. Além disso, precisais ter em conta o seguinte: há agitadores empenhados na exploração dos vossos sentimentos de revolta. Há elementos interessados e forçar o governo a tomar medidas enérgicas para preservar a ordem e, assim, dar ao povo a ilusão de que o poder público está contra ele. Com isso, meus amigos, esses agitadores visam destruir a unidade espiritual existente entre governantes e governados – essa unidade que tem sido o supremo bem da nossa vida nessas horas trágicas que estamos atravessando. Quero dirigir-me especialmente as senhoritas que tomam parte nessa manifestação. Espero que elas voltem para junto dos outros manifestantes e os inspirem num forte desejo de ordem – essa ordem que será a fonte da disciplina tão necessária nesse momento doloroso e decisivo da nossa existência”⁷⁰.

Após o discurso e a publicação do apelo pelo *Correio do Povo*, cessam as depredações, não por benevolência ou conscientização em relação as ações praticadas de forma prejudicial a pessoas inocentes, mas sim para a preservação dos bens dos súditos do Eixo, que como anunciado por Cordeiro de Farias, agora pertenciam a nação brasileira e pagariam pelos prejuízos materiais e humanos que esta sofreu e poderia vir a sofrer.

As empresas atingidas pelas depredações e pelas acusações de adeptas do Eixo, passaram a retratar-se através das páginas do jornal que exaltava o “quebra-quebra” como ato patriótico e que, em alguns casos proferiu acusações a estas.

O ataque a Casa Lyra é anunciado e justificado, sendo o proprietário do estabelecimento, Reynaldo Langer, tido como um dos mais fortes adeptos do Eixo. Teria, inclusive, dado um “viva” a Alemanha antes do ataque. Este, segundo a reportagem, havia sido espancado pela multidão e, seu estabelecimento, arrasado. Em 21 de agosto, uma nota esclarecedora em nome da Casa Lyra e com assinatura do próprio Reynaldo Langer, afirma que seu espancamento não passava de um boato. Segundo a declaração, o incidente teria ocorrido com um funcionário da casa, brasileiro e reservista do Exército. Exaltando o patriotismo e afirmando sua brasilidade, conclui dizendo que seu negócio espera voltar a normalidade e continuar com a preferência de seus clientes.

⁷⁰ *Correio do Povo*, 20/08/1942. p. 3.

O Bazar Krahe, sofreu ataques em ambos os dias. Os revoltosos retiraram alumínio do estabelecimento e enviaram a Cia Energia Elétrica Riograndense para a Campanha do Alumínio, assim como fizeram Casa Lindolfo Bohrer e Cia. Em sua declaração, anuncia ter sido injustamente atacada já que não tratam-se de quinta-colunistas, mas de brasileiros natos e amantes do Brasil. Afirmando sua brasilidade e repúdio ao Eixo, fazem referência a um boicote que a empresa sofreu do Partido Nazista, documentado na obra do Coronel Aurélio Py “*A Quinta-coluna no Brasil*”, página 356.

A depredação sofrida pela empresa Jacobi e Cia é descrita pelo *Correio do Povo* como extrema. Materiais como aparelhos de rádio, arquivos de aço, móveis, bem como documentos foram jogados no meio da rua pelas janelas. Teria sido encontrada uma estação de rádio clandestina camuflada, que foi encaminhada as autoridades policiais. Seu proprietário foi descrito como conhecido elemento nazista. Na retratação, a depredação sofrida é descrita como “Um lamentável, porém compreensível equívoco”, pois consideraram como estação transmissora os aparelhos de verificação de receptores de rádio existentes na oficina. As autoridades competentes constataram o mal entendido. A empresa afirma que dois sócios da firma, bem como todos os seus funcionários, são brasileiros natos, sendo o terceiro sócio, casado com brasileira e com filhos brasileiros.

Na Casa Guaspari, a situação também foi caótica: teve todos os vidros do edifício quebrados e vários materiais e pertences jogados para o meio da rua. A empresa vem ao público afirmar sua brasilidade, desmentir a existência de uma estação de rádio transmissora na sede da firma e assegurar que os dois sócios que não são brasileiros, tem sua boa conduta assegurada pelo DOPS.

Serriamente danificado, o Armazém Riograndense, refere-se a agressão sofrida pelos manifestantes que “demonstravam sua justa revolta e indignação pelos brutais e inomináveis atentados contra a nossa marinha mercante”. Declara a firma como genuinamente brasileira.

A mesma situação encontrou-se a Auxiliadora Predial. Esta vem afirmar ser uma Sociedade anônima constituída, exclusivamente, de acionistas brasileiros. Esclarece boatos em torno de retratos ou documentos comprometedores que teriam sido encontrados em seu escritório. Afirma possuir uma coleção de revistas técnicas e, em uma delas, havia uma foto de Hitler.

Os cinemas da Pinca Irmãos Limitada – Vera Cruz, Capitólio e Ipiranga – sofreram com as destruições e seus proprietários foram descritos como árdus adeptos do Eixo.

Procurando responder a esta acusação e a de que a empresa constava na “lista negra”⁷¹ norte-americana, os dois sócios declaram-se brasileiros, bem como todos seus empregados. A suposta simpatia pelo Eixo é desmentida, inclusive por ser a empresa colaboradora da Campanha de Nacionalização.

Outros estabelecimentos atingidos pela fúria popular, também buscaram esclarecer sua condição de brasilidade e lealdade a pátria brasileira: Café Natal, Walther Gerhardt e Companhia, Fiambreria Alípio, Fábrica Thofehn e Perfumaria Lido, Restaurante da Praça 15, Confeitaria e Bar Balu, esclarecendo que há três anos não mais propriedade de súditos do Eixo e a Bomboniere Mimosa. Todos colocam como um lamentável engano as depredações sofridas, exaltam a atitude popular, justíssima perante as atrocidades cometidas pelo Eixo, bem como o seu amor ao Brasil. Alguns fazem referência a vínculos de sócios e empregados ao exército brasileiro, belo modo de demonstrar seu patriotismo. Letras maiúsculas para dar ênfase ao que é comunicado aparecem na frase “genuinamente brasileira” e muitos comunicados terminam com o seguinte apelo “esperando merecer a preferência dos fregueses”.

Alguns outros estabelecimentos, procuraram esclarecer a sua condição de forma preventiva como os Serviços Aéreos Condor, empresa genuinamente brasileira desde janeiro do ano em questão, a Companhia de Seguros Minas-Brasil que substituiu seus procuradores, Antonio Vianna Passos – sobrenome sem vínculos ao Eixo – no lugar dos Srs. Fischer, Martins e Cia. Outras empresas atingidas, das quais não se verificou declarações: Casa LindolfoBohrer & Cia, a filial da casa Renner, Casaccia, a Chimica Bayer, Tipografia do Centro, Leitaria Vigor, Studio Os Dois, Confeitaria Schramm, Confeitaria Neugbauer, Bombonieres Woltmann, Jan, Restaurante Dona Maria, Casa Stoduto, Farmácia Sanitas, Restaurante Chiloso, Casa Tschiedel, Casa Hermann, etc.

A “exaltação patriótica” dos dias 18 e 19 de agosto de 1942, antecedeu a declaração oficial de guerra do Brasil ao Eixo, causou um prejuízo total de cerca de 5 mil contos de réis aos comerciantes e industriais atingidos e deu origem a boatos como o falecimento do

⁷¹ As “Listas Negras” ofereceram, durante a Segunda Guerra, sustentação coercitiva à expansão e consolidação da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina. Estruturadas a partir de necessidades impostas pelo conflito bélico e dos objetivos econômicos e políticos norte-americanos, elas incidiram na economia e na soberania dos países onde foram aplicadas e permitiram aperfeiçoar métodos para identificar, bloquear e eliminar empresas controladas por nacionais de países do Eixo que atuavam no continente ou por seus representantes. Com a justificativa do combate global ao totalitarismo, a intervenção em firmas “indesejáveis” e a substituição de sócios e empregados propiciou a abertura de um amplo espaço de oportunidades a ser repartido entre os Aliados. QUINTANEIRO, Tânia. Dilemas da cooperação: conflitos gerados pela política das “Listas Negras” no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Revista Brasileira de Política Internacional., 2005. p.78 a 98.

proprietário da Casa Lyra, o suicídio da proprietária do Restaurante Dona Maria e de um comerciante do Bairro Floresta, desmentidos pelas notícias oficiais.

O comércio da capital, voltou a funcionar normalmente, mas como demonstração de solidariedade a atual situação, o sindicato fez um apelo para que, até segunda-feira, os estabelecimentos hasteassem o bandeira nacional no topo do maestro e funcionassem com portas semicerradas e as cortinas e vitrines arreadas.

Ainda, no início de setembro, mais algumas declarações de brasilidade se fazem presentes nas páginas do *Correio do Povo*. Temos uma declaração pessoal de um italiano nato, possuidor de negócio de tombo de leite no Passo do Sarandi. Guilherme Pianezzola, em 31 de agosto de 1942 – publicação em 01 de setembro -, vem a público desfazer infundadas suspeitas sobre a sua pessoa. Reside no Brasil há mais de 16 anos e possui esposa e três filhos brasileiros. Afirma nunca ter se manifestado favorável ao regime ou política da Itália, sendo muito grato a terra generosa que lhe acolheu e onde constituiu família e desenvolveu seu trabalho.

A Companhia de Seguros Marítimos e Terrestre Phenix de Porto Alegre, segundo a declaração “A fim de evitar equívocos, pede aos seus ilustres clientes que não façam confusão com outra Companhia de Seguros, de nome semelhante, que foi incluída na “lista negra”. Afirma-se brasileira. Também o proprietário do restaurante Ao Franciscano, da capital, anuncia sua reabertura, chamando atenção de que vive há 22 anos no Brasil, sendo casado com brasileira e tendo filhos brasileiros, procurando assim receber a confiança e preferência de sua freguesia.

3.3 - A falta de combustíveis líquidos e a Cia Carris de Porto Alegre

Quando foi do racionamento de gasolina, no primeiro momento não se podia fazer uma ideia da extensão das consequências atinentes a falta de combustível líquido. A princípio, os efeitos se fizeram sentir nos meios de transporte, quer pessoais, quer profissionais, quer coletivos, quer de carga. A circulação de veículos motorizados foi, gradativamente diminuindo. E, diminuindo tanto e tanto, que se tratou de procurar um substituto no gasogênio. A necessidade extrema provocou essa reação. O comércio, as produções agrícolas, pastoril e industrial estiveram, como ainda estão em parte, em dificuldades de toda ordem.

Mas, a medida que o racionamento se processa, sem próximas esperanças de melhores tempos desafogados de todos esses embaraços, refletindo-se na economia geral, fomos sabendo de setores onde parecia que a obrigada parcimônia de gasolina não atingiria. É que ainda não se sentiram as repercussões do fenômeno tão imediatas como as que afetavam a rede de transportes do Estado⁷².

⁷² *Correio do Povo*, 22/11/1942. p. 5.

Com a eclosão da guerra, os países produtores de petróleo reduziram significativamente as exportações do produto, atingindo diretamente os países dependentes destas, como o Brasil. O problema da falta de combustíveis repercutiu nos setores econômicos e atingiu o abastecimento. Isso provocou uma escassez de produtos pelo problema do transporte e, conseqüentemente uma alta dos preços.

Logo, o tráfego de automóveis particulares passa a ser proibido pelo governo federal, precisamente em 15 de julho de 1942. A medida tem como objetivo garantir a continuidade dos transportes de cargas e oficiais, ou seja, os serviços básicos e a distribuição de alimentos aos estados. Mas as limitações não param por aí. A situação dos transportes em Porto Alegre se agravou com a diminuição das linhas de ônibus em movimento, pois a empresa Cia Carris de Ferro Portoalegrense⁷³, responsável pelo transporte público da capital também sofre com as limitações de combustíveis e com o problema da manutenção de seus veículos – muitas peças também eram importadas. No transporte coletivo, já bastante defasado e sobrecarregado, pesa a responsabilidade de suprir a retirada de mais de 5 mil automóveis de circulação. Diminuem as linhas de ônibus e seus horários, mas, num primeiro momento, pelo menos, há um aumento do número de bondes em circulação, que passa de 85 para 101. Os carros de praça também sofrem com o racionamento, diminuindo sua capacidade de atuação. Já em setembro de 1942, sua cota que era de 30 litros semanais passou para 6 litros, uma redução de 80%. A distribuição era feita através de cartões de racionamento. Em outubro, com a responsabilidade de distribuição de 3 mil litros semanais, a Inspetoria de Tráfego calculou em torno de 10 litros semanais a cada “chaffeurs”. Mesmo com esse pequeno aumento, alegando o pouco combustível disponível, os chaffeurs de praça elevaram o valor da corrida mínima para 10\$00 cruzeiros. Como forma de garantir a subsistência, cogitaram estabelecer um rodízio de trabalho caso a situação da escassez continuasse. E ela continuou... Em julho de 1943, houve um aumento na cota de gasolina aos carros de praça, isso depois de sérias dificuldades desde o final de março. A cota semanal passa de 10 para 20 litros⁷⁴. Nesse contexto, foram distribuídos cartões que davam direito ao recebimento de gasolina para o uso doméstico. Cada família teria direito a 3 litros⁷⁵. Em 1944, ano de maior crise abastecimento de combustíveis líquidos, os carros de praça terão um salto em sua cota, sendo esta estipulada em 50 litros

⁷³ A empresa, fundada em 1872, com o nome de Cia. Carris de Ferro Porto-Alegrense⁷³, em 1906 se uniu à Carris Urbanos, dando origem a Companhia Força e Luz Porto-Alegrense. A nova empresa abrangia também a geração de força motriz para a tração elétrica dos bondes e o fornecimento de luz à capital. Em 1926 passa a se chamar Cia Carris Porto-Alegrense e a ser administrada pela empresa norte-americana Electric Bond & Share, integrante do grupo General Electric. Os estrangeiros assumem completamente o controle da empresa em 1928, permanecendo até 1954, ano da encampação pela Prefeitura Municipal.

⁷⁴ *Correio do Povo*, 06/06/1943. p. 03.

⁷⁵ *Correio do Povo*, 09/07/1943. p. 03.

semanais. É estranho que no auge da crise haja um aumento do fornecimento, mas esta medida está provavelmente ligada ao plano de ações do prefeito Brochado da Rocha, que passa a utilizar esses carros no sistema de autolotação.

As carroças, por serem a base de tração animal, voltam a fazer parte do cenário das principais avenidas de Porto Alegre, contrastando com o seu visual moderno tão almejado pela prefeitura. Segundo dados da Delegacia do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transportes e Cargas divulgados em março de 1943⁷⁶, no ano de 1942 havia 2100 carroças circulando na capital. Em face ao racionamento de combustíveis, este número passou a 3200. Começam a ocorrer vendas clandestinas e denúncias de irregularidades do uso da gasolina. O álcool de uso farmacêutico, também em racionamento, segundo proprietários de farmácias, passa a ser utilizado pelos chauffeurs de automóveis e caminhões, misturado com a gasolina.

Para se ter uma ideia da proporção alcançada pela falta de combustíveis, uma reportagem de 1943 informa que, antes da guerra, a Carris consumia 10.600 litros, diariamente. Depois, com o racionamento, chegou a dispor de apenas 50 litros por dia. No corrente, a cota passaria a ser de 200 litros diários.⁷⁷ Desde dezembro de 1942, o fornecimento de combustível para os ônibus já apresentava problemas, sendo que no dia 30, várias linhas ficaram paradas por falta de abastecimento, causando queixas da população dependente deste serviço⁷⁸. Logo, começam as suspensões de linhas, em março de 1943, foram 13 linhas suspensas aos domingos⁷⁹. Os serviços desta empresa estavam sendo prejudicados, pois os reparos de urgência nas linhas ou os descarrilamentos estavam sendo retardados em face da circunstância de estarem quase inativos os “caminhões de ocorrências”, pela escassez de combustível.

A diminuição da quantidade de ônibus e de bondes acarretou a superlotação dos mesmos. Como medida para amenizar essa situação, foram modificados os horários das escolas, para que não coincidisse com o horário de entrada e saída dos trabalhadores. Essa medida foi resultado de decisões tomadas por Coelho de Souza, Secretário da Educação e o diretor de Tráfego da Cia Carris, Dr. Dario Gastal. Aos colégios Ginásio Bom Conselho e Ginásio Cruzeiro do Sul, situados em fins de linha ficou autorizado a alteração de horários que melhor lhes convier⁸⁰. Houve manifestações de insatisfação com esta medida, expressas através das *Queixas do Público*⁸¹ no jornal *Correio do Povo*.⁸² Em uma delas, uma família expõe o problema da alimentação dos filhos, já que estudam no Ginásio Rosário, onde as

⁷⁶ *Correio do Povo*, 03/03/1943. p. 03.

⁷⁷ *Correio do Povo*, 07/07/1943. p. 07.

⁷⁸ *Correio do Povo*, 30/12/1942. p. 06.

⁷⁹ *Correio do Povo*, 20/03/1943. p. 04.

⁸⁰ *Correio do Povo*, 20/03/1943. p. 03.

⁸¹ Seção do jornal *Correio do Povo* onde eram publicadas cartas enviadas por seus leitores à redação do jornal.

⁸² *Correio do Povo*, 15/04/1943. p. 03.

aulas estão ocorrendo das 11h30min às 15h30min. Outra reclamação expõe os problemas vivenciados, propõe soluções e pede ajuda.

Sr. Redator – Tenho certeza que a ninguém poderá satisfazer o atual horário escolar. Aqui em casa, por exemplo, tenho uma filha que deve almoçar antes das 11 horas para estar no colégio ao meio dia, sendo as 16:45 horas; outros dois filhos estão no ginásio, iniciando as aulas as 9 horas e terminando as 13. numa época de crise como esta, fomos obrigados a colocar a menina como meio pensionista, para solucionar em parte o problema das refeições; três membros da família almoçam a meia hora, porque o chefe do serviço sai ao meio dia, e os dois colegas as 13:30, ficando assim privados do leite da tarde na época do crescimento. E também é difícil encontrar leite...

Além disso, como o horário dos ginásios de meninos e meninas não é o mesmo, precisamos arranjar uma companhia para levar a menina ao colégio, d'antes ia com os irmãos. Como aqui, e muitos outros lares sucederá o mesmo. Porque razão os ginásios de meninos e meninas não mantêm o mesmo horário? Ao menos os que ficam próximos.

(...)Ajude-nos Sr. Redator. Será que as aulas não poderiam iniciar às 8 horas da manhã e terminar ao meio dia e um quarto?

As sete e meia da manhã e ao meio dia e vinte minutos o movimento não é tão intenso nos bondes, pois o comércio abre suas portas geralmente as 8 e $\frac{3}{4}$ e cerra as 11 e $\frac{3}{4}$. – Uma aflita mãe de família⁸³.

Em 31 de março de 1943, o horário escolar se definiu em dois turnos, vigentes a partir de 1º de abril: das 9h às 12h30min e das 14h às 17h30min. Devido a intensificação da escassez que seguiu o ano de 1944, novas medidas tiveram de ser tomadas pelo governo e, entre elas, está novamente a reorganização dos horários escolares. A partir de 1º de junho, o horário dos estabelecimentos de ensino se fará em turno único, tendo a entrada às 12h30min e a saída às 17h e 10min⁸⁴.

As férias dos portoalegrenses também não foram como de costume. Como muitas pessoas deslocavam para os locais de veraneio com seus automóveis particulares e estes estavam proibidos de circular, houve uma diminuição do movimento nas praias de mar – Cidreira, Torres, Tramandaí, Capão da Canoa entre outras – previsto em 80%⁸⁵.

Os problemas com as importações, agravados a partir da entrada dos Estados Unidos no conflito e a crise dos combustíveis multiplicaram os problemas da empresa e, conseqüentemente, da cidade e população que dependia de seus serviços.

Assim como ocorreu em São Paulo⁸⁶, foi no ano de 1944 que a crise do abastecimento de combustíveis teve seu auge em Porto Alegre. Neste ano, o novo prefeito da capital, Brochado da Rocha, tomou medidas visando a melhoria dos transportes coletivos. Entre elas estavam: nas horas de maior movimento de passageiros, a colocação em tráfego de diversos ônibus, que estavam paralisados; ainda nas horas de movimento mais intenso, utilização de vários automóveis de aluguel que transportavam cinco passageiros, no sistema de autolotação. As diversas fábricas e mesmo alguns estabelecimentos comerciais que possuem, para o transporte de mercadorias, um ou mais caminhões de carga se responsabilizaram pelo transporte de seus empregados, de casa para o serviço e vice-versa. Também, a organização de um escalonamento de horários no comércio varejista e atacadista, indústria e escolas, evitando

⁸³ *Correio do Povo*, 15/04/1942. p. 03.

⁸⁴ *Correio do Povo*, 25/05/1944. p. 02.

⁸⁵ *Correio do Povo*, 09/01/1943. p. 03.

⁸⁶ CYTRYNOWICZ. Roney. *Guerra sem guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2000.

que todos estabelecimentos abram e cerrem suas portas em horários idênticos. A retirada de algumas sinaleiras no centro e regularização do embarque e desembarque nos bondes⁸⁷.

Uma outra alternativa foi a utilização do gasogênio, conhecido também como “gás pobre” pois produzia energia através da queima do carvão vegetal ou lenha. Deve-se considerar o alto custo para a instalação dos aparelhos e seu baixo rendimento em relação a gasolina. Apesar de ter sido utilizado em carros particulares, oficiais, de praça, ônibus e caminhões, sua produção não foi suficiente par resolver o problema da falta de combustíveis. Em 7 de abril de 1943, o jornal *Correio do Povo* anunciava a proibição do uso de gasogênio em carros particulares⁸⁸.

Mas o meu tio, casado com a irmã da minha mãe, tinha carro. Nós saíamos no carro e o carro, naquele tempo não tinha gasolina, era gasogenio. Gasogenio era aquele cilindro grande que ia atrás do carro. Funcionava a carvão. Era lento, tinha fumaça, tinha cheiro. Era difícil fazer pegar o carvão pegar o fogo. Até que saísse o gás para o carro caminhar, andar era muito difícil. Eu me lembro do bonde. Nós íamos sempre a pé, tanto eu ia do Santa Clara como do Concórdia, eu ia a pé. Mas eu sei que bonde passava de meia em meia hora e quando a gente perdia o bonde e fosse sair ai, aí tinha que esperar mais meia hora que às vezes o bonde passava cheio e nem parava. Então (suspiros) “ai, estamos aqui esperando tanto tempo e vamos ter que esperar mais meia hora até que passe outro.

A respeito dessa questão, Cytrynovicz, ao se referir a São Paulo afirma que “o front interno se define nesta mobilização interclasses que torna todos igualmente afetados pela escassez de combustível e no esforço de superação da escassez via uso do gasogênio”⁸⁹. Ou seja, em um momento de dificuldade, como o que a guerra se constitui, a população, independente do nível econômico de vida, sofre com as restrições e se une em torno do mesmo ideal, a paz. Essa situação cai muito bem para atender ao ideal de união e homogeneidade estadovista.

“(…) o público deve reconhecer que a Carris, hoje, tem a responsabilidade de transportar a população inteira de Porto Alegre, sem meios de adquirir maior número de bondes e com grande dificuldade em conseguir matéria-prima, a fim de fabricar as peças que antigamente eram importadas e que são indispensáveis para manter os bondes em condições de tráfego.

A grande superlotação de nossos bondes tem sido consequência de muitos motores queimados e o nosso esforço tem sido imenso para conseguir por diariamente em tráfego todos os carros de horário.”⁹⁰

(Fala do Dr. Dario Gastal, diretor do trafego da Cia. Carris)

⁸⁷ *Correio do Povo*, 16/05/1944. p. 12.

⁸⁸ *Correio do Povo*, 07/04/1943. p. 04.

⁸⁹ CYTRYNOVICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000. p 69.

⁹⁰ *Correio do Povo*, 12 de junho de 1943. p. 02.

O porto-alegrense – que até agora felizmente não sentiu os efeitos da guerra no que ela tem de mais humano e mais trágico – está compreendendo que o problema dos transportes coletivos, como outros problemas, em absoluto não podem ser comparados aos problemas de outras nações que concentraram seus potenciais econômico e militar para esmagar os inimigos da liberdade⁹¹.

Soma-se a falta de combustíveis à falta de peças para reposição para a manutenção de ônibus, caminhões, bondes, etc. Esses produtos vinham de outros países e, com a guerra, as exportações foram canceladas.

Há falta de bondes porque há falta de material. Isso já se tornou lugar comum. Todos os dias é a mesma história, a história de todos os dias, a apontar as deficiências de um serviço a que a guerra impôs severas restrições. A importação de material, nesses dias tumultuosos, torna-se quase impraticável. As peças essenciais de maquinaria que ainda não puderam ser produzidas no Brasil são as que movem essa engrenagem toda. E decorre daí o entrave que atualmente se verifica, e que vem se refletir sensivelmente na vida do portoalegrense. Em nosso país a indústria pesada está voltada para a produção bélica; os Estados Unidos não exportam uma única peça. Eis porque se exige esse sacrifício ao portoalegrense, sacrifício que pode muito bem ser suportado porque faz parte do esforço de guerra⁹².

O material ao que se consegue ter acesso, decorrente do contexto bélico, triplicou e quadriplicou de preço. Mesmo com o esforço desempenhado nas oficinas pra recuperação dos carros existentes, as reais dificuldades de exportação, tanto de peças quanto de novos bondes, resultam na defasagem no atendimento de transportes à cidade.

Se há racionamento para o açúcar, a banha, etc, certamente tem que haver para o lugar nos elétricos – Conclusão: é indispensável a colaboração popular – Não sendo muito, é o bastante.

Como se pode ver todos os dias, as coisas não vão lá muito bem. A gente entra num café, pede o clássico cafezinho e já o recebe temperado. Nada de açucareiro para que os fregueses se sirvam a vontade. Tem que ser como pode ser e não como a gente desejaria que fosse. A inovação, ainda que não esteja disseminada por todos estabelecimentos, já atingiu muitos deles. E ninguém gritará muito se amanhã ou depois ela se generalizar.

No armazém a gente passa por muitas decepções semelhantes. Quer um quilo de banha e recebe, quando recebe, pequena fração de um quilo. Se pedir açúcar em quantidade passará por louco. Solicita meio quilo de manteiga e o proprietário do armazém responde com um sorriso irônico. E assim por diante... há em tudo, ou em quase tudo, sinais de um racionamento, sinais de uma época de guerra em que se produz tão somente para matar e se mata para não morrer...

Quando se fala em bonde... é a mesma coisa. Há racionamento também. E mais intenso ainda. Não poderia deixar de ser assim, não poderia ser de outro modo.

Não mais havendo quem fabrique bondes, nem quem produza as peças de que precisam os que já estão feitos para substituir as gastas, teria que ocorrer, inevitavelmente, uma diminuição forçada no número de elétricos e a conseqüente perda de eficiência dos serviços de transportes. Porque, além de tudo isso, verificou-se o aumento de passageiros. Milhares de pessoas que se valiam de automóveis e

⁹¹ *Correio do Povo*, 13/06/1944. p. 05.

⁹² *Correio do Povo*, 06 de abril de 1944. p. 03.

ônibus agora procuram os chamados “amarelões” da Carris.

A velha história dos pingentes: sempre existiu e sempre foi uma calamidade. Pessoas apontam o pingente como fruto recente das dificuldades surgidas com a guerra que atormenta o mundo. Aliás, mais do que falsa essa argumentação, falha como justificativa. Porque seria o caso então, de apontar outros fatores mais importantes como responsáveis pelos pingentes. A falta de bondes, antes de mais nada. A retirada de alguns elétricos de circulação pela falta de novas peças que lhe permitam tráfego regular. O elevado preço pelo qual estão sendo vendidos os materiais indispensáveis. E, se tudo isso não bastasse, o fator “falta de braços” para os transportes coletivos⁹³.

Os relatos das dificuldades vivenciadas pela empresa, com entrevistas com seu diretor são correntes no *Correio do Povo*. Na grande maioria, o jornal tenta amenizar a culpabilidade da Carris, pedindo a compreensão da população levando em conta o momento atual. A guerra serve de justificativa para um serviço que, sem dúvidas, foi prejudicado por esta, mas que já vinha sendo insuficiente às necessidades de Porto Alegre.

Para contrabalancear essa situação de precariedade de serviços, a questão do esforço de guerra, também se fez presente na Carris, que engajou-se em campanhas nacionalistas. Já em abril de 1942, após navios brasileiros começarem a serem atacados por submarinos alemães e italianos, a empresa, juntamente com a Rádio Farroupilha, lançou uma campanha de arrecadação de alumínio, zinco e cobre junto à população, tendo em vista a “fabricação de aviões e armamentos para a defesa nacional”. Para tanto, a Cia Carris Portoalegrense disponibilizou nos dias 11 e 12 daquele mês (sábado e domingo), um bonde em cada uma de suas linhas, incumbido de recolher metais pelo trajeto. A Rádio Farroupilha se encarregou de informar a população sobre os horários de saída dos bondes⁹⁴.

Outra ação deste tipo ocorreu em setembro de 1943, quando um dos “elétricos” iniciou o tráfego com sugestiva propaganda em prol da venda do bônus de guerra – na lateral pintado em ambos os lados do elétrico: Compre bônus de guerra⁹⁵. A iniciativa é descrita pelo *Correio do Povo* como simpática e patriótica⁹⁶.

A questão da escassez e seu respectivo racionamento é característica do contexto de guerra. Como pretendia-se formar um clima de “front” interno, ou seja, de mobilização em torno da defesa de nossa soberania, esta foi usada como um alibi para a união nacional. Assim como Cytrynowicz, acredito que houve dificuldades de transporte, consequências dos problemas de importação de combustíveis, mas estas foram bem manejadas para que

⁹³ *Correio do Povo*, 07/05/1944. p. 10.

⁹⁴ SILVA, Lucas Silva da. Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha. Porto Alegre: PUCRS, 2009. (Dissertação mestrado), p. 56.

⁹⁵ Títulos de capitalização que rendiam 6% ao ano e contribuía para o financiamento das despesas do governo brasileiro com a segurança nacional – *Correio do Povo*, 26 de outubro de 1943. p. 03.

⁹⁶ *Correio do Povo*, 09/09/1943. p. 03.

servissem de símbolo de sacrifícios, trazendo de forma mais prática e real o clima de guerra e, como consequência de mobilização.

Diante da situação de escassez de combustíveis que assolou o Brasil durante todo o período da Segunda Guerra e que, havia se agravado no ano de 1944, o prefeito Antonio Brochado da Rocha anunciou medidas de emergência a serem postas em prática imediatamente. Os ônibus, atualmente paralisados, voltariam a atuar nos horários de maior movimento; também nas horas de intenso movimento, vários carros de aluguel seriam utilizados para transportar passageiros no sistema de autolotação (medida adotada também no Rio de Janeiro e em São Paulo); os meios de transportes utilizados por fábricas e estabelecimentos comerciais seriam utilizados para transportarem seus empregados para o serviço e seu retorno para casa; escalonamento de horários entre escolas e os diversos trabalhos para não haver sobrecarga nos transportes. E, para apressar as reparações nos elétricos e disponibilizar mais bondes em tráfego, são apresentadas duas medidas: o aumento da carga horária de trabalho nas oficinas da Cia Carris, pleiteado junto ao Ministério do Trabalho com a prefeitura se comprometendo a ceder funcionários para suprir a falta de pessoal alegada pela Cia Carris e a retirada de algumas sinaleiras do centro e regulamentar o embarque e desembarque para tornar as viagens mais rápidas⁹⁷.

3. 4 - Quando a guerra atinge o bolso e a mesa dos porto-alegrenses

O problema dos transportes, acarretado pela falta de combustíveis, afetou diretamente a economia brasileira em guerra. Antes do racionamento, caminhões particulares buscavam as mercadorias direto do produtor para trazê-las para a capital. Chegava grande quantidade de gêneros diariamente para suprir a população. O colono recebia mais pelo produto, pois eram evitados intermediários. Com o racionamento, esses veículos deixaram de trafegar. Proprietários movimentam-se para que lhes seja dada uma cota semanal⁹⁸.

Já durante o mês de abril, com a falta de banha em Porto Alegre, é que se pode falar dos primeiros impactos mais concretos da escassez, atingindo os trabalhadores da cidade. Se a gasolina não atingia os seus bolsos e estômagos diretamente, indiretamente a sua escassez vinha prejudicando a relação entre produção e circulação em todo o Estado. É criada então, pelo governo federal, em 28 de setembro de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica, para cuidar dos assuntos relativos ao abastecimento e aos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Até que ponto a escassez, alta de preços foi um problema ocasionado pela guerra ou somente agravado por ela?

Nos meses de agosto e setembro de 1942, a ênfase das reportagens é dada a questão da defesa aérea e da campanha promovida pelo jornal *Correio do Povo* para a construção de abrigos antiaéreos, ou seja, a preocupação com a defesa da cidade. Com exceção da gasolina, não se desloca atenção ao racionamento. Passa a euforia pela entrada brasileira na guerra e os

⁹⁷ *Correio do Povo*, 16/05/1944. p. 12.

⁹⁸ *Correio do Povo*, 10/07/1943. p. 03.

problemas reais começam a ganhar espaço. É a partir de 1943 que esse quadro muda e, com o fim da campanha dos abrigos antiaéreos e com as possibilidades de um ataque aéreo cada vez menos prováveis, a dificuldade de abastecimento e alta constante de gêneros de primeira necessidade, reais e presentes no dia a dia da população, se tornam temas constantes também na imprensa.

A escassez e a alta constante de preços atingiu a banha, o feijão, a farinha de trigo, de milho e de mandioca, o açúcar, o sal, o feijão, o milho, a batata, o arroz, o leite, a carne, o fósforo, o alumínio, o ferro, o cimento. Como consequência do problema da falta de produtos para o abastecimento da cidade, surge o abuso de preços, as constantes altas, câmbio ou mercado negro, as vendas clandestinas, bem como as denúncias a estas irregularidades, todos presentes nas páginas dos veículos de informação. Cytrynowicz ao se referir aos efeitos da escassez em São Paulo no mesmo período, confirma as dificuldades de importações, mas diz que estas nunca definiram escassez e privação absoluta, como ocorreu na Europa⁹⁹. Essa constatação se confirma também em Porto Alegre. O autor trabalha com a hipótese de que a escassez serviu inclusive como álibi para instituir um clima de privação coletiva, colaborando para a almejada união nacional. A escassez com certeza, trouxe a guerra ao cotidiano de São Paulo, assim como para Porto Alegre.

A maioria dos problemas em relação a falta de produtos se deu devido as dificuldades de transporte. O açúcar vinha do nordeste, o cimento da Argentina e assim por diante. Faltam remédios, vidros, álcool e materiais para a construção civil. Todos estes problemas contrariam o ideal de modernização da cidade e alteram o seu cotidiano. Por exemplo, o caso do cafezinho causou grande impacto. Além de ter seu preço aumentado, em 3 de fevereiro de 1943 passou a ser vendido já adoçado, por determinação da Comissão de Mobilização Econômica proibiu que os comerciantes que deixassem os açucareiros nos balcão, devido a escassez do produto. A proibição foi revogada em abril de 1944, mas mesmo assim, alguns bares e cafés simplesmente não recolocaram os açucareiros no balcão, servindo a bebida já adoçada como relata reportagem de 25 de abril de 1944¹⁰⁰. Medidas como estas, mesmo não sendo direcionadas a bens essenciais causam grande choque na vida cotidiana da cidade, pois interferem nos seus costumes, hábitos e preferências.

A saúde pública também sofria com o racionamento. Em março de 1944, a Santa Casa de Misericórdia se manifesta solicitando a doação de vidros e potes vazios para o acondicionamento de produtos manipulados pela sua farmácia¹⁰¹ e anuncia sua luta por matéria-prima, principalmente ácido fenico, glicose e salicilato de sódio, essenciais para a fabricação de medicamentos de amplo consumo¹⁰².

⁹⁹ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000. p 24.

¹⁰⁰ *Correio do Povo*, 25/04/1944. p. 04

¹⁰¹ *Correio do Povo* 10/03/1944. p. 03.

¹⁰² *Correio do Povo* 11/03/1944. p. 03.

O tabelamento dos gêneros de primeira necessidade sofreu modificações constantes, com a entrada ou saída de produtos e alterações de preços. Cytrynowicz afirma que o tabelamento nem sempre era uma medida eficiente contra a alta dos preços, isso porque a tabela de preços nunca foi uniforme para todo o país¹⁰³. Aqueles que desrespeitam a tabela passaram a ser punidos através de prisão. Um boletim do DASP (Departamento Administrativo de Serviço Público) afirma que, na maioria dos casos, os aumentos são desproporcionais ao crescimento das despesas ou não encontram mesmo outra justificativa além da ganância desenfreada dos intermediários ou dos próprios produtores.

A sessão “Queixas do Público”, que abria espaço para a “manifestação popular”, fica recheada de reclamações sobre o aumento do custo de vida e a falta de produtos. O jornal também noticia apelos de sindicatos de trabalhadores, que reivindicam ao presidente aumento de salários e baixa no preço dos alimentos. Tivemos a campanha popular do cafezinho, contra o aumento do preço do café nas cafeterias. Mas como nos demonstram outras reportagens, estas reivindicações populares acabam sendo vistas como não patrióticas, já que o momento exige sacrifícios em nome do bem da humanidade. Reclamar do preço do cafezinho ou que esse já venha adocicado soa como uma futilidade diante do que o mundo está enfrentando e da grandiosidade dessa luta na qual está inserido o Brasil e, portanto os brasileiros. Como exemplo disso, temos a reportagem “*O encarecimento do custo de vida*”, de 04 de novembro de 1942 que ressalta que o Brasil está em guerra e que a luta não pode ser travada sem sacrifícios: “a guerra impõe renúncias, restrições, economia, disciplina esforço unânime da nação, não se pode fazer guerra mantendo internamente um padrão de vida igual ao de paz”¹⁰⁴. A guerra justifica tudo, inclusive aquilo pelo qual não é responsável se fazendo presente e alterando o cotidiano da cidade.

Eu me lembro que para ir para comprar carne tinha que tirar o cartão de recenseamento, racionamento no posto de saúde. Então, cada pessoa ganhava cinquenta gramas de carne, duas vezes por semana. Então, como nós éramos sete, eram trezentos e cinquenta gramas. Eu me lembro de ir no açougue, que era perto de casa com o talão aquele. Chegava lá e pedia trezentos e cinquenta gramas de carne. Aí, nós tínhamos que passar uns dias com aqueles trezentos e cinquenta gramas. Então a minha mãe sempre dizia “você tem que comer feijão e arroz” porque a carne vinha um guisado, sei lá, de qualquer jeito. Geralmente eles moíam tudo porque senão a pessoa ficava muito exigente “eu quero...”, porque toda a carne era o mesmo preço. “que quero tal carne..” então moíam tudo e vendiam o guisado, pronto.

Durante os anos de 1943 e 1944, Porto Alegre enfrentou um problema com um alimento básico, o leite. A grande causa dessa crise de abastecimento foi uma longa estiagem que atingiu o Estado, gerando uma alta no custo de forragens e a falta de milho e linhaça, que não chegavam de outras regiões do país devido ao problema dos transportes. Mesmo não

¹⁰³ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 252.

¹⁰⁴ *Correio do Povo*, 04/10/1942. p 8.

sendo um reflexo da guerra, este problema foi associado a ela e aparece nas memórias dos portoalegrenses sobre o período.

Eu e o meu irmão e eles davam só um litro de leite por pessoa. Eu não sei se eram duas vezes por semana também. Chegava o caminhão do leite do entreposto do leite e nós íamos até lá. Era longe. Eram umas quatro ou cinco quadras. Nós íamos lá, fazia fila, chegava a ficar uma hora, uma hora e meia na fila para ganhar um litro de leite. (falha na gravação). E nós não dizíamos que éramos irmãos, senão não podia dizer que era da mesma família e ai, né? Então a gente não dizia que éramos irmãos. Até que um dia o pai disse “Quer saber de uma coisa? Quem vai tomar leite são os bezerros. Nós vamos tomar café preto e chá. Terminou com isso. Ele achava muito sacrifício, nós tínhamos que fazer a lição no colégio, perdia aquela tarde toda lá na fila do leite¹⁰⁵”.

Faltava leite. Eu me lembro que nós tínhamos que ir longe, até a Dom Pedro II, ou então entrar numa fila imensa para pegar o leite. Isso eu fazia antes de ir para a escola. Quer dizer, então tinha que levantar não sei que hora, mas era noite sempre. Eu me lembro que eu ia para a fila noite, e só se podia comprar dois litros de leite. Então, antes de ir para o colégio, eu entrava numa fila grande. Os dois litros de leite custava 500 réis, eu me lembro que era a moeda que eu levava pelos dois litros de leite¹⁰⁶”.

3.4.1 - O pão nosso de cada dia

Em novembro de 1942, as páginas do *Correio do Povo* anunciavam a instituição de uma comissão dentro Comissão de Mobilização Econômica, responsável pela implantação de um pão com valor nutritivo mais alto e preço mais baixo. Conforme uma declaração do coordenador da Mobilização Econômica, o pão foi considerado elemento de defesa nacional, de suma importância biológica e social em tempo de guerra. Essa medida estava ligada a uma busca pela melhora da alimentação da população, já que uma população bem nutrida era essencial ao esforço de guerra do “front” interno, segundo as teorias da guerra moderna e a ideologia do Estado Novo¹⁰⁷. A exemplo dos países europeus e dos Estados Unidos é criado no Brasil o chamado “pão de guerra”, preparado com trigo integral. É criada então, a Comissão do Pão de Guerra, e para demonstrar sua importância, faziam parte desta os Ministros da Guerra, Marinha, da Aeronáutica, da Agricultura, da Educação e Saúde, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Prefeitura do Distrito Federal além do Serviço Técnico da Alimentação Nacional. Apesar de exaltado como fonte de vitaminas e nutrientes necessários para uma nação em guerra, não foi bem aceito pela população que incluía no seu dia a dia, um pão branco e macio. O pão enfrentou problemas com a constante alta do preço do trigo e do papel utilizado com a embalagem. A população também teve de se adaptar a um pão escuro, mais duro e de sabor diferenciado àquele que fazia parte do seu consumo de todos os dias.

A farinha de trigo era muito difícil. Comprava uma farinha preta que era misturada. Uns diziam que era com farinha de mandioca, sei lá. O pão ficava escuro, então se comprava o pão no armazém, na padaria. Pão preto ou se chamava “pão de guerra”.

¹⁰⁵STELLO, Maria Célia Scherer. Mobilização e Cotidiano em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entrevistada por Mariana Barcelos Ramos em 19 de maio de 2011, Porto Alegre/RS.

¹⁰⁶FLORES, Moacyr Flores. Entrevistado por Mariana Barcelos Ramos em 13 de março de 2007, Porto Alegre/RS.

¹⁰⁷CYTRYNOVICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000. p 55.

Geralmente se comia pouco porque ficava pesado no estômago. Então tinha uma padaria no Rio de Janeiro, no centro de Porto Alegre que o meu pai então ia lá comprar o pão branco. Eles davam, mesmo aqueles pães de meio quilo, um, vendiam um para cada um. Às vezes o pai ficava quase uma hora, 45 minutos na fila, uma vez por semana, mas trazia o pão branco para nós comer. Então aquilo era muito dividido, nós éramos em cinco irmãos mais o pai e a mãe, sete¹⁰⁸.

Em abril de 1943, uma boa notícia aos portoalegrenses: o uso da mistura obrigatória de farinhas na fabricação do pão estava com seus dias contados e no dia 30 de abril, deixaria de ser obrigatória¹⁰⁹. Mas logo, no dia 10 de abril de 43, três dias depois da notícia anterior, é anunciado que o pão misto se estenderá até 31 de dezembro do ano corrente. Entretanto, em julho de 1944, o pão enaltecido pelo valor alimentício superior ao pão branco, mais saboroso e saudável, volta a mesa dos portoalegrenses devido ao fim do estoque de trigo¹¹⁰.

Já a visão dos contemporâneos sobre o exaltado pão de guerra era diferente.

A outra dificuldade era o pão. Havia um racionamento de pão, então era pão de centeio, pão preto como chamavam o pão de guerra. Um pão duro, seco. Até hoje eu abomino comer pão de centeio, tenho horror de pão de centeio¹¹¹.

Outras iniciativas governamentais ao modo do “pão de guerra” criadas pela Coordenação de mobilização econômica foram a “campanha das vitaminas para o povo”, a “horta da Vitória” (hortas que deveriam ser plantadas no quintal de casa), campanha do leite, do sapato (logo apelidado de “mobilização”) todas com o objetivo de, além de amenizar os problemas reais, produzir o tão almejado efeito de mobilização.

3.5 - Festejos durante a guerra?

O carnaval constituía-se de uma das principais atividades culturais populares brasileiras, já nesse período. Segundo Cytrynovicz, “a discussão sobre o carnaval revela uma questão central no Estado Novo de reprimir manifestações culturais populares espontâneas, avessas à disciplina do Estado”¹¹². Já em 1935, o decreto-lei disciplinara o carnaval, impondo as escolas que os enredos passassem a serem ligados a história do país e fossem didáticos e patrióticos¹¹³. Portanto, essa certa normatização, limitação e utilização da festa já se dá antes da mobilização em torno da guerra que vai ainda se aproveitar do sentimento de solidariedade em relação o sofrimento dos outros povos para abafar e controlar a festa.

¹⁰⁸ STELLO, Maria Célia Scherer. Mobilização e Cotidiano em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entrevistada por Mariana Barcelos Ramos, Porto Alegre, 19 de maio de 2011.

¹⁰⁹ *Correio do Povo*, 07/04/1943. p. 08.

¹¹⁰ *Correio do Povo*, 11/07/1944. p. 08.

¹¹¹ FLORES, Moacyr Flores. Entrevistado por Mariana Barcelos Ramos em 13 de março de 2007, Porto Alegre/RS.

¹¹² CYTRYNOVICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000. p 186.

¹¹³ CYTRYNOVICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000. p 18.

Em janeiro de 1943, a prefeitura de Porto Alegre manifestou-se anunciando que não oficializará o carnaval deste ano, em virtude da situação atual do país¹¹⁴. Isso significa a suspensão do auxílio financeiro que vinha concedendo desde 1940, seguindo a tendência de outras importantes capitais do país. Logo recebe o apoio popular, pois esta se manifesta afirmando que não convêm os festejos enquanto muitas pessoas estão morrendo e sofrendo diretamente os horrores da guerra. O Estado Novo, portanto atinge em cheio o alvo, mais uma vez. O carnaval interno é sugerido através de bailes em clubes ao invés do de rua, do qual nem todos têm acesso. Há um destaque também para o contexto vivido como um momento de sacrifícios, abnegação, economia e atenção com os “quintas-colunas”¹¹⁵, portanto de seriedade e não de descontração. A festa chega a tomar até um tom de desrespeito e futilidade: um leitor manifesta-se dizendo que seria mais interessante reunir dinheiro para auxiliar as despesas de guerra do que comprar confete e serpentina¹¹⁶.

O comércio varejista foi o grande prejudicado por essa falta de empolgação com o carnaval. Noticia-se a possibilidade de solicitação de permissão para os festejos, já que os comerciantes possuíam estoques de produtos para as festas e queriam evitar o prejuízo¹¹⁷. Segue-se a tendência de realizar um carnaval patriótico. A programação foi uma passeata cívica no domingo com a participação de todas as sociedades carnavalescas e do povo, fazendo um protesto antitotalitário¹¹⁸, seguindo o exemplo do Rio de Janeiro. Na terça-feira, um cortejo cívico organizado pela UNE (União Nacional de Estudantes), em homenagem às Nações Unidas e aos grandes chefes na luta contra o nipo-nazi-fascismo. Notícias relativas as determinações sobre a festa na capital do país e cidade símbolo do carnaval, podem ser encontradas com constância enquanto se dava a discussão em torno da festa, provavelmente com intuito de embasar as decisões tomadas em relação a Porto Alegre.

Também foram tomadas algumas medidas de segurança. Os súditos do Eixo foram proibidos de participar dos festejos. Além disso, foi vetado o uso de máscaras e pinturas no rosto, que alterassem a fisionomia. Também não foram permitidas alegorias ofensivas à orientação seguida pelo governo em face da situação internacional.

Segundo a reportagem “O carnaval que não houve”¹¹⁹, os festejos ocorreram sem brilho e sem animação. Houve um movimento geral do povo de desinteresse, que deve ser tomado como uma demonstração elouquente do sentido de responsabilidade que todos se acham imbuídos. O carnaval foi mais um momento de demonstração de patriotismo união, solidariedade e compreensão do momento delicado que vivia o país e o mundo.

Mas devemos destacar a manifestação popular de um portoalegrense, que assina a declaração como Venceslau Migueis, que reconhece o momento excepcional, mas alerta para a clara manipulação realizada pelas autoridades para que se tivesse um determinado modelo de Carnaval, menos popular, mais reservado, mais controlado, portanto, ao gosto do Estado Novo.

O Carnaval de rua este ano não se realizou devido a uma proibição tácita das autoridades. É justo que os brasileiros sintam as perdas brutais de vidas preciosas covardemente sacrificadas pelos corsários eixistas; é natural que manifestem sem pesar não exteriorizando regozijo em festas populares. O que não é certo, porém é que somente o povo humilde não faça Carnaval, o que não possui dinheiro para ir a bailes, o que abafa suas mágoas apreciando as “palhaçadas” nas ruas, enquanto que os outros, de situação mais privilegiada, brinquem nos bailes, como se nada houvesse acontecido. Não está certo. Se carnaval não devesse haver, uma medida já

¹¹⁴ *Correio do Povo*, 12/01/1943. p. 04.

¹¹⁵ *Correio do Povo*, 24/01/1943. p. 06.

¹¹⁶ *Correio do Povo*, 10/02/1943. p. 06.

¹¹⁷ *Correio do Povo*, 05/02/1943. p. 05.

¹¹⁸ *Correio do Povo*, 13/02/1943. p. 04.

¹¹⁹ *Correio do Povo*, 11/03/1943. p. 04.

em si de alcance duvidoso, essa proibição dever-se-ia estender até aos bailes a fantasia e etc. Questão de bom senso¹²⁰.

2. 6 - O front interno: A defesa passiva da capital riograndense

Logo após a declaração de guerra a preocupação com a defesa passiva da capital do Rio Grande do Sul, suposta zona de interesse alemão, ganhou destaque no jornal e na vida dos portoalegrenses. Encarregada dos serviços de defesa e socorro contra bombardeios aéreos, foi criada em agosto de 1942 a Comissão de Defesa Passiva Antiaérea. Assim, criou-se efetivamente um clima de guerra, de “front”, que necessitava da colaboração de toda população. Após a criação ideológica da existência de um perigo alemão, que ameaçava a soberania do país, principalmente na zona de colonização germânica (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), onde acreditava-se na existência da “quinta-coluna”, acrescentou-se a ameaça de ataques aéreos, ou seja, de ataques aéreos alemães, efetivando a guerra em território brasileiro. Hoje avaliamos a pouca probabilidade de concretização, mas o que devemos considerar é como os contemporâneos encararam essa situação, levando em conta como o governo e a imprensa trabalharam com esta hipótese. A mobilização em torno da defesa da cidade dá mostras de que, para os portoalegrenses da década de 40, a possibilidade de um ataque a cidade não era tão absurda assim. Porto Alegre construiu abrigos antiaéreos, participou de exercícios de Black Out e recebeu instruções para caso de bombardeios aéreos.

Em São Paulo, assim como no Rio Grande do Sul e na Bahia, por razões específicas de cada região, mas também por um interesse geral do governo, havia permanente propaganda em torno da ameaça de uma suposta iminente invasão, no caso de São Paulo, japonesa pelo litoral, na Bahia por alemães também pelo litoral e no Rio Grande do Sul, aérea por alemães, ambas mancomunadas com a suposta e respectiva quinta-coluna local. Essa imagem de real ameaça acaba incorporando a rotina da cidade e criando sensações de guerra. Como falamos acima, o que importava mais do que o grau de perigo que o Brasil realmente estava exposto em termos de ataques aéreos e marítimos ao seu território, é o que essa suposição, essa suspeita produziu: um alinhamento contra os inimigos e em torno da defesa da pátria. A campanha de construção de abrigos antiaéreos, iniciada logo após as depredações dos dias 18 e 19 de agosto, canalizou o fervor patriótico demonstrado pela população portoalegrense, mas de forma pacífica. O jornal *Correio do Povo*, juntamente com a *Folha da Tarde*, a *Rádio Difusora Porto-alegrense* e a *Rádio Sociedade Gaúcha* lançou a Campanha em prol da construção de abrigos antiaéreos. Os abrigos foram apresentados como “entre os meios de proteção mais adequados e de mais nítida eficiência, figuram os abrigos antiaéreos que, distribuídos pelos distritos urbanos, oferecem asilo e segurança aos respectivos moradores, durante os raids dos mortíferos aparelhos de ataque¹²¹”, justificando a sua necessidade. A

¹²⁰ *Correio do Povo*, 23/03/1943. p. 03.

¹²¹ *Correio do Povo*, 27/08/1942. p. 04.

campanha, como era publicado todos os dias, foi um sucesso e grande mobilizadora da população.

Todos colaboravam, individualmente ou em grupos de profissionais, empresas, clubes, associações, etc. Manchetes como: “A população riograndense colabora espontânea e entusiasticamente para a defesa civil do Estado”, “Campanha popular”, “testemunho de patriotismo, boa vontade e alto espírito de compreensão do povo riograndense” encabeçavam as matérias que traziam os nomes dos contribuintes e o valor doado. Outra forma de se mostrar comprometido com a causa brasileira e um bom patriota. Festas com a da Primavera promovida pelo clube Sogipa, foram uma forma eficaz de demonstração de engajamento a Pátria e, neste caso, por uma instituição que teve seu nome em alemão modificado diante da Campanha de nacionalização e que sofreu com a revolta popular após os afundamentos de navios brasileiros. Celebrações do Pão dos Pobres e de Navegantes também tiveram sua renda doada a campanha. Foram realizados jogos de futebol, de basquete, espetáculos artísticos, tudo em prol da construção dos abrigos. Todos os dias a campanha era exaltada como demonstração do espírito patriótico do povo gaúcho e abaixo dos elogios aos colaboradores de tão grandioso gesto, vinha a lista de contribuidores com a respectiva doação, um modo discreto, mas eficiente de captação de mais doadores. A arrecadação foi um verdadeiro sucesso e as doações não cessaram mesmo com o encerramento da campanha.

A maneira porque a população riograndense vem apoiando o movimento destinado a arrecadação de fundos para auxiliar a obra governamental na defesa civil do Estado, mostra como todos brasileiros encaram e compreendem a situação nacional e dizem dos propósitos de que todos se acham possuídos de colaborar, por todos os meios possíveis, com o esforço de guerra do Brasil para salvaguarda de seus interesses, que são os interesses de todos os povos que amam a Liberdade, cultivam o Direito e respeitam os princípios da solidariedade humana¹²².

O grande movimento popular continua recebendo valioso apoio – Novas contribuições.

A palavra de ordem do governo central – sacrifícios e disciplina – vibrando por todos os quadrantes do Brasil no memorável dia em que, repudiando ofensas a nação inteira se levantou contra o agressivo totalitarismo nazi-fascista, ressoa ainda em todos os lares.

O front ainda é desconhecido, mas o povo já começou a cumprir com o seu dever. Sobre-humano esforço está convergindo para a frente interna, com o objetivo de garantir a proteção do imenso território e proporcionar a produção necessária as exigências dos abastecimentos.

Nessa grande obra estão colaborando todos os brasileiros. A campanha (abrigos) chega agora os seu término. O recente decreto do presidente da República, generalizando e tornando obrigatório o esforço de guerra, fará com que todos brasileiros colaborem nas exigências econômicas da situação criada.

¹²² *Correio do Povo*, 02/09/1942. p. 03.

A ideia era construir um túnel de pedestre ligando o centro a Cidade Baixa, a proteção das arcadas da Avenida Borges de Medeiros e a construção de abrigos nos bairros São João e Navegantes. Os abrigos do Banco do Comércio e do Viaduto foram postos abaixo por estarem sendo utilizados para outros fins¹²³. Mas o que realmente aconteceu é o que nos relata uma reportagem de janeiro de 1943: “encerrada a campanha para construção de abrigos antiaéreos, as sérias ameaças que pesavam sobre o nosso país desapareceram, por isso o dinheiro arrecadado será doado a Santa Casa de Misericórdia para ampliação de seus serviços de assistência hospitalar”¹²⁴. Foram arrecadados um total de 400 contos de réis em 42 dias de campanha. O estranho é que continuam a ser publicadas reportagens a respeito da defesa passiva, mesmo que já não seja considerado tão grave o perigo de ataque aéreo. Os exercícios de Black Out seguiram e a reportagem de 01 de julho de 1943 alerta “O Brasil não está livre do perigo aéreo. Em 5 de março do mesmo ano, o Coronel Orozimbo Pereira, chefe do Serviço Nacional de Defesa Passiva, admite serem improváveis ataques aéreos em massa ao nosso território, mas acrescenta que não estamos livres de ataques psicológicos com bombas incendiárias “é possível em qualquer dia, a qualquer hora, a todo o momento”¹²⁵. Seguem, ao longo de 1943, reportagens que destacam o perigo que o Brasil ainda está correndo em manchetes como: *O ex-delegado Ramos de Freitas envolvido numa trama de espionagem nazista. Encaminhado ao tribunal de Segurança nacional volumoso inquérito contra 64 agentes do Eixo no Brasil*¹²⁶, *Desarticulada em Cruz Alta uma larga e perigosa trama nazista contra a segurança do país*¹²⁷, *Como funcionava a máquina secreta do nazismo no Brasil*¹²⁸, *Professores da quinta-coluna – Executavam em São Paulo “um tremendo plano de desnacionalização do ensino”*¹²⁹, – *Em ação no extremo norte a quinta coluna amarela*¹³⁰, *Quinta-coluna em Maceió*¹³¹, *A espionagem nazista no Brasil – mais um relatório foi dado a publicidade pela polícia carioca*¹³² e *A ação da quinta-coluna no Brasil – As atividades nazistas em Santa Catarina*¹³³ reforçavam a ideia de que a guerra continuava presente, que as ameaças eram reais e que o front deveria continuar.

¹²³ *Correio do Povo*, 21/10/1943. p. 10.

¹²⁴ *Correio do Povo*, 24/01/1943. p. 11.

¹²⁵ *Correio do Povo*, 05/03/1943. p. 02.

¹²⁶ *Correio do Povo*, 07/02/1943. p.16.

¹²⁷ *Correio do Povo*, 09/02/1943. p. 02.

¹²⁸ *Correio do Povo*, 09/02/1943. p. 10.

¹²⁹ *Correio do Povo*, 19/02/1943. p. 08.

¹³⁰ *Correio do Povo*, 23/02/1943. p. 08.

¹³¹ *Correio do Povo*, 19/03/1943. p. 08.

¹³² *Correio do Povo*, 30/03/1943. p. 03.

¹³³ *Correio do Povo*, 08/04/1943. p. 10.

Em São Paulo, é no ano de 1944, ou seja, após a destruição de abrigos antiaéreos em Porto Alegre e a doação da arrecadação para sua construção para a Santa Casa, que corriam os preparativos oficiais para suportar um ataque aéreo¹³⁴. Esse descompasso entre as capitais brasileiras não deixa de ser, no mínimo, intrigante. Cabe-nos a seguinte questão: porque o governo precisava dar continuidade a esse imaginário em torno de um perigo real de ataque ao território brasileiro?

Para que a campanha tivesse atingido tanto sucesso era preciso que o perigo fosse realmente algo real, ou que pelo menos parecesse ser. O *Correio do Povo* também tratou de atuar nesse sentido. Publicou entrevistas como a do major Eugênio de Almeida Magalhães, comentando a respeito da defesa da população civil:

Em geral, foram ótimos os resultados do exercício de black-out, levado a efeito simultaneamente em todas as capitais dos Estados. Isso prova que o povo, antes tão incrédulo quanto ao perigo que bate as nossas portas, finalmente se convence de que precisamos preparar-nos para fazer face a alguma surpresa do inimigo¹³⁵

Esse trecho da declaração do major, demonstra também outro ponto importante, houve um preparo a nível federal para medidas de segurança. Como nos outros setores, as medidas nacionais refletiram-se nos Estados e nas cidades. Criou-se, por decreto-lei n° 4098, transcrito na íntegra pelo jornal, o regulamento do Serviço de Defesa Passiva Anti Antiaérea, estabelecendo os deveres do Estado e os direitos e deveres dos cidadãos. O serviço de defesa estava dividido em três fases: 1° fase: educação do povo; 2° fase: organização dos serviços próprios de defesa passiva: Serviço de alerta e vigilância; serviço anti-incêndio; serviço de policiamento; serviço de desobstrução e remoção de escombros; serviço de demolições; serviço de desinfecção; serviço de reparações; serviço químico; serviço de transporte; recrutamento. A 3° fase correspondia as medidas de proteção, construção de abrigos públicos, coletivos, incremento da construção de abrigos particulares, aproveitamento defesas naturais ou obras já existentes.¹³⁶ Os exercícios de escurecimento, assim como treinamento para uso de sirenes foram feitos por todo país, sendo acompanhados pelos órgãos superiores.

Os black-outs, primeiramente foram feitos com aviso prévio, publicados antecipadamente pelo jornal. O primeiro ocorreu em setembro de 1942, sendo que a Comissão de Defesa Passiva Antiaérea fez um comunicado informando os locais atingidos pelo exercício, o horário de início e término e as orientações para a população. No ano de 1943, começam a ocorrer os escurecimentos sem aviso prévio e também exercícios diurnos, para dar

¹³⁴ CYTRYNOVICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000. p 67.

¹³⁵ *Correio do Povo*, 01/07/1943. p. 04.

¹³⁶ *Correio do Povo*, 05/03/1943. p 02.

maior veracidade ao treinamento. Novamente são dadas orientações sobre o procedimento¹³⁷. Chama-se atenção para a seriedade destes procedimentos e para a existência de uma severa fiscalização pela Diretoria Regional de Defesa Passiva Antiaérea. Logo após as execuções, reportagens exaltam a participação popular e seu engajamento. O comércio varejista foi um dos setores que teve que se adaptar as novas medidas de escurecimento sem aviso prévio. A Comissão de Defesa Passiva Antiaérea estabeleceu normas a serem observadas pelo comércio em geral. Entre elas, o apagamento permanente das vitrines, luzes internas, caixas luminosas, etc. Para o cumprimento da norma, a firma poderia contratar um funcionário que ficasse de plantão, das 19 horas em diante, permanentemente para atender ao apagamento, e demais precauções, assim que fosse dado o sinal de alarme. Ou simplesmente, fazer o desligamento ao encerrar o expediente.

Principalmente quando afundaram o navio brasileiro, na costa, o Buarque de Macedo, o nome desse navio. Tanto que botaram o nome da rua onde eu morava de Buarque de Macedo, por causa do navio esse que afundaram. Apavorou todo mundo isso assim “ e a agora? Eles vem, eles já estão aqui na costa, eles vem para cá”. Aí começou o, eu acho que foi aí, começou o black out.

Ai, os Black outs levavam uma hora, um pouco menos, um pouco mais. Mas nós achávamos, nós, crianças, achávamos que era uma hora. Então eu achava muito bonito aquilo, todas as luzes apagadas, não podia ter um pau de fósforo aceso, porque se alguém acendesse um pau de fósforo, que algum vizinho ou alguém na rua passava e via, gritavam “Apaga a luz quinta-coluna”. Então a gente como criança achava aquilo diferente. Apagava as luzes da rua, das casas, tudo, as lâmpadas das ruas tudo e demorava até que tocasse a sirene de novo, aí podia abrir as luzes tudo de novo, acender as luzes¹³⁸.

O sinal de escurecimento era dado por sirenes fixas e móveis e pelo replicar dos sinos de todas as igrejas do município. Logo após os cinco minutos de advertência, as redes de iluminação pública eram desligadas. Durante esses cinco minutos, as pessoas deveriam se recolher as suas residências, cafés ou praças públicas. Os motoristas deveriam parar o veículo, apagar as luzes e, como tratava-se de um ensaio de escurecimento, os passageiros desses veículos poderiam permanecer no interior dos mesmos. Durante os cinco minutos de advertência, todas as casas de moradia, de comércio, de diversões, repartições públicas, cafés, restaurantes, bares, etc, deveriam tomar as medidas necessárias ao completo escurecimento dos respectivos prédios: ou vedando completamente as aberturas, ou desligando as chaves gerais, de forma a não tornar visível do exterior nenhum fecho luminoso. O fim do exercício era determinado por um segundo toque de sirenes e pela iluminação das vias públicas. Durante o escurecimento não era permitido acender fósforos, nem fumar, nas vias públicas ou em pontos que tornem visíveis as chamas. O exercício era fiscalizado, inclusive por um avião da FAB (Força Aérea Brasileira). Seguindo a tendência de engajamento da população, esta colabora com as atividades, sendo elogiada nas reportagens que seguem os treinamentos.

A outra presença da guerra para nós, era uma bobagem da época, que era chamado black-out. Que era uma campanha nacional, imagine Porto Alegre as escuras porque poderia ser bombardeada por aviões alemães que saíam da Alemanha, atravessariam todo o Atlântico, sem cair no meio do caminho e iriam bombardear Porto Alegre. Então se faziam exercícios assim de ficar tudo escuro. Tocava uma sirene, aí todo mundo tinha que apagar a luz porque havia vigilantes e se alguém deixasse uma luz acesa já estavam gritando “quinta-coluna, alemão batata”, e com

¹³⁷ As comunicações referentes aos exercícios de escurecimento são publicadas pelo jornal *Correio do Povo*.

¹³⁸ STELLO, Maria Célia Scherer. Mobilização e Cotidiano em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entrevistada por Mariana Barcelos Ramos, Porto Alegre, 19 de maio de 2011.

isso então, é uma vivência também que a gente se lembra disso. Depois tocava a sirene daí podia-se acender a luz. Não chegava nenhum avião alemão¹³⁹.

Ao contrário desta visão crítica, baseada em conhecimentos posteriores a vivência, constatamos que os exercícios realizados em Porto Alegre eram encarados com seriedade pela população. Considerando que "aquilo que as pessoas imaginam que aconteceu, e também o que acreditam que poderia ter acontecido - sua imaginação de um passado alternativo e, pois, de um presente alternativo -, pode ser tão fundamental quanto aquilo que de fato aconteceu"¹⁴⁰, analisamos uma declaração supostamente de Candido de Gutierrez, um morador da cidade, que demonstra a existência de uma preocupação com o sucesso do exercício, relacionada a real crença de perigo.

Por ocasião do ensaio, sem prévio aviso, de Black out, realizado ontem, a noite, fui surpreendido pelo não funcionamento das sirenes, tendo assim ficado em situação pouco desejável, com as luzes acesas.

Este caso não ocorreu só comigo e sim com quase todos os moradores do Passo da Mangueira, tendo somente tomado conhecimento por meio das pessoas encarregadas de observarem a efetivação da medida tendente a resguardar a população.

Bem podeis compreender a situação aflitiva em que ficaríamos si se tratasse realmente de um perigo imediato. Toda a zona teria sofrido.

Pede a reparação das sirenes.¹⁴¹

A guerra e sua ideologia também estavam presentes nas telas de cinemas, nas propagandas de produtos. Por exemplo, do Flit, um mata insetos, se identifica como um soldado das Américas, já que a vitória depende de energia, dedicação e força de cada um, já que todos são soldados, nada melhor que o Biotônico Fontoura para fortalecer a nação em defesa da pátria¹⁴². E que contexto propício para uma seguradora, pois bem, a Sul América soube explorar o momento propenso a fatalidades, enfatizando a importância da prevenção, da garantia do futuro¹⁴³. Outras empresas diretamente relacionadas ao esforço de guerra, também vem ao público manifestar seus sacrifícios, justificar suas restrições e motivar para a vitória. A Esso (Standard Oil Company of Brasil) aborda o problema da escassez dos produtos derivados do petróleo, associando ao sacrifício comum em defesa da causa maior: o extermínio das forças do mal. A General Eletric, em seu desejo de paz durante a semana de festas de 1942, destaca os sacrifícios e a luta de todos em busca da vitória. A FORD relata todo seu esforço de guerra, enfatizando que "(...) não tivemos nenhum lucro monetário na

¹³⁹ FLORES, Moacyr Flores. Entrevistado por Mariana Barcelos Ramos em 13 de março de 2007, Porto Alegre/RS.

¹⁴⁰ THOMPSON, Paulo (1935-). *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 184.

¹⁴¹ *Correio do Povo*, 09/03/1943. p. 03.

¹⁴² *Correio do Povo*, 10/1942. p. 06.

¹⁴³ *Correio do Povo*, 31/01/1943. p.05.

guerra passada e tão pouco visamos nesta”¹⁴⁴, são os dias de paz que interessam. Frequente também nas páginas do *Correio do Povo*, a presença da Cia Energia Elétrica Riograndense que alerta aos perigos da quinta-coluna, para o corte de supérfluos num momento de sacrifícios, a favor da compra de obrigações de guerra, do trabalho para vitória e etc. O front estava criado, a guerra estava em tudo, portanto, nas mentes e corações dos portoalegrenses.

3.7 - O esforço de guerra em cruzeiros: As Obrigações de Guerra

Em 02 de janeiro de 1943, com o objetivo de angariar fundos para a economia de guerra e sensibilizar a população em prol do esforço de guerra, ocorreu a cobrança da primeira cota da subscrição compulsória das “Obrigações de Guerra” pela Delegacia Regional do Imposto de Renda. Estes títulos públicos estavam divididos em 12 cotas, sendo entregues as Obrigações de Guerra somente após a quitação total. A eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 e a consequente queda do comércio internacional, fez com que caísse o recolhimento de impostos de importação no Brasil, maior fonte de arrecadação no país até então. Preocupado, o governo, visando o aumento de receita, direcionou a atenção para o imposto de renda. Dentro da reorganização feita pela Comissão de Reorganização dos Serviços da Diretoria do Imposto de Renda, foram criadas as Obrigações de Guerra, que foram autorizadas pelo Decreto-Lei nº 4.789 de 05 de outubro de 1942. Segundo este:

Art. 5º. A partir de janeiro de 1943, todos os contribuintes do imposto de renda recolherão uma importância igual ao imposto a que estiverem sujeitos, no último exercício, para subscrição compulsória de Obrigações de Guerra, que lhes serão entregues de acordo com o artigo anterior.

O resgate das Obrigações de Guerra estava fixado para após a assinatura da paz. A subscrição compulsória de "Obrigações de Guerra" foi suspensa pelo Decreto-lei nº 9.138 de 5 de abril de 1946.

As obrigações de guerra, além da contribuição de ordem financeira ao governo, foram mais uma cartada para mobilizar a população, colocá-la diretamente como partícipe da guerra, da defesa do país, engajando-a mais ainda ao patriotismo estadonovista.

3.8 – São Paulo, Santa Catarina e Porto Alegre: convergências e divergências

¹⁴⁴*Correio do Povo* 11/1942. p. 04.

Como esclarecido nas páginas introdutórias desta dissertação, duas obras serviram de inspiração para este trabalho. O seu estudo proporcionou que fizéssemos um breve comparativo entre as realidades dos Estados de São Paulo, Santa Catarina e a cidade de Porto Alegre. Procuramos identificar o que houve em comum no “estado de guerra” brasileiro, ou seja, no plano nacional e as especificidades de cada região.

A onda de manifestações que varreu Porto Alegre em agosto de 1942, parece não ter se estendido a São Paulo, pelo menos não está registrada na obra de Cytrynowicz. Não aborda depredações e nem manifestações populares nas ruas após a declaração de guerra do governo brasileiro a seus agressores. É interessante contextualizar para se buscar um entendimento da reação dos portoalegrenses. Nossa hipótese está totalmente vinculada à força e abrangência da Campanha de Nacionalização no estado do Rio Grande do Sul e a uma certa tradição, já que uma manifestação deste tipo, em menores proporções, havia sido realizada no contexto da Primeira Guerra Mundial.

A nacionalização não se deu de forma homogênea e nem na mesma intensidade nas diferentes regiões e nem em relação aos diversos grupos de imigrantes. Os imigrantes japoneses, também considerados perigosos por seu país de origem posicionar-se na guerra como membro do Eixo, não tiveram importância por sua baixa demografia no Rio Grande do Sul. Entretanto, em São Paulo, eles foram especialmente atingidos, sendo expulsos da cidade de Santos e de bairros de São Paulo, proibidos de ensinar e falar japonês, e tendo suas escolas fechadas, o que provocou uma violenta desestruturação da comunidade nipo-brasileira.¹⁴⁵

No caso de Santa Catarina, verificamos que a nacionalização, a repressão e a discriminação também se voltaram a alemães, italianos e seus descendentes. Os relatos descrevem diversas formas de abuso das autoridades e o comprometimento total de seu interventor Nereu Ramos com o projeto estadonovista da homogeneização nacional, bem como correu no Rio Grande do Sul em relação a Cordeiro de Farias.

Fáveri, ao falar sobre o impacto da suposta ameaça nazista em Santa Catarina conclui, “no Brasil, especificamente em Santa Catarina, não houve bombardeios, mas o imaginário de conspiração gerou medo, mexeu com o cotidiano das pessoas, colocou uns contra os outros”.¹⁴⁶

Em São Paulo, assim como no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, por razões específicas de cada região, mas também por um interesse geral do governo, havia uma permanente propaganda em torno da ameaça de uma suposta iminente invasão. No caso de São Paulo, japonesa pelo litoral, no Rio Grande do Sul, aérea por alemães, e, em Santa

¹⁴⁵ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra Sem Guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 139.

¹⁴⁶ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 57.

Catarina, aérea e pelo litoral de alemães, ambas mancomunadas com a suposta e respectiva quinta-coluna local. Essa imagem de real ameaça acaba incorporando a rotina da cidade e criando sensações de guerra. Como falamos acima, o que importa mais do que o grau de perigo que o Brasil realmente corria em termos de ataques aéreos e marítimos ao seu território, é o que essa suposição, essa suspeita produziu: um alinhamento contra os inimigos e em torno da defesa da pátria.

Referente ao Carnaval, temos informações gerais sobre o Rio de Janeiro, já que as ações de Porto Alegre se baseiam nas da capital. Cytrynovicz aborda a questão do Carnaval, destacando uma visão da imprensa que está de acordo com a do Rio Grande do Sul. O *Correio Paulistano* posiciona-se sobre a ampla discussão que se abre a respeito do carnaval: não havia “ambiente moral propício para a alegria carnavalesca”, porque era preciso manter o “labor patriótico de todos os dias, sem um minuto de intervalo, defendendo o Brasil e a nossa própria existência”. O jornal, que se declarava a favor das festividades carnavalescas no início de 1944, contra aqueles que queriam proibi-lo naquele ano, no ano anterior, se dizia contra: “Estamos sem transportes, temos uma alimentação racionada, e as classes populares produzem muito abaixo do que consomem”. Na verdade, trata-se da posição nacional. Governamental sobre o evento.

A escassez de combustíveis líquidos, os problemas de transportes, a alta de preços e falta de produtos, as campanhas como do “pão de guerra” e as ações de defesa se estenderam pelo país de forma geral. A atuação do governo federal, de forma a fortalecer sua centralização, justificar sua autoridade e promover o nacionalismo, não apresenta-se de forma idêntica, mas está presente nas três regiões.

4. ESPECIFICIDADES: OS JUDEUS E A PORTO ALEGRE EM GUERRA

Com o intuito de desvendar uma outra faceta da guerra, longe dos grandes nomes, das grandes batalhas, saindo do enfoque político-militar e buscando resgatar o dia a dia, o cotidiano, a compreensão de como a guerra realmente se fez presente na vida das pessoas, este trabalho busca abordar através de depoimentos dos contemporâneos ao período, os efeitos desse grande marco histórico na cotidianidade. Algumas impressões desta “outra guerra”, essa “guerra sem guerra”¹⁴⁷, ou seja, a guerra tal como foi sentida e vivida, mesmo não se efetivando em termos bélicos, pela população porto-alegrense e, especificamente, pela comunidade judaica¹⁴⁸, na capital do Rio Grande do Sul, é o tema central deste capítulo. A riqueza que os relatos cotidianos nos fornecem vai além da coleta de dados, mas sim lhes torna significativos, nos mostram a vivência por trás do que está no papel, oficialmente registrado, a faceta prática da teoria, clareiam e ampliam a nossa visão. É neste dia a dia, na individualidade que a nossa pesquisa ganha relevância e historicidade.

Agnes Heller e Lukács ressaltam a importância da vida cotidiana nos processos históricos:

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social. [...]. As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade¹⁴⁹.

Para Lukács,:

¹⁴⁷ Memórias de uma (outra) guerra: *Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina* de Marlene de Fáveri e *Guerra Sem Guerra. A mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial* de Roney Cytrynowicz.

¹⁴⁸ Alguns esclarecimentos se fazem necessários. Normalmente a definição de judaísmo se faz a partir do fator religioso. Admitimos a importância crucial da religião como importante base de organização desse grupo, mas julgamos insuficiente para defini-lo. Concordamos com Cristine Fortes Lia, ao considerar os judeus como um grupo étnico com uma história comum e que, essa história comum amplia a visão sobre o conceito de judaísmo e, para nos o define de forma mais ampla.

¹⁴⁹ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 20.

(...) não há indivíduo ou sociedade sem vida cotidiana. Espaço e tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ontologicamente insuprimível, mas ele não lhe atribui uma existência abstrata, separada da história. Em cada sociedade a estrutura da vida cotidiana é concreta e distinta quanto ao seu âmbito, ritmos, regularidades e comportamentos face a cotidianidade. O cotidiano não se descola do histórico, é antes um de seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais¹⁵⁰.

A incorporação da perspectiva do cotidiano, dimensão presente em todo modo de existência humana, na historiografia, denota um enriquecimento analítico indiscutível. Incorporar a perspectiva do cotidiano significa, pois, ter presente e discutir suas relações com o extraordinário, com o histórico, as relações entre o público e o privado, o institucional e o informal, o racional e o irracional, etc.¹⁵¹. O objetivo é buscar na cotidianidade novas respostas ou mesmo novas questões para a análise da vida social. A vida se desenvolve no cotidiano, portanto, a História também.

O contato com o rico acervo de depoimentos orais colhidos pelo Instituto Judaico Marc Chagall, no projeto Histórias de Vida, deu um novo rumo a presente pesquisa e origem a este capítulo. Enfrentamos a dificuldade de realizar novos depoimentos com pessoas que vivenciaram o período da Segunda Grande Guerra em Porto Alegre pelo distanciamento de tempo que já se faz do período. Outra dificuldade encontrada se deve a impossibilidade de acesso à documentação do DEOPS¹⁵² do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente a todos fichamentos e processos realizados por este órgão durante nosso período de interesse. Lembramos que todas ações voltadas aos supostos “inimigos da pátria”, investigações e processos eram de responsabilidade deste departamento, portanto a falta de acesso a essa rica fonte nos deixa uma lacuna sobre as atividades concretas dessa divisão do Estado do Rio Grande do Sul, e conseqüentemente, em sua capital, Porto Alegre., mas também quanto a efetiva ação da polícia que nos possibilitaria conhecer os métodos de investigação, como eram feitas as acusações, que punições eram aplicadas, a quantidade de pessoas indiciadas por questões relacionadas ao contexto de guerra, quantas eram de origem teuta, italiana e etc. Outro fator que deve ser considerado, apesar de não termos ao certo sua proporção, mas somente a informação de que existiu, era prática comum de revistas e vigia nas casas de suspeitos quinta-colunas, com apreensão de objetos, entre eles livros e materiais escritos, principalmente se o fossem em língua alemã ou outra estrangeira. Essa questão relaciona-se

¹⁵⁰ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana*. Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, nº 03, maio de 1991.p. 26.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² Documentação destruída por dois incêndios.

diretamente a censura e a repressão do período, embasada em um governo autoritário que buscava uma homogeneidade cultural que originou a campanha de nacionalização e, logo, justificada pela ameaça externa que o mundo em guerra trará. Alguns destes elementos “perdidos” encontram-se a salvo na memória descrita por nossos depoentes.

Nossos interlocutores nos auxiliam a compreender o problema de se encontrar escritas de si¹⁵³ do grupo judaico no referido período, como cartas e diários, fontes importantes para uma pesquisa que objetiva desvendar o cotidiano. Sobre as correspondências, relata:

Bom, chegavam notícias com cada um que vinha. Porque ninguém escrevia, ou se escrevia, escrevia, vamos dizer: “fulano não vai bem”. Porque tinha medo, porque havia censura lá também, que fossem deportados por uma carta.¹⁵⁴

A censura que havia “lá” na Europa se estendia para cá (Brasil), tanto que cartas de membros da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e até de padres que estavam em nome do Brasil na Europa, também eram remetidas a censura e não relatavam a realidade vivida no front de guerra.

Aliás, diz que na época do Getúlio e do Tancredo, Ministro da Justiça, toda carta de judeu era censurada. A carta era aberta, lida, fechada e entregavam ou não entregavam. Isso é histórico, não é fantasia, é uma realidade.¹⁵⁵

O temor das consequências do que se registrava fez com que se estabelecessem silêncios. Segundo Orlandi, “O silêncio não é a ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso”¹⁵⁶, silêncio que se evidencia no trecho citado onde se comunica, mas não o que se quer dizer. Neste estudo o silêncio no sentido de não dizer, não escrever, não registrar, ou seja em todos sua variáveis, se fará presente.

Utilizar história oral significa trabalhar com o conceito de memória. Segundo Monteiro: “Como se sabe, toda a memória é seletiva, pois trabalha com lembranças e esquecimentos, é uma representação de experiências passadas (vividas, ouvidas, lidas ou

¹⁵³ A escrita de si é um processo de escrita onde o autor fala de sua própria vida, seus sentimentos, pensamentos, enfim, o objetivo dessa escrita é que o autor possa expor questões sobre ele mesmo Correspondências, autobiografias, bilhetinhos, telegramas e memórias.

¹⁵⁴ HERZ, Berta Ruth. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº 016.

¹⁵⁵ NUDELMAN, Leão. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº. 029.

¹⁵⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p.104.

aprendidas) relacionadas às questões que o tempo presente coloca”¹⁵⁷. Partilhamos da visão de Monteiro em relação à memória e à escrita da história, sendo ambas, abordagens que visam o passado mas que se elaboram, a partir da visão do presente, na qual são recontadas.

Além da ação do presente nos depoimentos orais, temos consciência também da interferência do próprio narrador e do historiador, modificando e resignificando aquilo que é contado. É importante esclarecer que não se ambiciona desvendar a verdadeira história dos impactos da guerra à comunidade judaica de Porto Alegre, até porque se parte do princípio que esse não se deu de forma homogênea. Busca-se pontos comuns nas vivências, mas valoriza-se as especificidades e exatamente por este motivo, vamos de encontro com a reflexão de Ângela Gomes

Nesses casos, está descartada a priori qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador, é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de dizer “o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento¹⁵⁸.

A grande maioria dos depoimentos trabalhados tem como fonte o acervo do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, de Porto Alegre. Os relatos foram acessados através do catálogo “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”, resultado do projeto “Preservação da Memória Judaica” desenvolvido pelo Departamento de Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall de Porto Alegre. O projeto teve início em dezembro de 1986, com o objetivo de resgatar a memória da comunidade judaica rio-grandense, valorizando sua contribuição na pluralidade étnica, cultural e religiosa que caracteriza a nação brasileira. Visando apoiar e incentivar o meio acadêmico e seus estudiosos em geral para realização de trabalhos voltados a preservação da memória judaica assim como o estudo do povo judeu como parte integrante da grande sociedade brasileira, optou-se pela História Oral como metodologia, considerando-se a disponibilidade de depoentes das primeiras gerações de imigrantes. As ações do projeto concentraram-se na realização de entrevistas e na constituição de um Acervo de História Oral, com fitas gravadas e transcrição de depoimentos. O acervo conta hoje com 180 depoimentos entre dois catálogos editados. Destacamos que o objetivo do projeto não foi o de colher informações sobre o período da Segunda Guerra, portanto, foi realizada uma triagem para se identificar relatos que continham este tema de acordo com a

¹⁵⁷ MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 28.

¹⁵⁸ GOMES, Ângela de Castro (org). *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p.15.

vivência de cada depoente. Como as entrevistas não foram realizadas visando o nosso problema de pesquisa, temos a vantagem da espontaneidade das colocações referentes ao período em questão.

Segundo a introdução do catálogo, os entrevistados são pessoas de vários segmentos da comunidade, inclusive aquelas que são normalmente esquecidas, mas que cuja narrativa é essencial para traçar o perfil da história cotidiana dos povos. Suas narrativas reproduzem costumes e vivências, levantam aspectos polêmicos, esclarecem pontos obscuros, completam-se e interpenetram-se umas com as outras. Essa definição vai inteiramente de encontro com a proposta deste estudo.

4.1 - Do particular para a História

Ao falar sobre o início de seu casamento com Carlos Herz, Berta Hertz nascida em Frankfurt, Alemanha, em 04 de agosto de 1923 e que teve sua chegada ao Brasil em 1934, então com 10 anos de idade, enlaça sua história particular com nossa pesquisa.

Porque ele não podia depois viajar como súdito do Eixo. Depois virou alemão de novo. Aí, tinha que ter salvo-conduto de uma cidade para a outra. Então, procuramos trabalhar por conta própria (...) Daí, ele tentava viajar para si mesmo, mas aí vieram as dificuldades. Volta e meia conseguia, viajava com salvo-conduto, não podia ir de avião, só de trem e ônibus era uma coisa... em 1943, inviável. Levava dois dias até Pelotas. Isso até... nos tínhamos um velho Ford modelo A, acho que em 1928 que ficou, como bem de súdito do Eixo, ficou vinculado ao Banco do Brasil. Não podíamos nem vender. De repente, éramos alemães de novo. E sofríamos como súdito do Eixo nos anos de 1942 a 1945. Com todas ... volta e meia alguém era preso. Meu marido não, meu tio sim. Por ser Quinta Coluna, por falar e ler alemão, enfim, éramos perseguidos como alemães de novo¹⁵⁹.

Ai a coisa ficou o seguinte: aqui nós não sabíamos mais se éramos judeus ou alemães, porque exigiram de nós os mesmos rígidos documentos para poder viajar, como se fosse um nazista, um alemão. Eu cheguei, um dia, perdi minha licença para viajar, chamava-se... tinha que se apresentar em todas as repartições policia, quando chegávamos na cidade nos apresentar. Eu perdi uma vez aquele papel, aí o delegado me perguntou como era meu nome, se eu sou brasileiro. Eu disse: “não, se eu fosse brasileiro eu não precisaria visto”. “Sim, mas seus pais?” “Meus pais são imigrantes que nem eu. Eu não sei mais” disse eu para ele: “o que eu sou, se sou judeu, ou são brasileiro, ou sou alemão, que lá me disseram que não sou alemão, e chego aqui estão me tratando como alemão.” Disse ele: “Eu acho uma injustiça o que estão fazendo”¹⁶⁰.

¹⁵⁹ HERZ, Berta Ruth. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº 016.

¹⁶⁰ HERZ, Carlos, “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº 053.

Outro casal judeu residente em Porto Alegre, dentro da sua particularidade, também vivencia as determinações gerais do governo de Vargas.

Agora o Herbert era alemão e eu era polonesa. Eu podia fazer o que quisesse. Os Weil tinham uma casa em Tramandaí e me convidaram para passar umas semanas lá no verão. Herbert não podia ir como alemão. Eu podia ir, ele não. Mas tinha gente que perdeu os livros, tudo por causa do alemão. Tínhamos medo que apreendessem tudo. No verão a gente devia fechar as janelas para não ouvirem que se falava alemão¹⁶¹

De setembro de 1942 até janeiro de 1943, estrangeiros precisavam apresentar salvo-conduto para fazerem viagens ao interior do Estado. Este documento poderia ser adquirido nas delegacias de polícia, sendo vedado a todos os “súditos” do Eixo, imigrantes provenientes da Alemanha, Itália, Japão, Rumania, Hungria, e Bulgária) que tivessem antecedentes policiais de natureza política. A autorização devia se renovar a cada viagem. O salvo-conduto só era fornecido àqueles que não registrassem antecedentes policiais de natureza política, que exibissem a Carteira Modelo 19 (carteira de identificação de estrangeiros no Brasil) ou a instituída para os maiores de 60 anos ou o certificado de registro. A viagem a algumas cidades era possível somente com motivo especial e prévia consulta à chefia de polícia, eram estes Municípios: Sarandí, Irai, Palmeira, Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz, Santiago, São Borja, São Francisco de Assis, Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, Quarai, Livramento, Lavras, Rosário, Dom Pedrito, São Gabriel, Bagé, Herval, Pinheiro Machado, Piratini, Jaguarão, Arroio Grande, Santa Vitória, Pelotas, Rio Grande, Torres, Osório e São José do norte¹⁶².

Estrangeiros de outras nacionalidades e brasileiros natos estavam livres do porte do salvo-conduto. No entanto, foi exigido que os primeiros passassem a portar Carteira Modelo 19 e os segundos a carteira de identidade¹⁶³. Como muitos dos judeus residentes no Brasil eram comerciantes, essa restrição se tornou um entrave prático para a normalidade de condução de seu trabalho, ou seja, de sua forma de renda e sobrevivência. Antes da obrigatoriedade do salvo-conduto ser oficializada através de lei, outras sanções já eram sentidas pelos imigrantes. O decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, do governo federal dispôs sobre as indenizações devidas por “atos de agressão”, que permitiu ao Brasil tornar-se responsável pelas perdas humanas e materiais sofridas em decorrência dos ataques aos navios brasileiros não apenas os países do Eixo, mas também seus cidadãos. De acordo com este

¹⁶¹ CARO, Nina Zabludovski. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 080.

¹⁶² *Correio do Povo*. 01/01/1943. p. 02.

¹⁶³ *Correio do Povo*. 20/12/1942. p. 05.

decreto-lei, “os bens e os direitos dos cidadãos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas e jurídicas”, passariam a responder pelos eventuais prejuízos do Estado brasileiro. Estes incluíam os de todas as “pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil”.¹⁶⁴ Portanto, os considerados súditos do Eixo deixaram de dispor de seus bens, sendo estes agora de posse do Banco do Brasil, impossibilitando a sua venda. Também deveriam transferir para o Banco do Brasil uma parte de todos os depósitos bancários ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis Estabelece 15 dias após a publicação da lei para a comunicação as repartições públicas da natureza, qualidade e valor dos seus bens. A alienação ou oneração de bens imóveis, títulos, ações nominativas e móveis de valor considerável também ficaram proibidas para súditos alemães, italianos e japoneses. Essa reação do governo, voltada não somente aos países agressores e os verdadeiros responsáveis por estes atos, seus governos, se deu devido aos ataques a navios brasileiros durante o início do ano de 1942, quando as tensões entre Brasil, Alemanha e Itália se intensificam, chegando a posterior declaração de guerra.

Sim, todos éramos perseguidos Todos. Até um auto modelo A que nos tínhamos estava congelado, empenhado para o Banco do Brasil, não podíamos vender. Aliás, a gente não podia vender bem nenhum, todos os bens dos cidadãos do Eixo estavam congelados e não adiantava, confiscados, né?¹⁶⁵

Tinha uma fábrica de cerâmica. “O resultado, eu procurei vender a fábrica. Para vender a fábrica, não era permitido vender. Porque eu era o “súdito do Eixo”. Súdito do Eixo, significa, que pertencia a uma potencia estrangeira e que, entre disso Brasil, estava em guerra. Era Japão, Itália e Alemanha. Esses três países, se juntaram e formaram o Eixo Berlim-Roma-Tóquio. E nós tínhamos que fazer declaração de bens, e não podíamos possuir automóveis... então comprei carroça, comprei um cavalo (...)”¹⁶⁶.

(...) como judeu alemão eu tinha que entregar uma certa parte de minhas economias ao Banco do Brasil, como alemão. Eu era para os brasileiros, para a polícia e tudo, era alemão, nasci em Berlim, e não era judeu que foi botado fora da Alemanha, mas era um alemão que tinha que entregar uma certa parte em dinheiro¹⁶⁷.

Além das medidas excepcionais que foram surgindo durante a acomodação do Brasil no conflito, já havia uma lógica interna, independente da eclosão da guerra, mas que utilizou-

¹⁶⁴ In: SILVA, Lucas Silva da. *Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. (Dissertação mestrado). SEITENFUS. Ricardo. Op. Cit. p. 314.

¹⁶⁵ HERZ, Berta Ruth. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. n° 016.

¹⁶⁶ HERZ, Carlos, “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. n° 053.,

¹⁶⁷ PREGGER, Alexandre. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1986. n° 001.

se deste contexto favorável em sua prática e justificação. Dentro das diretrizes do governo varguista estava a questão da homogeneização cultural, a eliminação de influências culturais estrangeiras em nome de uma cultura genuinamente brasileira. Para se atingir este ideal, era essencial a eliminação do elemento de identificação primário de culturas de outros países: a língua. Com certeza, de acordo com os depoimentos colhidos, mas também de uma simples reflexão contemporânea, identificamos esta proibição como a de maior impacto entre as comunidades de estrangeiros residentes aqui no Brasil. A língua, era o laço mais forte, o cordão umbilical entre imigrantes e a pátria natal e por isso, seu corte era vital para a política de nacionalização e causou tanto trauma.

Ligado diretamente a língua estavam os cantos tanto religiosos quanto profanos que uniam e identificavam as comunidades de colonos estrangeiros, também a religiosidade, os ritos de morte, a sociabilidade e a comunicação, de forma geral, destas pessoas. A mudança foi radical: deve-se esquecer a língua adotada e conhecida uma vida toda e adotar uma outra, muito diferente e difícil e mais, que não havia sido ensinada. A punição para quem não conseguisse aprender o português? O título de traidor da pátria e a prisão.

Só me lembro, quando a Rita nasceu, ela nasceu na Beneficência Portuguesa, já era difícil falar alemão na rua. Até meu marido pegou, uma vez, um bonde, a gente andava de bonde de Petrópolis para o Centro. Então uma senhora perguntou para ele no bonde: “Ah! Eu sei, nasceu criança, é criança, é criança ou criança?” Então ele: “Ah, não, é criança, a Rita”. A gente não podia falar alemão. Muitas amigas, conhecidas foram presas, porque falaram alemão na rua. E a gente não sabia bem falar o português naquela época.¹⁶⁸

O medo e o silêncio passaram a fazer parte da vida daqueles que não tinham o português como língua natal. *Tínhamos medo. Minha mãe tinha dificuldades com o português, a gente não falava na rua. Não falava nos bondes, não conversava. Fechava a janela para falar alemão*¹⁶⁹. Havia um maior controle e rigidez sobre os súditos do Eixo, mas quem afirma que os policiais estavam treinados para identificar as diferenças entre a língua alemã e as demais? *Eles prenderam gente que falava holandês pensando que fosse alemão. Era muito rigoroso naquela época*¹⁷⁰. Nossos depoimentos demonstram além da falta de preparo, uma certa paranóia coletiva, criada pelo clima de guerra, pela ampla divulgação do perigo que corríamos, pela possibilidade de um ataque alemão e pela existência de uma rede

¹⁶⁸ BERG, Ilse. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 212.

¹⁶⁹HERZ, Berta Ruth. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº 016.

¹⁷⁰ CARO, Nina Zabudovski. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 180.

de espionagem nazista, responsável por tornar presentes estas hipóteses na mentalidade coletiva, mesmo que na prática estivessem muito distantes da realidade. Escolas tiveram que ser modificadas, igrejas, livros escondidos, etc.

Idosos e crianças não eram poupados, como súditos do Eixo, eram considerados e punidos como inimigos da pátria. Qualquer alemão, mesmo judeu, era considerado um nazista em potencial. O medo e o silêncio passaram a fazer parte do dia a dia dessas pessoas.

Meu irmão e eu encontramos com um conhecido da SIMBRA durante a guerra, lá na Duque de Caxias, onde hoje é o Sevigne, era a repartição central da polícia. E nós começamos a conversar e meu irmão perguntou alguma coisa em alemão, porque a gente em 1941 falava mais alemão do que português e passou um brasileiro e: “Tão presos”, e fomos presos mesmo.
(...) era tempo de guerra. Ficamos lá umas três horas, eu tinha uns treze, quatorze anos.¹⁷¹

Eu lembro, quando eu era menino de 3 ou 4 anos na época, eu tinha noção de que o alemão era uma língua proibida. Quando eu ouvia vocês falarem em alemão eu ficava extremamente ansioso, nervoso, com medo que vocês fossem presos! Eu lembro também que o pai encontrava-se com pessoas, com amigos, e começava a falar alemão, eu puxava a roupa deles e ficava nervoso, e eu tinha apenas 3 ou 4 anos de idade¹⁷².

(...) E quatro sócios da SIBRA foram presos porque eles jogavam cartas e falavam alemão. Era proibido falar alemão durante a guerra. E aí que eu cheguei àquele lugar que eu te falei, que eu não sabia mais o que fazer, que em um lado somos judeus fugitivos e aqui a polícia prendeu porque falavam alemão, não sabiam falar português. Eram pessoas idosas (...)¹⁷³.

Mas como eram feitas as denúncias, a fiscalização sobre a fala? *Podia denunciar. Pediram. Que alemão, italiano ou japonês era do Eixo, foi em grande parte ignorância, porque eles não sabiam entender e pensavam que os judeus não são judeus (...)*.¹⁷⁴ Houve uma orientação geral a população brasileira para identificar em imigrantes e seus descendentes, inimigos da pátria em potencial. Muitas pessoas comuns, julgando estarem exercendo seu patriotismo, passaram então a vigiar e denunciar qualquer um que considerasse suspeito. Isso se deveu a toda uma ideologia implantada pelo governo não somente federal, mas especialmente na região do Rio Grande do Sul, onde haviam pessoas muito engajadas a

¹⁷¹ ZUCKERMAN, Norberto. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. n° 068.

¹⁷² In: Preger, Alexandre. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1986. n° 001.

¹⁷³ HERZ, Carlos, “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. n° 053.

¹⁷⁴ HERZ, Carlos, “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. n° 053.

esta causa: o próprio interventor, Cordeiro de Farias, o chefe da polícia Coronel Aurélio Py e o Secretário da Educação, Coelho de Souza.

Mas os judeus não haviam sido expulsos da Alemanha exatamente por não serem considerados cidadãos alemães? Por que então, aqui seriam considerados como tal, súditos de uma pátria que os havia renegado e pior, como prováveis cúmplices e colaboradores do regime que os havia inferiorizado e que, em breve, exterminaria em massa seu povo? Talvez pela influência norte-americana, cada vez mais presente no Itamarati, que desconfiava que houvessem espiões nazistas disfarçados de judeus.

Olha, o meu marido tinha cara bem alemão, bem alemão... E ele vendia roupa de baixo de senhoras, ta? Então, foi lá na Bragança – Bragança? Marechal Floriano, antigamente era Bragança, então, mostrava a roupa. Então, acharam que ele era nazista. Então, um daqueles judeus – não me lembro mais o nome- Heringkop, não sei o que – buscou um “sidur”, um livro de rezas e mandava para ele ler, para ver, mostrar que aquele é judeu. Era tudo assim magrinho, naquela época. Bem alemão, então... Aí eles compraram. Mas do nazista eles não comparavam, do alemão, porque ele era judeu, eles compraram¹⁷⁵.

4.2 – Judeu ou alemão?

Algumas falas nos remetem problemas enfrentados pelos imigrantes judeus residentes em Porto Alegre, mas, podemos observar que a maior parte destes problemas se dirigiu aos judeus alemães e, aqui, cabe uma ressalva: os problemas se deram pela nacionalidade, no caso, teuta e não pela característica judaica. Portanto, devemos considerar uma especificidade dentro do grupo judaico: os judeus alemães. Os primeiros judeus alemães fugidos do nazismo chegaram ao Rio Grande do Sul em 1934, chegando em número significativo até 1937. Após este ano, continuaram chegando, embora com menos intensidade, devido às medidas de controle de imigração do Estado brasileiro. Infelizmente, não há registro oficial de seu número. A maioria se radicou em Porto Alegre, morando no centro da cidade ou em outros bairros afastados, como Caminho do Meio, especialmente na Rua Ramiro Barcelos e imediações e Rio Branco, na zona chamada Colônia Africana, cercanias da Rua Castro Alves. Alguns, no vizinho bairro do Bom Fim, onde se concentrava grande parte dos imigrantes judeus recém-chegados e os já aqui residentes. Poucos se transferiam posteriormente para

¹⁷⁵ BERG, Ilse. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. n° 212.

outras cidades. Trata-se, pois, de uma imigração eminentemente urbana, ao contrário da que aqui chegou ao início do século, proveniente da Europa Oriental¹⁷⁶.

De acordo com nossa constatação, do preconceito mais ligado a origem teuta que a característica semita, Gertz¹⁷⁷ reconhece a existência do anti-semitismo no Brasil, antes e durante a Era Vargas, mas ressalta não ser fácil detectar uma política oficial clara de perseguição ou de investigação contra os judeus no Rio Grande do Sul, lembrando-nos que o maior problema era os “alemães”.

(...) bom, uma coisa nós, judeus, podemos reconhecer, sempre, no Brasil: é que, nacionalmente falando, nunca houve, assim, uma perseguição. Poderia haver, por exemplo, antipatias esparsas, como existem em toda a parte. Mesmo assim, mesmo se registrando em toda parte, no Brasil, os perigos, por exemplo, no que concerne prejuízo do Judaísmo, eram muito poucos relativamente¹⁷⁸.

É de amplo conhecimento a política nazista desenvolvida na Alemanha a partir da década de 30, quando o Partido Nacional-Socialista chega ao poder e Hitler se torna o grande líder alemão. A violência nazista voltava-se para um grupo considerado inferior e culpado de todos os males enfrentados pela Alemanha, os judeus. Diversos atos foram sendo colocados em prática pelo governo alemão contra o referido grupo. Uma legislação nos moldes anti-semita foi criada, justificando a violência organizada e discriminação social que este grupo presenciaria. Os atos se estenderam desde a retirada de bens, deslocamento da comunidade para guetos, obrigatoriedade de identificação de seus membros através da estrela de Davi, perda da cidadania alemã e etc. até a condução aos campos de concentração e extermínio. Os judeus foram responsabilizados por todos os problemas vividos pela Alemanha e, assim, punidos. Esta pesquisa não tem como objetivo se deter nas práticas nazistas em relação ao grupo judaico, tema de grande importância história e responsabilidade humana, mas deve perpassar o assunto assim que este coincidir diretamente com os casos apresentados. Aqueles judeus que perderam a cidadania alemã exatamente pela origem judaica e por isso deixam a sua terra natal, vivenciando no Brasil uma contradição: *De repente, voltamos a ser alemães. E meu marido ainda disse: “De lá fui chutado por não ser alemão”*.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Informações retiradas de BLUMENTHAL, Gládis Wiener (org). *Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*. Porto Alegre: Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, 2001. p. 42.

¹⁷⁷ GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

¹⁷⁸ ELNECAVÉ, Clemente. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 100.

¹⁷⁹ HERZ, Berta Ruth. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº 016.

De repente, éramos alemães de novo. E sofríamos como súdito do Eixo nos anos de 1942 a 1945. Com todas ... volta e meia alguém era preso. Meu marido não, meu tio sim. Por ser Quinta Coluna, por falar e ler alemão, enfim, éramos perseguidos como alemães de novo¹⁸⁰.

Citado por BLUMENTHAL¹⁸¹, as palavras de Herbert Caro em agradecimento pelo recebimento do título de Cidadão Emérito de Porto Alegre, demonstram como esse problema de identidade e suas consequências marcaram sua memória e vivência e, por isso, sua memória aparece ressignificada no discurso proferido.

Minha situação era semelhante a dos metecos da Grécia antiga, que eram tolerados, podiam negociar em Atenas ou Corinto, mas não tinham direitos de cidadania e corriam o risco de serem expulsos a qualquer instante. Essa minha situação tornou-se-me dolorosamente clara, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial. Foi a única vez que ele me magoou. Pois, apesar de minha própria guerra contra Hitler ter começado muito antes de 1942, o Governo brasileiro equiparou-me aos nazistas, porque entrei no país com um passaporte alemão. Ao mexer em documentos amarelados pelo tempo, encontrei a pouco numa e na mesma pasta dois, um tanto contraditórios: num deles, o Secretário da Justiça da Prússia comunicava-me em abril de 1933, a proibição de continuar advogando, com as lacônicas palavras que traduzo textualmente: “porquanto é de origem não ariana”! E no outro, provido de minha fotografia e assinatura, a Polícia desta capital dava-me a “permissão especial” de afastar-me por um dia de janeiro de 1945 do Município de Porto Alegre, a fim de participar de um churrasco em Guaíba, e me fazia essa concessão complacente, apesar de eu ser um “súdito do Eixo Berlim-Roma-Tóquio”! Estigmatizado, perseguido, enxotado pelo país que me dera refúgio – assim passei vários anos, sempre temendo que confiscassem minha biblioteca ou até me trancafiassem sob algum pretexto. Há algumas semanas, ouvi nesse recinto como um ilustre vereador proclamava a axioma: “Todos os homens tem direito a uma nacionalidade”. Ora, eu não tinha nenhuma.

Na Alemanha, sofreram por serem judeus, no Brasil, por serem alemães. Mais uma demonstração da ambiguidade e falta de preparo do governo e corpo policial brasileiro e rio-grandense na identificação dos “inimigos da pátria”.

4.3 - Em terras brasileiras: como chegava-se aqui.

Tive. Eu tive que entrar como agricultor, porque comerciantes e profissões liberais eles não queriam aqui. Eles queriam só quem podia... um pretexto para não deixar entrar judeus, que lá eles informaram que judeu não trabalha na roça, então deixamos entrar, quem é da roça tem que provar. Eu tinha atestados de amigos dos meus pais que eu estou entendendo do serviço de colheita, porque eu podia trabalhar em campo. E quando cheguei aqui, eu já tive dificuldades, porque não queriam me deixar descer do navio. Então veio alguém, que já estava planejando tudo, e me tirou. Consegui entrar porque o irmão mandou uma carta chamada. Sobre alguns conhecido que chegaram ao Brasil em 1940, 41: Eles não tinham problemas porque

¹⁸⁰ HERZ, Berta Ruth. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. n° 016.

¹⁸¹ BLUMENTHAL, Gládis Wiener (org). *Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*. Porto Alegre: Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, 2001. p. 54.

tinham todos a chamada. Enquanto tinha a chamada, não podia negar. Isso é lei, isso é Constituição¹⁸².

Muitos judeus buscaram deixar a Alemanha e demais países atingidos pelo nazismo, antes da eclosão da guerra e durante o conflito. Lembramos que a cada região ou país anexados pela Grande Alemanha, era imposta a legislação nazista. O anti-semitismo espalhava-se pela Europa. Em outro continente, poderia ser mais seguro. Diante desta realidade, um dos países “escolhidos” pelos judeus que fugiam do nazismo e da guerra, foi o Brasil. Não tratou-se de uma escolha exatamente, mas sim de uma possibilidade de sobrevivência, de recomeço. Uma das formas mais utilizadas para conseguir entrar no país eram as cartas de chamada que podiam ser enviadas por parentes que já viviam no Brasil e garantiriam o visto para os recebedores. Com o processo de fechamento dos portos latino-americanos para estes imigrantes, surgiram alternativas como a compra de vistos, uma operação ilegal que rendeu muitos lucros para alguns diplomatas. Entre os outros meios, se recorria a cartas diretas para Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas.

O país estava aberto para o recebimento de imigrantes, mas estes tinham que enquadrar-se em determinado perfil: branco, católico, agrícola e de etnia latina. Este era o ideal, o chamado imigrante desejável, logo, aqueles que estavam fora do padrão, tornaram-se indesejáveis. Os grupos mais atingidos por este estigma foram japoneses e judeus.

Em relação a vinda de judeus europeus, os primeiros anos da década de 30, entre 1933 e 1937 temos o “Período das portas abertas”¹⁸³. Neste tempo, as cartas de chamada eram outorgadas pela Polícia Federal para possibilitar a vinda de familiares do estrangeiro. Era, portanto, relativamente simples: a família que residia no Brasil mandava uma carta de chamada ao seu familiar no exterior, este apresentava a carta no consulado e obtinha o visto para vir para cá. Chegou-se a retirar pessoas que já estavam em campos de trabalho através deste meio, mesmo no período seguinte, após 1937.

Vimos no ultimo navio, em 1939, e o meu pai ainda esteve no campo de concentração em Buchenwald, e eu tinha uma irmã em São Paulo. Ela ouvir falar e nos telegrafou então para saber como estávamos. E então nós telegrafamos de volta para ela, que o pai tinha sido mandado para o campo de concentração e nós estávamos bem. Aí ela, imediatamente, enviou os papéis para que ele pudesse emigrar. E naquela época, mediante os documentos de chamado do exterior, eles ainda eram obrigados a soltar os presos. Isso foi bem no início, é claro. De modo

¹⁸² HERZ, CARLOS . “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 053 (complementação).

¹⁸³ Termo utilizado em CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O Anti-semitismo nas Américas: memória e história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (FAPESP), 2007. p. 383.

que o meu pai veio para casa e, imediatamente, emigrou para o Brasil, para São Paulo¹⁸⁴

No dia 11 de novembro de 1938 veio telegrama da Alemanha, da minha família para apurar a vinda deles e dos sogros. Com essa resposta do telegrama minha mãe e meu irmão – meu irmão me contou ontem de noite- conseguiram tirar meu pai do campo de concentração em Buchenwald.

Depois da chegada do telegrama, três dias mais tarde, o pai chegou em casa na Alemanha. Em 1939 eles saíram da Alemanha – não sei em que mês¹⁸⁵.

Logo após o ano de 1937, houve mudanças na política de imigração voltada para os judeus. Com o recrudescimento das medidas anti-semitas pelo governo alemão, a procura por um refúgio aumentou, acarretando uma maior demanda de vistos nos consulados brasileiros. A Circular Secreta nº 1127 de 7 de junho de 1937, que foi enviada as missões diplomáticas e consulados do Brasil no exterior deu aos cônsules a responsabilidade exclusiva na seleção de quem receberia o visto para imigrar. As cartas de chamada continuaram a existir e a chegar para os judeus na Europa Ocidental, mas agora, estas podiam ser ignoradas e, os vistos, negados, ou seja, não eram mais garantia de concessão, perderam sua validade. Essa nova orientação, que visava claramente diminuir a entrada de judeus refugiados no Brasil seguia, na verdade, uma tendência anti-semita internacional, na qual, os países latino-americanos estavam inseridos.

A tendência antissemita foi inaugurada nas Américas desde o tempo da colonização portuguesa e espanhola passando a associação ao mito do judeu-comunista, grande temor do período. O antissemitismo no continente americano se vincula diretamente a da tradição católica portuguesa e espanhola que identifica no judeu o maior inimigo do catolicismo. Lembramos que tivemos Tribunal do Santo Ofício em terras americanas e que seu principal alvo eram as pessoas com práticas judaizantes

Tinha muita perseguição. Eu vou lhe contar um fato que ocorreu na fábrica, quando eu estava ainda trabalhando...

Então, anti-semitismo, sabe que até nas igrejas, o padre usou, durante a missa que ele pregava, pregava sempre contra os judeus, foram os judeus que mataram Jesus, sabe que como isso dói...¹⁸⁶

Obras racistas européias circulavam no final do século XIX e início do século XX, cientificamente embasadas, teorizavam sobre a existência de raças e etnias mais desenvolvidas e superiores a outras, sendo a raça branca européia superior. Junta-se a este

¹⁸⁴ BERG, Elsbeth. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 207.

¹⁸⁵ . BERG, Ilse. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 212.

¹⁸⁶FIALCOV, David. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 069.

histórico nada favorável e racista a ideia de conspiração judaico-comunista, que chega ao ápice com a Revolução de 1917 na Rússia que deu origem ao primeiro países socialista da História, a URSS.

No Brasil da década de 30, o Integralismo¹⁸⁷, um movimento de extrema-direita aos moldes dos fascismos que cresciam e se multiplicavam pela Europa, identificam o judeu ao mal, a liberal-democracia, ao capitalismo, a maçonaria e ao comunismo. Gustavo Barroso, um dos líderes e intelectuais do integralismo dissemina o antissemitismo através de discursos e publicação de obras de sua autoria ou traduções como, por exemplo, *Os Protocolos de Sião*, obra que se tornou famosa e que foi provada a sua falsidade, mas que até então, divulgava os planos de dominação do mundo pelos judeus, mesquinhos e gananciosos.

Estávamos em um contexto internacional de antissemitismo e nacional de eliminação de diferenças. Isso se fez presente nas ações do governo brasileiro em relação ao distinto grupo. Logo os consulados brasileiros passaram a se preocupar com a restrição das possibilidades de migração de judeus para o Brasil. Destaca-se, neste sentido, o cônsul de Berlim, Freitas Valle. Este bombardeou o Itamaraty e o presidente Vargas com telegramas e cartas, advertindo-os da “má qualidade dos imigrantes israelitas que seguiam para o Brasil”, questionou a flexibilidade do Itamarati perante este problema e se posicionou abertamente contra a vinda de judeus, batendo de frente com Oswaldo Aranha.

Estas medidas fizeram com que, a partir de 1937, ficasse difícil e caro imigrar para o Brasil.

Bom, o Brasil já não foi fácil, porque nesses anos de 1936, 1937 em diante, o Getúlio Vargas já tinha instruções de que não fosse facilitado o visto para judeus. Apenas descendentes e ascendentes.
(...) Aqui nós assistimos deportações de pessoas que vieram com visto de turista, que venceu, e foram deportados para a fronteira.¹⁸⁸

¹⁸⁷ A Ação Integralista Brasileira foi criada oficialmente no dia 7 de outubro de 1932, através do Manifesto de Outubro, elaborado por Plínio Salgado. O movimento se definiu como uma doutrina nacionalista e de conteúdo mais cultural do que econômico. Negava a pluralidade dos partidos políticos e cultuava a figura do “chefe nacional”. O integralismo defendia a criação de um Estado forte e centralizado (Estado Integral) e tinha como lema “Deus, Pátria e Família”. Em setembro de 1937, a AIB, obteve o registro como partido político junto ao Superior Tribunal de Justiça Eleitoral. A partir de um plebiscito interno, escolheu Plínio Salgado como candidato do partido à presidência da República, nas eleições que deveriam ocorrer naquele ano, frustradas, entretanto, pelo golpe de Estado que instituiu o Estado Novo. Consolidado o golpe, Vargas, em dezembro de 1937, extinguiu todos os partidos políticos, incluindo a Ação Integralista Brasileira. Em maio de 1938, é realizado um atentado a Getúlio Vargas, no Palácio Guanabara, por um pequeno grupo de integralistas. O atentado, conhecido como *Intentona Integralista*, foi totalmente dominado por Vargas, que, em seguida, desencadeou forte campanha contra o Integralismo. Plínio Salgado foi preso e, no ano seguinte, exilado em Portugal, regressando ao país em 1945, com o término do Estado Novo.

¹⁸⁸ HERZ, Berta Ruth. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº 016.

Mas consegui chegar ao Brasil com passaporte da Alemanha, sem o J no passaporte de judeus que quando emigravam da Alemanha ganhavam um J no passaporte que quer dizer judeu. A mim não deram esse J. Eu cheguei aqui como cidadão alemão.¹⁸⁹

À medida que o nazismo se fortificava, cada vez mais difícil era para os judeus conseguirem vistos, como de permanência como até de turismo. E florescia, então, um grande negócio entre os cônsules (principalmente sul-americanos) que vendiam a dólar, moeda estrangeira, ouro, a concessão de visto de turista que possibilitava a pessoa sair da Alemanha¹⁹⁰.

Vistos de trânsito, de turismo ou de trabalho também foram meios utilizados para chegar ao Brasil. Mesmo com uma validade curta, davam o principal: a possibilidade de sair da Europa. Além disso, tudo valia para conseguir trazer um parente ou salvar a si, cartas a políticos e membros do governo, súplicas nos consulados.

Foi um fato muito interessante porque já não podia ninguém entrar aqui no Brasil, era proibido, por causa das leis de Getúlio Vargas e eu me lembro que a minha mãe foi a Colônia, que é perto de Dusseldorf, quarenta e dois quilômetros, e foi pedir ao cônsul um visto, pessoalmente, chorou, ela sabia chorar mesmo, mas tinha razão para chorar nessa altura, com as três criancinhas, e ele ficou com pena e deu o visto. Me recordo até hoje que de noite ela chegou de Colônia com o visto na mão, dizendo “Consegui, consegui” e ai nos salvamos¹⁹¹.

Eu agora atualmente, fazem quatro dias, vou fazer 80 anos. E estamos aí. Chegamos em 1939, nos primeiros dias, em Porto Alegre, quer dizer, nós chegamos somente com o visto de ... e para chegar para o Paraguai, somente de transito pelo Brasil. Então, logo no primeiro dia, tínhamos muitas dificuldades. Ali, em Rio Grande, já fomos recebidos com a polícia; aí, deixaram nós somente uma noite ficar num hotel lá e já para continuar a viagem para o Paraguai.

(...) então, a minha esposa conseguiu a entrada para o Paraguai. Brasil, não. Brasil, Getúlio Vargas e nem Oswaldo Aranha podiam fazer coisa alguma por aqui, não deixavam os judeus entrar. Então, só a única coisa, a passagem “transit” Brasil-Paraguai, essa é a única coisa que foi permitido.

Está bem. Chegamos aí sem licença para trabalhar e, sem nem ter visto somente para transito. Agora fizemos tudo, mas nada, somente prolongamos a estadia, mas trabalhar não. Então, entretanto, nasceu minha filha.

E aí então facilitou a legalização da estadia aqui¹⁹².

Também havia quem se aproveitava financeiramente do desespero das pessoas. Havia brechas de subjetividade nas determinações da Circular Secreta nº 1127 e estas, permitiram a entrada de imigrantes judeus por estes outros meios.

¹⁸⁹ SOPHER, Wolfgang Klaus. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº 041.

¹⁹⁰ OLIVEN, Klaus. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 109.

¹⁹¹ ZUCKERMAN, Norberto. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1987. nº 068.

¹⁹² APPEL, Alfred. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 124.

(...) Meus pais conheceram o cônsul do Uruguai em Frankfurt, que tinha conseguido um visto de turista para nossa família contra pagamento em moeda estrangeira, que, aliás, já era proibido naquela época; nos foi feito secretamente. E pouco antes de nós emigrarmos – já tínhamos leiloado nossos móveis e coisas – veio uma lei do governo do Uruguai, que tinha recebido conhecimento que os cônsules estavam se enriquecendo, que nenhum visto conseguido por parte de um cônsul tinha mais validade; todos os vistos só poderiam ser conseguidos pelo Ministério do Exterior em Montevidéu. Assim meus pais, meio desesperados, perguntavam, telefonavam para o cônsul perguntando o que eles deveria fazer. Já tinham, inclusive, comprado a passagem de navio que sairia da França. E o cônsul diz “Olha, vocês podem embarcar que tem um visto válido. Eu carimbei os passaportes, mas o que vai acontecer quando o navio chegar em Montevidéu, eu não sei. Provavelmente não vão deixar vocês saírem de bordo do navio”. Mas como já tínhamos desmanchado nossa casa, vendido tudo, teríamos de sair assim mesmo e saímos de Berlim para Paris. E lá nós conseguimos, por um acaso, por intermédio da agência de turismo Palestine Orien Lloyd – uma agência de turismo judaica que nos tinha vendido as passagens para o Uruguai. Lá em Paris eles tinham uma filial e nos falaram que o cônsul brasileiro em Marselha ainda conseguia vistos de turismo. Então a minha mãe foi, na mesma noite, de trem de Paris para Marselha, e no outro dia de manhã, munida de quatro passaportes de meu pai, minha mãe, minha irmã e o meu foi lá no consulado. Ela disse que estava num lugar meio abandonado, só tinha um funcionário, ele tranquilamente botava um carimbo, um visto de turista naqueles passaportes, sem cobrar; isso era uma coisa rara. Meu pai, inclusive, escreveu logo depois a um amigo dele para viajar para Marselha, talvez conseguisse ainda um visto. Mas quando nós chegamos no Brasil, nesse navio – e todos os vistos eram concedidos em Marselha – o funcionário da alfândega estranhou muito e deve ter notificado o Itamaraty, que era o Ministério das Relações Exteriores. E deve ter dado um chamado ao cônsul para não mais conceder vistos aos judeus; e logo depois foi impossível conseguir vistos em Marselha e em outros consulados. Aliás, existia durante a guerra uma circular secreta do Itamaraty, para que não fossem concedidos vistos de qualquer espécie para judeus alemães e de outros países dominados pelos nazistas¹⁹³.

Em várias falas, a ciência da restrição para a entrada de judeus, imposta pelo governo brasileiro, é demonstrada, mas não está vinculada a críticas do mesmo. O controle sobre a entrada desses imigrantes e de seus vistos também fica evidente, bem como, as atitudes de outros países da América diante desta questão, como no caso paraguaio, onde havia a venda ilegal de vistos pelos próprios funcionários do governo (cônsules) e que acarretou novas medidas de controle. Em nossos depoimentos, não temos casos de compra de vistos de cônsules brasileiros, mas não descartamos que isso tenha ocorrido. No Brasil, o principal problema se deu entre o discurso e a prática. No discurso do governo, estava nas mãos dos cônsules e somente deles, a autorização e concessão de vistos, sendo orientados a restringir ao máximo a permissão. Na prática, o Itamaraty, diversas vezes desrespeitou a sua própria determinação. O governo queria restringir a entrada de judeus através de seus consulados na Europa, mas desobedecia e desautorizava as decisões destes, permitindo a entrada de judeus que haviam recebido a negação dos cônsules, no mínimo, uma incoerência. Um dos

¹⁹³ OLIVEN, Klaus. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 109.

problemas mais frequentes se deu em relação às cartas de chamada. Aqueles que recebiam a carta e tinham seu visto negado no consulado de onde se encontravam, comunicavam os parentes residentes no Brasil. Estes, por sua vez, apelavam para o Itamaraty, que acabava concedendo o visto. Fora que nem todos os cônsules, apesar de receberem a mesma orientação, agiam da mesma forma, sendo alguns mais flexíveis na concessão de vistos. Essas exceções, relatadas a nós, levaram a desentendimentos e problemas internos para o governo brasileiro.

Conseguiu o visto para o Brasil como representantes comerciais de uma empresa de artigos ortopédicos. Conseguiram um visto de 3 meses. Já estava difícil conseguir vistos para o Brasil.

O meu sogro era, ele era no campo de concentração e, então o meu marido foi para o Rio e pediu, chorando, um visto, dizendo que o pai dele estava no campo de concentração e se ele não vai salvar os pais, ele vai morrer. Então, um dos... daqueles grandes homens disse: “Bem, então dá para este judeu, também, o visto”, dessa maneira.

No mesmo tempo, não era fácil conseguir visto, tanto como turista ou como permanente, vamos dizer...

Permanente nem se falava!¹⁹⁴

Em Buenos Aires conseguimos um visto para o Brasil, porque, naquela época, a entrada para os judeus fechou no Brasil, e só com muito dinheiro conseguimos como o meu cunhado já estava em Porto Alegre, trabalhando nos Moinhos Santista. Moinhos Santista, Primor, aquele óleo Primor... Mas ele trabalhou aqui, no palácio do Comércio... Pediu muito que a gente se junta aqui em Porto Alegre, pra gente fazer a chamada para os meus pais e os pais do meu marido e os meus irmãos.

(...) Até ele sempre foi no Consulado brasileiro. Então, um dia, ele voltou para casa, pra pensão e disse: Olha, eu consegui o visto. Eu não sei porque, aqui não deixaram e lá eles nos deram. Aqui mostraram essa chamada que o meu cunhado aqui, que trabalhava no Moinhos Santista, mandou uma chamada pra nós, pro meu marido e eu, e com essa chamada pudemos entrar no país.¹⁹⁵

Reclamações de cônsules na Europa foram endereçadas a Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas, solicitando maior rigor em relação a entrada de judeus. Com isso, em janeiro de 1941, uma nova circular abordando essa questão foi enviada aos consulados no exterior. O secretário do Ministério das Relações Exteriores, com base na política oficial da não-admissão de judeus, enviou uma circular com instruções claras de como identificar judeus interessados em vistos de entrada para o Brasil. O memorando definia os judeus como: “(...) os descendentes dos filhos de Israel, não só os habitantes sionistas da Palestina, mas todos os Israelitas disseminados pelo mundo. O fato de um Israelita professar o catolicismo ou outra qualquer crença que não seja a mosaica, não modifica a condição do mesmo que para efeito

¹⁹⁴ WIENER, Ellen Neu. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 083.

¹⁹⁵ BERG, Ilse. “Histórias de Vida – Imigração Judaica no Rio Grande do Sul”. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, 1988. nº 212.

de recusa do visto consular, será sempre considerado israelita. É a etnia que deve prevalecer e não a circunstância do candidato ao visto consular abraçar alguma crença que não seja mosaica”¹⁹⁶. Essa observação relativa à religiosidade se faz relevante pelo fato de alguns judeus estarem se convertendo ao cristianismo para aumentarem as chances de aceitação em outros países.

4.4 – Divergências: anti-semitismo ou xenofobia?

Ao nos depararmos com a questão da política externa brasileira, principalmente em relação à obtenção de visto, nos deparamos durante a pesquisa com visões referentes à postura dos políticos e do governo brasileiro e, conseqüentemente, com colocações sobre o posicionamento destes, diante da “questão judaica”. Foi claramente identificada uma política de restrição de entrada ao país de etnias diversas, nas quais estava a judaica. A comprovação documental da existência de uma restrição direcionada a este grupo fez com que se formasse um questionamento relacionado a responsabilidade por este problema que, muitas vezes, parece se transferir ao governo brasileiro, as figuras de Vargas, Oswaldo Aranha e alguns cônsules. Se tornou questionável esta visão, na qual o comando brasileiro se mostra imbuído do antissemitismo por duas razões principais: primeiro pelos relatos fornecidos pelo grupo em questão, nos quais não há demonstração de desgosto com o governo, considerando-se que este, muitas vezes, é visto como defensor, pois proíbe e dissolve os integralistas, declara a guerra a Alemanha nazista e pratica as leis de nacionalização, que, no estado do Rio Grande do Sul, terão como foco principal os alemães, coibindo o nazismo das terras brasileiras. Através das documentações, observamos que o preconceito que acompanha a ideia de nacionalização e homogeneização, se volta ao imigrante teuto e seus descendentes (jornal, depoimentos, membros do governo), sendo inclusive visível já em um contexto anterior às guerras e visível com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Na verdade, o que a princípio pode ser generalizado pela documentação federal trabalhada por Maria Luiza Tucci Carneiro, em sua obra *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*, aparece de forma diferenciada no estado do Rio Grande do Sul, onde verifica-se que o preconceito era mais antigermânico do que antissemita. As documentações são de ordem federal e não se está contestando sua validade, trata-se de uma pesquisa séria baseada em documentos oficiais e verídicos, mas sim os impactos dessa política nas questões práticas para

¹⁹⁶Informações retiradas de CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O Anti-semitismo nas Américas: memória e história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (FAPESP), 2007. p. 382.

estas pessoas. Além disso, sobre a “responsabilidade” diante da política racista do III Reich, como é bem colocado, ganhou importância internacional, portanto cabia a todos países e inclusive as grandes potências discuti-lo e resolvê-lo. Em 1938, por iniciativa do governo americano organizou-se em Evian uma conferência internacional para tratar do problema dos refugiados, mas que não trouxe grandes resultados práticos, pois as quotas impostas a emigração pelos EUA não foram aumentadas e a Grã-Bretanha aceitou apenas acolher aos refugiados em trânsito, encaminhando-os posteriormente para outro lugar¹⁹⁷.

Acreditamos que, talvez, por ter remontado na história a intolerância contra o povo judaico, a autora acaba em seu texto vindo em sua proteção e expandindo esse preconceito histórico para o Brasil em guerra, de uma forma linear, sem fazer as distinções necessárias. Não se está, em nenhum momento justificando as atitudes do governo, nem discutindo sobre a sua validade ou comprometimento social e humano, mas sim considerando um contexto de exceção, tanto nacional quanto mundial. Analisando a ideologia do Estado Novo, que buscava uma cultura homogênea e sem quistos étnicos, a imigração judaica representava um perigo a esta concepção, assim como a imigração nipônica. Esses povos apresentavam características culturais e religiosas distintas da que tentava-se construir como brasileira, representavam quistos étnicos que se procurava destruir. O que se pretende dizer é que a intolerância delegada aos judeus faz parte de um contexto de intolerância mais ampla, onde o diferente, o alienígena deve ser evitado ou incorporado. Todos os grupos assim considerados sofreram com as imposições e com a política do Estado Novo e, no caso do Rio Grande do Sul, reconhecemos através da documentação que ela se voltou principalmente para o grupo teuto, o que, por um lado foi um alívio aos judeus que ainda temiam uma tomada de posição do governo ao lado do Eixo e, portanto, da Alemanha nazista. Portanto, as atitudes do governo Vargas em relação aos judeus e principalmente a sua imigração, fazem parte da política geral brasileira daquele período. Concordamos com a afirmação contida no prefácio do estudo de Tucci Carneiro, na qual Antonio Candido assim se posiciona

é provável que alguns funcionários mencionados fossem contra a entrada dos judeus em termos de política imigratória, e neste caso estariam manifestando um tipo de xenofobia simples, não de anti-semitismo configurado. A xenofobia em política imigratória é freqüente e se exprime nas cotas estabelecidas pelos países. Em diversos casos citados no livro, vê-se que na época a restrição máxima era em relação aos japoneses, objeto de polemicas aceras desde os anos de 1920. Penso que

¹⁹⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945): fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 73.

podia ocorrer algo parecido em relação aos judeus, boicotados na qualidade de estrangeiros, não por causa de sua religião ou cultura.¹⁹⁸

A autora afirma que os depoimentos por ela trabalhados confirmam a veracidade da política antissemita de bastidores praticada pelo Ministério das Relações Exteriores, o caráter secreto dos fatos e, ao mesmo tempo, nos comprovam as omissões (conscientes ou não) da nossa história¹⁹⁹. A partir desta constatação, nos perguntamos: - e os nossos depoimentos, o que dizem? Na verdade, eles demonstram também o conhecimento de uma política restritiva a entrada de imigrantes judeus, que era comum no período a vários países, tanto europeus quanto americanos. Citam exemplos das dificuldades de obter o visto, dos seus modos, nem sempre lícitos para adquiri-lo, mas também demonstram certa compreensão destas medidas pelo governo. Não tivemos acesso, a acusações diretas ao governo e seus membros pela sua posição, mas sim a uma gratidão por chegarem e permanecerem aqui. Talvez o que os depoimentos trabalhados nos mostrem é exatamente esta distinção entre antissemitismo e xenofobia geral, feita pelos próprios depoentes. São depoimentos colhidos com um distanciamento grande do período (final da década de 80), por isso, não acreditamos que possa haver maior temor destas pessoas a se manifestarem sobre este período, seu governo e governante, sendo manifestada a sua verdadeira visão sobre os fatos.

Não invalidamos a existência de antissemitas no governo brasileiro, mas consideramos que estes tiveram espaço dentro do contexto restritivo do Estado Novo. Os documentos e pronunciamentos contidos na obra, mostram, muitas vezes, o caráter discriminatório de membros do governo:

Raça inassimilável e egoísta. Ingrata, sem patriotismo e altamente prejudicial ao país que a abriga. Psicologicamente degenerada. Estupidamente intolerante em matéria religiosa considera inimiga o resto da humanidade. Os indivíduos não se adaptam a nenhum trabalho produtivo... São comerciantes, usurários ou servem de intermediários para qualquer negócio. Vivendo exclusivamente da exploração do próximo é desumano e sem escrúpulos. Procuram sempre as cidades onde se aglomeram em bairros imundos, sem higiene, passando a maior parte do tempo, como todos os sedentários em intermináveis discussões sobre temas religiosos ou comerciais. Quase todos são comunistas militantes ou simpatizantes do credo vermelho.²⁰⁰

¹⁹⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945): fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 15.

¹⁹⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945): fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 28.

²⁰⁰ Declaração de Pedro da Rocha (delegado comercial em Varsóvia) In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945): fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 157.

Mas voltamos a dizer que não foi um período de preconceito voltado aos judeus, mas sim a todos ditos como diferentes, portanto ameaças a constituição de brasileiros iguais. Concordamos com as visões de Jeffrey Lesser, Roney Cytrynowicz e Fortes Lia a respeito da comunidade judaica durante o Estado novo, destacando não o antissemitismo como seu definidor, mas sim as ações da comunidade diante do governo e da sociedade brasileira, buscando se integrar a nova pátria, ao mesmo tempo, que conservava a sua cultura. Especificamente sobre o grupo judaico no Rio Grande do Sul, afirma Fortes Lia:

A experiência social dessa comunidade, nesse período, foi marcada pela constante tentativa de integração à nova pátria e preservação da cultura de origem. Negociar, constantemente, as possibilidades de inserção na identidade nacional foi, possivelmente, a forma de superar o anti-semitismo do Estado Novo adotada pelos imigrantes judeus²⁰¹.

Acreditamos que a política restritiva a imigrantes que se voltou para os grupos de judeus e nipônicos, até porque havia uma maior demanda de entrada destas pessoas, portanto teve atenção especial, se deu mais por questões de ordem interna, ligadas ao projeto do Estado Novo, como já referido anteriormente. Conforme define a autora, o antissemitismo na Era Vargas é caracterizado como xenófobo e político, portanto a assimilação destas minorias passa a ser assunto de segurança nacional. Não se nega a influência externa, tanto política, cultural e intelectual, sim, havia um contexto onde obras e posições discriminatórias em relação as raças ditas como impuras, ou seja, todas exceto a branca européia, nos países europeus, mas há uma preocupação tão grande relativa as questões internas, específicas do Estado novo que vão ter destaque.

Um dos casos apontados como exemplo do antissemitismo varguista é o de Olga Benário, de amplo conhecimento e que se faz presente em algumas falas colhidas. Companheira de Luis Carlos Prestes, foi mandada pela polícia brasileira, na verdade deportada, para a Alemanha nazista por e acabou morrendo em um campo de concentração. Estava grávida de uma brasileira o que deveria ter garantido a sua permanência no país. Foi um ato somente vinculado ao antissemitismo? Acreditamos que não, já que existia toda a questão de oposição política existente entre Getúlio Vargas e Prestes e ambos estavam vinculados ao grande temor do Estado novo: o comunismo. Além disso, Love²⁰² nos esclarece que Luis Carlos Prestes, entrou secretamente em contato com Vargas, em setembro de 1929, para discutir os planos de uma revolta. Enquanto o plano do que seria a Revolução de 30

²⁰¹ LIA, Cristine Fortes. *Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. (tese).p. 137.

²⁰² LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. p. 254-255.

amadurecia, Luis Carlos Prestes, repentinamente lançou um manifesto, no qual, anunciou sua conversão ao marxismo revolucionário e seu repúdio a conspiração em germe contra Washington Luis. Além de abandonar e trair o plano do qual fazia parte, Prestes ainda e negou-se a devolver o dinheiro que recebera de Aranha para a compra de armas. Acreditamos que, para uma análise mais completa, devemos considerar ambas as motivações e não somente utilizar o argumento que a confirmar nossas hipóteses.

Também não nos cabe julgamentos, os resultados dessa restrição acabaram sendo trágicos, independente da sua motivação e isso é inquestionável, mas não significa que as motivações sejam desconsideradas e generalizadas e nem que ao governo brasileiro recaia a responsabilidade pelo holocausto. Devemos enfatizar que não era de conhecimento geral “a solução final nazista” e portanto, a consciência que um judeu que não entrasse seria igual a um judeu morto em um campo de extermínio.

A ambiguidade verificada nas políticas e atitudes (teoria e prática) tomadas em relação aos judeus segue a lógica de um governo que de tão contraditório, cava seu próprio fim quando mantendo internamente uma ditadura, luta, no plano externo pelas democracias. É um governo de conveniências

Todos os depoimentos onde está presente a questão da entrada de judeus no Brasil, falam das dificuldades e proibição feita pelo governo, apesar disso, não vinculam isto a uma atitude antisemita. Os depoimentos que afirmam haver essa dificuldade são os mesmos que afirmam não haver antisemitismo por parte do governo. Comparativamente com as perseguições de fato que os judeus, durante toda a sua história, haviam sofrido e, principalmente na Alemanha nazista, as restrições que aqui existiam, provavelmente foram amenizadas por este grupo. Em 1881, os judeus já sofriam na Alemanha: molestados nas ruas, boicotados, além de terem duas das suas sinagogas incendiadas o que não houve em nenhum momento no Brasil do Estado Novo.

Outra particularidade, que provavelmente pode ser explicada também pela forma comparativa, é que, apesar de impressa diariamente no jornal *Correio do Povo*, presente nas pesquisas que abordam o período da guerra no Brasil e marcada em depoimentos de brasileiros, a questão da falta de alimento e da alta constante de preços, presente em toda a guerra não aparece em nenhum dos depoimentos da comunidade judaica analisados. Relacionamos esse silêncio ao mesmo motivo das considerações a Getúlio Vargas e seu governo. A situação anterior vivida por estas pessoas, como o contexto da Primeira Guerra Mundial, quando estavam ainda no continente europeu, o mais atingido e onde realmente temos uma real escassez de alimentos e outras dificuldades devidas a guerra efetiva e as

discriminações enfrentadas anteriormente, diminuem a amplitude das ações ou da realidade vivida aqui no Brasil. As altas de preços e os racionamentos vividos aqui são, em proporção, muito mais amenos do que os já enfrentados por estas pessoas e o mesmo pode-se dizer em relação ao que se passa a considerar como antissemitismo. A proibição da entrada de judeus passa a ser vista mais como uma atitude política e até aceitável dentro do contexto internacional e não algo pessoal, como, por exemplo, a imposição de usar a estrela de Davi para se identificar como judeu, como diferente, como indesejável que havia na Europa. Ou seja, de todas as questões abordadas no segundo capítulo desta dissertação relativas ao contexto geral de guerra e seus reflexos em Porto Alegre, se repetirão, não na vivência, mas sim na importância como algo a ser relatado, aquilo que se aplicava aos estrangeiros de forma geral e aos alemães, atingindo os judeus desta origem. Podemos constatar que, os judeus presentes em Porto Alegre, tiveram uma vivência diferente de outros membros da sociedade porto-alegrense em geral, observada através da sua memória e ressignificações sobre o período.

Não falam também dos exercícios de defesa passiva, do Black out e nem das campanhas para construção de abrigos antiaéreos. Aquilo que era novidade para os brasileiros e para aqueles que já estavam estabelecidos aqui há tempos, parecia não causar o mesmo efeito por aqueles que já haviam vivido a realidade de uma guerra e não apenas sua expectativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da Segunda Guerra Mundial, teve grande importância para o governo centralizador, autoritário e nacionalista implantado no Brasil por Getúlio Vargas em 1937, como o Estado Novo. Internamente, fortaleceu os três principais ideais do Estado Novo. Do ponto de vista das relações internacionais, propiciou o sucesso de Vargas ao que se refere a objetivos que dependiam da boa vontade externa, através da política de “equidistância pragmática”²⁰³. Com a importância que o Brasil adquire economicamente e estrategicamente e o interesse alemão em mantê-lo como parceiro e aliado, fez com que os Estados Unidos tivessem que rever seu posicionamento perante às aspirações brasileiras que consistiam na modernização econômica e militar. Apesar das tendências autoritárias creditadas ao seu governo, das divisões internas entre membros do comando brasileiro entre pró-Eixo e pró-Aliados, e de optar pela neutralidade diante o conflito, após o afundamento de navios brasileiros por submarinos do Eixo, o Brasil posiciona-se ao das democracias, portanto dos Estados Unidos. Essa decisão não configura uma opção ideológica, mas sim, está diretamente ligada a interesses econômicos e políticos

Antes mesmo da eclosão da guerra e posterior posicionamento por um dos lados conflitantes, o teor nacionalista do governo já se fazia presente com a Campanha de Nacionalização. De acordo com um dos principais ideais que permearam o Estado Novo, o nacionalismo, levou a uma grande preocupação em torno dos grupos alienígenas, quistos étnicos, desagregadores da união nacional e que impediam o Brasil de ser uma pátria homogênea. Com intuito de integrar ou de excluir as culturas, costumes e línguas consideradas estranhas ao ideal brasileiro, foi lançada as medidas da campanha de nacionalização que, tendo o intuito de homogeneizar, não conseguiu ser ela mesma homogênea. No caso do Rio Grande do Sul, se voltaram as minorias mais significativas do Estado, a ítala e teuta, mas com maior rigidez voltada a colônia alemã. Observamos uma mudança nesta campanha após o posicionamento brasileiro na guerra. Descendentes e imigrantes alemães, italianos e japoneses, que até então eram vistos como um grupo a ser

²⁰³ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

inserido na brasilidade (o que aplicava a outros grupos de imigrantes) adquirem o status de inimigos da pátria em potencial.

Os portoalegrenses presenciaram a guerra que acontecia nos campos europeus, asiáticos e africanos, de uma forma específica, mas nem por isso, menos histórica ou importante. A tão sonhada união nacional, teve esta carta na manga a utilizar. Em nome da tão amada pátria e da defesa de sua soberania, o seu povo se comoveu e formou-se um front interno, que, muitas vezes, voltou-se ao combate a supostos inimigos da pátria, os súditos do Eixo. A guerra era real, mas em seu nome, diversas ações foram justificadas.

Os habitantes da capital, que foram as ruas em agosto de 1942, após os navios brasileiros irem a pique, promoveram uma manifestação violenta, mas que foi apontada pela imprensa e interventoria estadual, como “demonstração de patriotismo”. Logo, os pedidos da população enfurecida foram atendidos, o Brasil estava na guerra e haviam inimigos externos e internos a serem combatidos.

A imprensa recheou-se de esclarecimentos dos estabelecimentos atingidos pelas destruições de agosto, como se desculpassem pela origem de seu sobrenome, pelo o que o governo de seus países de origem, ou de seus antepassados estava fazendo. Eles não tinham responsabilidade, mas foram responsabilizados. Antes disso acontecer, algumas ruas da capital tiveram seus nomes modificados por fazerem referência aos países inimigos, bem como de alguns clubes e empresas.

Mas a guerra precisava tornar-se mais real, mais presente, o perigo que a nação e seus cidadãos corriam não havia atingido a relevância necessária. As ações de defesa passiva se encarregaram desta parte. Logo se tornou necessário a construção de abrigos antiaéreos, já que a quinta-coluna local, através de seus espiões nazistas, agia e tornava real a possibilidade de um ataque aéreo à cidade. Essa ideia vinculada diretamente a de “perigo alemão” já estava presente na sociedade riograndense, sendo reforçada neste período propício através de colocações de membros importantes do governo do Estado, seu interventor, Cordeiro de Farias, Chefe da Polícia Coronel Aurélio Py e Secretário da Educação Coelho de Souza. Quantos alemães, italianos e descendentes não contribuíram para a Campanha para a construção de abrigos antiaéreos, promovida pelo *Correio do Povo*, para demonstrar assim patriotismo, buscando serem reconhecidos como pertencentes a pátria da qual eles realmente faziam parte, independente da língua que falavam, da religião que professavam e das manifestações culturais?

Logo, com o decorrer da guerra, novas medidas foram focadas aos inimigos internos: confisco de bens, uso de salvo-conduto e proibição a de ir a locais considerados de risco, as denúncias, prisões, etc.

Dando continuidade ao clima de guerra, exercícios de *Black Out* e de Defesa Passiva Antiaérea logo se fizeram presentes na vida dos habitantes da capital do Rio Grande do Sul. Deveriam ser realizados com seriedade e comprometimento da população, preparando efetivamente para o pior. As instruções eram divulgadas pela imprensa, que neste período era controlada pelo governo federal, enfatizando a sua relevância dos exercícios. Quando tocava a sirene e tudo escurecia, era um pouquinho da guerra em Porto Alegre. Logo, se reconheceu que a construção dos abrigos antiaéreos não se fazia mais necessária. Mas se os abrigos existiam para a proteção em caso de ataque aéreo a cidade, o fato de não serem mais necessários vincula-se diretamente a impossibilidade do perigo, do ataque? A lógica simples nos leva a esta conclusão, mas era importante manter acesa a presença da guerra, portanto se fez questão de enfatizar a continuidade do perigo e, por conseguinte, a necessidade de se manter o front.

E que solidariedade os portoalegrenses expressariam aos povos que estavam lutando arduamente e passando realmente pelos sacrifícios e privações que essa luta pela democracia, pela liberdade acarretava se saíssem as ruas festejando um evento popular como o carnaval? Logo a prefeitura demonstrou sua posição: sem apoio financeiro para as festividades, a população concluiu que seria mais correto aproveitar essa data para demonstrar sua solidariedade e civilidade. Os súditos do Eixo, foram proibidos de participar da festividade, e a todos vetado o uso de máscaras e pinturas no rosto, dando um clima de desconfiança e até de terror a festa. Essa conclusão, provavelmente, foi induzida pelo governo que através dos meios de comunicação enfatizava a importância deste momento ser exclusivamente de engajamento nacional. O detalhe é que o Estado Novo tentava controlar a festa desde a sua instauração, buscando torná-la mais um instrumento para seu uso, ligada a seus ideais patrióticos. A guerra virá concretizar esta pretensão.

Um dos problemas mais graves, por seu reflexo e acarretamento de outras dificuldades é o da falta de combustíveis líquidos. Além de afetar diretamente a população pela redução dos meios de transportes, quando os carros particulares passam a ser proibidos de trafegar, os carros de praça, diante de um racionamento severo, diminuem sua capacidade de atuação, os ônibus, por este motivo, mas também pela dificuldade de manutenção, já que muitas peças vinham do exterior, também passaram por redução de linhas e cancelamentos. Sobraram os bondes, mas estes não suprimiam toda a demanda deixada pelos transportes ociosos. Também

necessitavam de manutenção e logo, encontravam-se lotados. Tentou-se a utilização de combustíveis alternativos, o gasogênio e o manol, mas apesar de todo o entusiasmo em torno deles, não conseguiram corresponder às expectativas criadas. Horários de trabalho e de algumas escolas foram modificados, visando aliviar o transporte público em algumas horas críticas e alterando a normalidade diária de trabalhadores e escolares. Fora os impactos diretos, logo, a mesa dos portoalegrenses sentiu os efeitos da dificuldade de transportes. Alimentos que eram produzidos em outras regiões do país, começaram a ter dificuldades para chegar a Estado, gerando uma alta de preço destes e a sua falta. A carestia de combustíveis afetou diretamente a relação entre produção e circulação, fora que muitos produtos passaram a ser preferencialmente exportados aos países em guerra em detrimento de abastecer o mercado interno, devido as vantagens financeiras que as exportações ofereciam. A carência e os sacrifícios em nome de um ideal maior são marcas de uma guerra, portanto essa aparente escassez aproximava a população ainda mais da cultura de guerra. A escassez foi utilizada com um alibi para a tão sonhada união nacional. Se estamos abordando alteração do cotidiano, ou seja, do costumeiro, mexer na dieta, se destaca como uma das principais. Além da dificuldade tanto de encontrar como de pagar pela banha, leite, açúcar, carne, farinha, etc no caso do pão, alimento tradicional, houve uma modificação na sua formula, conseqüentemente seu aspecto e sabor, causando estranheza entre os consumidores. Uma campanha, mostrando a importância do chamado “pão de guerra” e vinculando o seu consumo ao patriotismo e aos sacrifícios que a pátria necessitava, não teve sucesso. Outro exemplo é do cafezinho, que passou a ser vendido adocicado, também a contragosto dos freguêses. As denúncias de vendas irregulares e de cambio negro demonstram que o período também se constituiu de um momento propício para os aproveitadores.

A situação estava crítica, mas as reclamações podiam soar como futilidade, egoísmo e até falta de patriotismo. A guerra era a causa real dos problemas, ou melhor, a única causa? Vejamos o problema com o leite. Estava diretamente relacionado a fatores climáticos, a seca do verão de 1942 e 1943. Esta prejudicou também a produção de arroz, feijão, milho, mandioca e trigo. A dificuldade de transporte agravou a falta de leite na capital e esta escassez acabou relacionada diretamente as dificuldades do período de conflito.

Depois de analisar, de forma mais ampla e generalizada os efeitos da Segunda Guerra Mundial no dia a dia da cidade de Porto Alegre, focamos nosso estudo no grupo judaico que habitava ou que neste contexto passou a habitar a cidade durante nosso recorte temporal. Esse estudo, que baseou-se em depoimentos orais, buscou identificar especificidades vivenciadas por este grupo, chegando a alguns apontamentos.

Primeiramente, a partir de suas memórias, alguns assuntos que estavam presentes diariamente ou quase isto na imprensa e que se verificou nas falas de não-judeus não aparecem como algo significativo, portanto a ser lembrado e falado. Como muitos vieram para cá no período, ou buscaram trazer parentes, a questão de como a imigração judaica no período ocorreu se fez relevante. Identificamos uma dificuldade imposta pelo governo brasileiro para o recebimento destes imigrantes, inclusive através de documentos secretos. No entanto, observa-se algumas ambiguidades e falhas na política externa brasileira que permitiram algumas exceções a orientação de vetar a entrada de imigrantes judeus no país. Ao contrário do que a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro apresenta em seu estudo, no caso do Rio Grande do Sul, e da documentação analisada, não se verifica um descontentamento direto com o governo ou com o presidente Vargas diante desse impedimento. Nossa avaliação relaciona essas medidas de controle da entrada de judeus, bem como de japoneses, como coerentes com a política de nacionalização desenvolvida desde o início do Estado Novo. Não identificamos especificamente um preconceito ao judeu, apesar de membros do governo e declaração serem claramente antissemitas, mas sim uma xenofobia geral ao elemento estrangeiro, estranho, diferente. A questão dos judeus ganhou uma relevância maior devido a histórica perseguição sentida por este povo, e ao ser o foco da violência nazista. Por isso a demanda por imigrações também foi tão grande e tornou-se um problema de ordem internacional.

Em nossos depoimentos, verificamos as dificuldades e as saídas encontradas pelos que tiveram sucesso na imigração. Visto de trânsito, de turismo, de trabalho, cartas de chamada, choro nos consulados, etc., tudo era válido para fugir do nazismo que se espalhava pelo continente europeu. Não acusam o governo e suas atitudes de antissemitas. Logo, sentem-se aliviados quando o Brasil posiciona-se contra o Eixo e o nazismo.

Verificamos uma especificidade dentro do grupo: os judeus-alemães. Estes, nascidos na Alemanha, mas renegados como cidadãos alemães, vão sofrer no Brasil as restrições impostas aos súditos do Eixo. Tiveram seus bens congelados pelo decreto-lei sobre as indenizações pelos atos de agressão do Eixo, precisaram do salvo conduto para se locomover e foram vetados de alguns destinos, tiveram que abandonar a língua alemã e adotar o português, para não serem presos. Ser acusado de nazista era o pior e mais sem cabimento equívoco que se podia fazer a um judeu.

No Estado do Rio Grande do Sul, como já apontado por outros pesquisadores, o foco nacionalizador esteve nos grupos germânicos. Para os judeus, com exceção dos judeus alemães, este fato foi benéfico no sentido de coibir qualquer ligação dos teuto-brasileiros com

o tão temido nazismo. A própria Ação Integralista Brasileira, que vinculava-se com o antissemitismo, foi dissolvida pelo governo. Mesmo com as dificuldades e comparativamente com o contexto mundial de restrições, o Brasil era um bom lugar para se estar. Não caracterizamos o período do Estado Novo como marcado pelo antissemitismo, mas sim como um período de negociação deste grupo que buscava integrar-se a nova pátria e manter seus aspectos culturais. Sobre as restrições aos judeus, que marcaram suas vivências e memórias, transmitidas através dos relatos, com exceção da imigração em si, são relativas à intolerância do governo aos quistos étnicos e suas medidas para incorporá-los a brasilidade.

Destacamos também o porquê da ausência de assuntos corriqueiros na imprensa e em outros depoimentos como os *Black Outs*, a campanha para construção de abrigos antiaéreos, todas as questões em torno dos racionamentos, desde o de combustíveis, que gerou os problemas de transporte ao de alimentos, com sua falta e mudanças constantes de preços.

Primeiramente, consideraremos o tipo de entrevista que foi realizada, destacando que não foi com o intuito de colher informações específicas sobre o período da guerra, mas sim sobre a vida destas pessoas. Este assunto se fez presente, conforme a relevância na vida do depoente e suas lembranças espontâneas. Sabemos que se fossem feitas perguntas direcionadas a estas questões, haveria um reconhecimento e prováveis informações. Outro fator está provavelmente ligado as vivências anteriores dos entrevistados, já que a maioria, havia chego ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), portanto havia vivenciado uma guerra real. A proporcionalidade entre o que já se havia vivido com o presente, provavelmente amenizou a importância das restrições que havia no Brasil e em Porto Alegre, pois nunca se chegou a verificar uma escassez de fato. Mesmo com a alta de preços, a falta de alguns alimentos e substituição de outros, como o pão, mas havia o que se comer.

Em relação ao que se considera e encara como preconceito, seguimos a mesma lógica comparativa. A proibição da entrada de judeus passa a ser vista mais como uma atitude política e até aceitável dentro do contexto internacional e não algo relativo de forma específica ao grupo judaico, como, por exemplo, o deslocamento e segregação dos judeus a guetos que houve na Europa.

Em termos de defesa passiva antiaérea, de preparação para um front interno, tudo que era novidade para os brasileiros não causou o mesmo efeito por aqueles que já haviam vivido a realidade de uma guerra e não apenas sua expectativa.

Norteou esta pesquisa e se fez presente ao longo do estudo, a utilização do contexto de guerra pelo governo de Getúlio Vargas, de forma a reforçar e incutir no povo brasileiro a

ideologia do governo estado-novista. Todas as alterações vividas pelos portoalegrenses desde a entrada do Brasil no conflito até sua finalização, foram habilmente manipuladas para gerar sensação de front interno a população, fortalecendo atitudes e pensamento que o governo almejava.

Para o grupo de imigrantes judeus que aqui se estabeleceu, o Brasil era um refúgio e não um local de perseguições, portanto, transmitia mais segurança que medo. A grande demanda de membros da comunidade que tentavam se transferir para o país fez com que, diante da orientação interna voltada a homogeneização étnica e cultural, o governo tomasse medidas de restrição de visto e entradas. Não acreditamos que essa postura configure especificamente antissemitismo, pois aqueles que aqui viviam, chegaram ou tentavam trazer familiares da Europa, também não a identificaram como tal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande do Sul estadonovista: interventores e interventoria*. São Leopoldo: Unisinos, 2005. (Tese doutorado).

AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. (Tese doutorado).

ANDRÉ, Alberto. *50 anos de imprensa*. Porto Alegre: FEPLAQN, 1992.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica – as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990.

BLUMENTHAL, Gládis Wiener (org). *Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*. Porto Alegre: Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, 2001.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1937.

BURK, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Fórum da História, 1983.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo – o início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Organizado por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945): fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *O Anti-semitismo nas Américas: memória e história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (FAPESP), 2007.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Caixas no porão – vozes, imagens, histórias*. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

_____. *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. Revista de Estudos Ibero-Americanos. Volume 32, nº 1: Porto Alegre, 2006.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra Sem Guerra. A mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

DÁLMAZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DE GRANDI, Relito. *Loureiro da Silva O Charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: História e Memória*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

_____. *Tempos de Incerteza: A Discriminação aos Teuto-Brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

DORNELLES, Beatriz (org). *Porto Alegre em destaque: História e Cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para pesquisa histórica*. Cadernos do PPG em História da UFRGS, n°13, dezembro de 1995.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Ed. Da UFSC, Florianópolis, 2004.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. 3ª edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Guia Histórico*. 3º ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores de Caldas Jr*. 2º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. *O Rio Grande do Sul e a Segunda Guerra Mundial*. In: AXT, Günter (Org.). *As guerras dos gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

GOMES, Angela de Castro (org). *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOHLFELDT, Antônio. *Os estudos sobre a hipótese de agendamento*. Porto Alegre: Revista Famecos 7, novembro de 1997.

JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: EDUSP, 1992.

LIA, Cristine Fortes. *Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Tese).

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, João Timotheo Esmerio; SANTOS, Cínara (org). *Memória Carris*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

MATHIAS, Marcelo Duarte. *Autobiografias e diários*. In: *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, [n.º 143/144](#), Jan. 1997, p. 41-62.

MATOS, Maria Izilda Santo de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 1995

NUNES, José Luiz Martins. *Censura e imprensa: os articulistas do Correio do Povo*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (tese doutorado).

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2º ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado, 1999.

PESAVAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: Espaços e vivências*. 2º ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana*. Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, nº 03, maio de 1991.

PETRY, Andréa Helena. *O papel desempenhado pelo Correio do Povo durante o Estado Novo*. In: DREHER, Martin et al. (org). *Imprensa e imigração*. Porto Alegre/São Leopoldo: EST/Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra*. *Revista USP*, n° 26, junho, julho, agosto de 1995.

PUREZA, Fernando Caururo. *Economia de Guerra, Batalha da Produção e Soldados – operários: Os impactos da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)*. Dissertação mestrado. UFRGS, 2009.

PY, Aurélio da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

QUINTANEIRO, Tânia. *Dilemas da cooperação: conflitos gerados pela política das “Listas Negras” no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2005.

SANTOS, Luciana Ibarra dos. *Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. (Dissertação de mestrado)

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Lucas Silva da. *Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. (Dissertação mestrado).

THOMPSON, Paulo (1935-). *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

VILARINO, Maria da Graça e Andrade e NUNES, Marion Kruse. *Carris 120 anos*. Porto Alegre: Editora Palloti/Carris, 1992.

VOGT, Olgário Paulo. *REPRESSÃO X MEDO: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS*. Disponível em <http://online.unisc.br/cecpscscs/documentos/repressao.pdf>.

7. FONTES DE PESQUISA

PERIÓDICOS:

Correio do Povo. Porto Alegre: 1942-1945. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

<http://www.carris.com.br> consultado em 05 de novembro de 2010.

<http://www2.camara.gov.br> (Decretos-Leis)

DEPOIMENTOS DO INSTITUTO MARC CHAGALL:

APPEL, Alfred – nº 124.

BENDHEIM, Erwin – nº 125.

BERG, Elsbeth – nº 207.

BERG, Ilse – nº 212.

BURD, Samuel – nº 050.

CARNOS, Sophia Wolff – nº 005.

CARO, Nina Zabludovski – nº 180

CUTIN, Salomão – nº 008.

ELNECAVÉ, Clemente – nº 100.

FIALCOV, David – nº 069.

FRIDMAN, Mindla – nº 075.

HALPERN, Joseph Szulim – nº 014.

HERTZ, Berta Ruth – nº 016.

HERTZ, Carlos – nº 053.

IOLOVITCH, Rosa – nº 055.

KNIJNIK, JOSÉ – nº 021.

KRIPKA, Sczyja – nº 145.

NUDELMAN, Leão – nº 029.

OLIVEN, Klaus – nº 109.

PITERMAN, Isaak – nº 031.

PITERMAN, Malvina – nº 032.

POYASTRO, Luna Menda – nº 034.

PREGER, Alexandre - nº 001.

ROSEMBLATT, Maurício – nº 079.

SOPHER, Wolfgang Klaus – nº 041.

WIENER, Ellen Neu - nº 083.

ZUCKERMAN, Norberto – nº 068.

Depoimentos Orais:

FLORES, Moacyr Flores. Entrevistado por Mariana Barcelos Ramos em 13 de março de 2007, Porto Alegre/RS.

STELLO, Maria Célia Scherer. Mobilização e Cotidiano em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entrevistada por Mariana Barcelos Ramos em 19 de maio de 2011, Porto Alegre/RS.